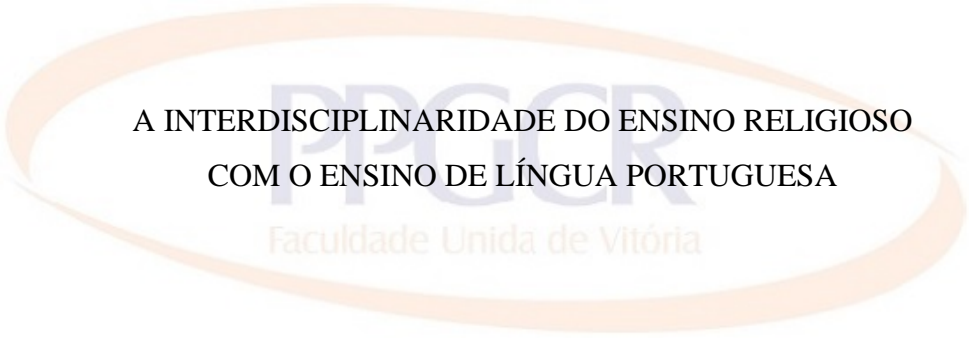


FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

DAISY PATRÍCIA PEREIRA JUBRAEL



A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO RELIGIOSO
COM O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 08/02/2021.

Vitória-ES

2020

DAISY PATRÍCIA PEREIRA JUBRAEL

A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO RELIGIOSO
COM O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Dr. Valdir Stephanini

Vitória-ES

2020

Jubrael, Daisy Patrícia Pereira

A interdisciplinaridade do Ensino Religioso com o ensino de Língua Portuguesa/ Daisy Patrícia Pereira Jubrael. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

x, 87 f. ; 31 cm.

Orientador: Valdir Stephanini

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

Referências bibliográficas: f. 82-87

1. Ciência da religião. 2. Ensino Religioso Escolar. 3. Educação.
4. Interdisciplinaridade. 5. Ensino religioso. 6. Língua portuguesa. - Tese.
I. Daisy Patrícia Pereira Jubrael. II. Faculdade Unida de Vitória, 2020. III.
Título.

DAISY PATRICIA PEREIRA JUBRAEL

A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO RELIGIOSO COM O ENSINO DE
LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA (presidente)



Doutor Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA



Doutora Fernanda Monteiro Barreto Camargo – UFES

AGRADECIMENTOS

A palavra que expressa a admiração, respeito e carinho por meus/minhas professores/as é *agradecimento*.

Agradecer pela paciência e partilha de conhecimento.

Professores/as não são esquecidos/as, são lembrados/as com carinho e ternura. O saudosismo sempre é válido em se tratando de professores/as.

Aos mestres, agradeço pela luta e pela motivação diária. Em especial ao professor orientador, Valdir Stephanini, sou grata e honrada pelos ensinamentos e pela contribuição em minha vida acadêmica.



DEDICATÓRIA

Não posso me esquecer também de parabenizar meus amigos... Conseguimos!!! Depois de tão longa caminhada chegamos ao final, alcançamos a nossa meta. Estamos todos de parabéns pela formatura.

A vocês, colegas e amigos/as, minhas especiais congratulações por terem feito parte desta luta, por terem me apoiado, pois sem vocês eu não teria chegado até aqui.

A todos, desejo as maiores felicidades e muito sucesso e de coração, desejo que a vida nunca nos afaste totalmente uns dos outros.





*“Isto nós sabemos.
Todas as coisas estão conectadas
como o sangue que une uma família.*

*Assim, o que acontecer à terra
acontecerá aos filhos da terra.*

*Pois o homem não teceu a teia da vida.
Dela ele é, sim, apenas um fio.
E o que o homem fizer à teia
estará fazendo a si mesmo.”*

(Ted Perry)

RESUMO

Atualmente entende-se que o conhecimento humano constitui único conjunto, cujas divisões visam facilitar o aprendizado, permitindo a especialização acadêmica. Com fundamento na teoria da interdisciplinaridade, o objetivo principal deste estudo é investigar como se pode viabilizar abordagem educativa que contemple o estudo da Língua Portuguesa e o Ensino Religioso. A questão-problema que se buscou responder é: a abordagem interdisciplinar poderá contribuir, positivamente, tanto para o maior aprendizado de Língua Portuguesa, quanto para a maior compreensão de Ensino Religioso? O trabalho encontra justificativa por se acreditar que a escola seja um dos principais veículos de ensino-aprendizagem, devendo facilitar, produzir e levar conhecimento, visto que, por meio de ações interdisciplinares, a criança pode desenvolver conceitos e valores, integrando-se a inúmeras áreas para que melhore seu conhecimento e libere a imaginação, superando dificuldades de compreensão, fazendo do estudo ação prazerosa e integrada ao cotidiano. Outra justificativa baseia-se no fato de que a educação é alcançada na medida em que o/a professor/a leve o/a aluno/a a refletir sobre situações cotidianas, para que aprenda a gostar e compreenda os conteúdos que lhe são apresentados. Quanto à metodologia, este estudo foi realizado por meio da combinação de pesquisa teórico-bibliográfica e pesquisa de campo junto à UMEF Professor Elson José de Souza, em turma do 9º ano do Ensino Fundamental, em Vila Velha (ES). Como tipo de pesquisa foram utilizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, de caráter qualitativo, na qual, por conta da pandemia, a aplicação de questionários foi substituída por análise de aulas online. Entre as principais conclusões, entende-se que a abordagem interdisciplinar é importante para o ensino dessas duas disciplinas, permitindo que seu conteúdo seja repassado de forma prazerosa, aproveitando parte do conhecimento que os/as alunos/as trazem consigo.

Palavras-chave: Educação. Interdisciplinaridade. Ensino Religioso. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Currently, it is understood that human knowledge constitutes a single set, whose divisions aim to facilitate learning, allowing academic specialization. Based on the theory of interdisciplinarity, the main objective of this study is to investigate how an educational approach that contemplates the study of the Portuguese Language and Religious Education can be made feasible. The question-problem that was sought to answer is: can the interdisciplinary approach contribute, positively, both for the greater learning of the Portuguese Language, as well as for the greater understanding of Religious Teaching? The work is justified because it is believed that the school is one of the main teaching-learning vehicles, and should facilitate, produce and bring knowledge, since, through interdisciplinary actions, the child can develop concepts and values, integrating with countless areas to improve your level of knowledge and free your imagination, overcoming the difficulties of understanding, as well as making the study a pleasurable and integrated action in everyday life. Another justification is based on the fact that education is achieved by the student to the extent that the teacher leads him / her to reflect on everyday situations, so that the child learns to like and understand the contents presented to you. As for the methodology, this study was carried out through the combination of theoretical and bibliographic research and field research with UMEF Professor Elson José de Souza, in a class of the 9th grade of elementary school, in Vila Velha (ES). As a type of research, bibliographic research and field research, of a qualitative character, were used, in which, due to the pandemic, the application of questionnaires was replaced by analysis of online classes. Among the main conclusions, it is understood that the interdisciplinary approach is of great importance for the teaching of these two disciplines, allowing its content to be passed on in a pleasant way, taking advantage of a considerable part of the knowledge that students bring with them.

Keywords: Education. Interdisciplinarity. Religious Education. Portuguese Language.

LISTA DE SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- FONAPER – Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.
- PCNER – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso.
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação.
- UMEF – Unidade Municipal de Ensino Fundamental.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 INTERDISCIPLINARIDADE COMO FACILITADORA DA APRENDIZAGEM	16
1.1 Conceitos básicos	16
1.2 Interdisciplinaridade aplicada ao ensino de Língua Portuguesa.....	23
1.3 Interdisciplinaridade aplicada ao Ensino Religioso	27
1.4 Interdisciplinaridade entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso.....	32
2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL	35
2.1 Ensino da Língua Portuguesa no Brasil.....	35
2.2 Principais dificuldades do ensino de Língua Portuguesa	36
2.3 Ensino Religioso no Brasil	43
2.4 Principais dificuldades do Ensino Religioso	52
3 APLICAÇÃO PRÁTICA DAS TÉCNICAS DE INTERDISCIPLINARIDADE	55
3.1 Metodologia utilizada na pesquisa de campo	55
3.2 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo.....	56
3.2.1 Primeiro exercício.....	56
3.2.2 Segundo exercício.....	62
3.2.3 Terceiro exercício	73
3.3 Sugestões e recomendações.....	76
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	88
ANEXO	98

INTRODUÇÃO

De certa forma, o conhecimento humano constitui um único conjunto, cujas divisões apresentadas atualmente têm, quase sempre, a função precípua de facilitar o aprendizado, bem como de permitir a especialização acadêmica. Quando se entende isso, fica mais fácil compreender algumas premissas apresentadas por pensadores renomados ao longo da História. Impressionado com a presença dos números em tudo que observava, Galileu Galilei (1564-1642), por exemplo, afirmou que *a matemática é o alfabeto de Deus*.¹ Já Antônio Salieri (1750-1825) acreditava que *Deus cantava para os homens através de Mozart*.²

Veja-se que, apenas por meio desses exemplos, envolvendo Matemática e Música, tornou-se possível obter entendimentos diferentes do que venha a ser Deus, ou de como Ele age, em dois campos distintos do conhecimento humano. Isso remete à ideia de interdisciplinaridade ou, até mesmo, de multidisciplinaridade, que é a capacidade de abordar um determinado assunto por meio de uma disciplina não diretamente relacionado a esse mesmo tema; ou, ainda, a capacidade de se abordar determinado assunto por meio de diversas disciplinas, simultaneamente.

A interdisciplinaridade constitui uma das vertentes mais interessantes das teorias de educação mais recentes, em especial porque faz com que a maioria das abordagens se torne mais agradável e mais divertida, além de propiciar um tipo de absorção indireta de conhecimentos, a qual se viabiliza em um nível profundo de interação entre o sujeito e o mundo que o cerca. Daí que, da expressão de Galileu – *a matemática é o alfabeto de Deus* – pode-se extrair uma visão mais poética, referente a um sentido de perfeição, exatidão e justiça das coisas divinas; bem como se pode entender o termo de um ponto de vista mais sistemático, próprio da Física e da Astronomia, inerente à suposta *engrenagem* do Universo, com todos os astros e partículas se movendo em harmonia.

Para o/a educador/a a interdisciplinaridade (ou multidisciplinaridade) também se apresenta como método que possibilita trabalhar conteúdos em conjunto com os/as demais colegas de profissão, facilitando o aprendizado de diversas disciplinas, posto que – ao serem aplicadas – uma matéria reforça a outra, quase sempre sem que o/a aluno/a entenda tal aplicação como algo repetitivo e monótono. No cotidiano profissional os exemplos dessa junção são ainda mais fartos. Quando se lê petições de Direito, inúmeras são as citações de

¹ DAVIBIDA, Josiane. *A utilização dos desafios para estimular o raciocínio lógico dos alunos nas aulas de Matemática*. Guarapuava: UNICENTRO, 2016. p. 21.

² BYINGTON, Carlos Amadeu B. Amadeus. a psicologia da inveja e sua função no processo criativo: um estudo da psicologia simbólica. *Revista Junguiana*, v. 37, n. 1, p. 73-114, 2019. p. 75.

advogados e juízes que, em seus pareceres, fazem uso de diversas passagens de cunho religioso para reforçar seus argumentos jurídicos. Isso é fácil compreender, pois, em praticamente todas as doutrinas religiosas, a ideia de *deus* (não importa qual) surge intimamente relacionada à ideia de justiça. O mesmo se verifica nos ramos da Medicina e da Psicologia, nos quais a noção de saúde anda parelha com o entendimento do que venha a ser *paz de espírito*, sugerindo que, para se viver bem, não bastam somente os cuidados com o corpo.

Sendo professora de Língua Portuguesa e, mais recentemente, na condição de diretora recém-empossada, no estudo proposto tem-se excelente oportunidade de se colocar em prática as teorias que consideram o conhecimento humano como conjunto coeso e interligado, combatendo assim a fragmentação do saber e, com isso, propiciando aos/às alunos/as uma visão mais completa do que venha a ser chamado de ciência. Sendo assim, por acreditar tratar-se de uma proposta que pode, em um futuro breve, tornar mais interessante as aulas de Ensino Religioso e também de Língua Portuguesa, é que o tema adotado para o presente estudo é: *a interdisciplinaridade do Ensino Religioso com o ensino de Língua Portuguesa*, por meio do qual se tentará mostrar quão viável é a união indireta dessas duas disciplinas.

No Brasil, historicamente, o ensino ainda se encontra muito preso às formas mais tradicionais – comumente denominadas de *educação bancária* –, em que os/as aluno/as se apresentam como meros recebedores de conhecimentos, enquanto os/as professores/as fazem o papel de *donos do saber*. Ademais, por inúmeras razões, as escolas brasileiras também se prendem a técnicas e a matrizes curriculares que permitem pouca variação – pois, como regra, isso é imposto *de cima para baixo* (do governo, em seu âmbito nacional), pouco ou nada considerando as características regionais.³

Como resultante disso, tanto o ensino de Língua Portuguesa se prende muito às teorias gramaticais, tornando a disciplina mais difícil e, por conseguinte, levando os/as estudantes ao chamado *decoreba*; quanto o Ensino Religioso se atém, preferencialmente, à visão cristã – a qual influencia a escola pública brasileira desde os primórdios da educação nacional, o que tem sido fonte de crescente preconceito em relação às demais doutrinas religiosas.

Frente ao exposto, a questão problema que se tentará responder por meio desse estudo é: a abordagem interdisciplinar poderá contribuir, positivamente, tanto para o maior aprendizado de Língua Portuguesa, quanto para a maior compreensão de Ensino Religioso? Diante de tal questionamento, o objetivo principal do presente estudo é investigar, com

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 27.

fundamento na literatura consultada, como pode viabilizar uma abordagem interdisciplinar que contemple o estudo da Língua Portuguesa com o Ensino Religioso.

Buscando alcançar o objetivo geral, este estudo também buscou os objetivos específicos abaixo apresentados: a) promover levantamento teórico acerca da interdisciplinaridade e da educação, voltado ao Ensino Fundamental e relacionado à Língua Portuguesa e ao Ensino Religioso, destacando aspectos positivos de tais abordagens; b) identificar – via pesquisa de campo – que atividades interdisciplinares estão sendo desenvolvidas junto aos/às alunos/as matriculados/as no 9º ano da Ensino Fundamental, para que se sintam motivados a aprender o conteúdo das aulas de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso; c) apresentar sugestões de melhorias das atividades que possam ser trabalhadas em salas de aula, as quais, à luz das teorias da interdisciplinaridade, combinem os conteúdos inerentes ao Ensino Religioso e à disciplina Língua Portuguesa, de modo que possam ser aplicadas em escolas de Ensino Fundamental, respeitando-se os pressupostos contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).⁴

Como primeiro argumento, tem-se que o trabalho se justifica na crença de que a escola seja, ainda, o veículo principal de informações nos diferentes métodos de ensino-aprendizagem, devendo ser utilizada para facilitar, produzir e levar conhecimento aos/às alunos/as, visto que, por meio de ações interdisciplinares, a criança pode desenvolver conceitos e valores, integrando em diversas áreas do conhecimento para que melhore seu grau de conhecimento e libere sua imaginação, de modo a superar as dificuldades de compreensão, bem como fazendo do estudo uma ação prazerosa, a qual se revele integrada ao cotidiano de cada aluno/a.

A segunda justificativa se fundamenta no fato de que a educação é alcançada pelo/a aluno/a na medida em que o/a educador/a o/a leve a refletir sobre situações cotidianas, a fim de fazer com que a criança aprenda a gostar e a compreender melhor os conteúdos que lhe são apresentados. No entanto, esse processo é lento, cujo começo se dá por meio de atividades que despertem o interesse dos/as alunos/as para o saber religioso e para os valores a ele inerentes, buscando-se, com isso, o desenvolvimento de raciocínios essenciais à compreensão de determinadas posturas que fundamentam as mais diversas doutrinas religiosas, tais como o humanismo, o amor ao próximo, a gratidão, a solidariedade, a perseverança, a paciência, a confiança, o altruísmo, entre tantos outros. Nesse sentido, entende-se que a compreensão da Língua Portuguesa é de fundamental importância para que o/a educando/a possa melhor

⁴ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2010.

interpretar e refletir acerca dos textos e das abordagens que estejam relacionados com o Ensino Religioso.

Por último, a pesquisa aqui proposta também encontra justificativa na importância de se testar, em contexto prático, os ensinamentos adquiridos em âmbito acadêmico, o que, por conseguinte, propicia a oportunidade de corrigir e adequar as teorias à realidade específica de cada tempo e lugar, contribuindo para a construção de um mundo melhor, na qual o nível de comunicação melhor elaborado contribua para que a sociedade seja cada vez mais justa e livre de preconceitos.

No que tange aos parâmetros metodológicos adotados na realização do presente trabalho tem-se que este estudo foi realizado por meio da combinação de pesquisa teórico-bibliográfica e pesquisa de campo junto à UMEF Professor Elson José de Souza, em 1 (uma) turma do 9º ano do Ensino Fundamental II de Vila Velha (ES). Para tanto, como tipo de pesquisa foram utilizadas as seguintes linhas de estudo: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Assim, tem-se aqui pesquisa de caráter qualitativo.⁵ Contudo, ao longo do ano de 2020, ainda por conta da pandemia de Covid-19, a aplicação de questionários – prevista ainda na introdução desta dissertação – teve que ser substituída por análise de aulas *online*, visto que as aulas presenciais continuam suspensas em Vila Velha (ES).

Em relação aos postulados teóricos, por não haver literatura farta que estabeleça o vínculo específico entre Ensino Religioso e o ensino específico de Língua Portuguesa, nesse estudo se fez uso das fundamentações literárias inerentes à interdisciplinaridade (e suas variantes), especialmente no que tange às ideias de José Luiz Fiorin, a partir das quais se buscarão as interpretações que melhor sirvam aos objetivos propostos neste projeto.

No que diz respeito ao tipo de pesquisa adotou-se a definição de Sylvia Constant Vergara,⁶ que sugere o uso de dois critérios básicos de classificação: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, adotou-se pesquisa aplicada, em que os conhecimentos adquiridos são testados em âmbito prático no cotidiano. Quanto aos meios, foi utilizada a pesquisa de campo, visando observar os fatos tal como ocorrem em relação a determinado público-alvo.

Ainda conforme o entendimento de Lakatos⁷ tem-se que, no que concerne ao universo da pesquisa, este engloba aproximadamente 20 (vinte) alunos/as matriculados nas disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa, em escolas públicas de Ensino Fundamental,

⁵ RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 271.

⁶ VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 19.

⁷ LAKATOS, 2001, p. 52.

pertencentes à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Vila Velha (ES), os/as quais foram analisados ao longo de 3 (três) aulas online, durante o ano de 2020.

No tangente à coleta de dados, o presente estudo é classificado, segundo a orientação de Marli Elisa Dalmazo Afonso de André,⁸ como pesquisa de levantamento, por meio da qual pequenas e grandes populações são estudadas através de amostras pequenas, obtendo-se informações sobre os fatores que mais interessam à caracterização da percepção dos participantes.

Cabe também destacar que este estudo adotou a seguinte estrutura: após a presente introdução, por meio da qual foram expostas suas diretrizes gerais, tem-se que, no primeiro capítulo, desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, descreve-se a interdisciplinaridade enquanto instrumento facilitador da ação pedagógica, aqui se apresentarão os conceitos básicos acerca do tema; tratando ainda da relação entre a interdisciplinaridade aplicada à Língua Portuguesa; aplicada ao Ensino Religioso; e, por último, promovendo a junção entre essas duas disciplinas.

No segundo capítulo, também desenvolvido com fundamento em pesquisa de cunho bibliográfico, abordam-se alguns dos principais conceitos teóricos acerca de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso no Brasil, debatendo ainda as principais dificuldades inerentes à didática dessas duas disciplinas acima mencionadas, com destaque para questão do preconceito linguístico.

Já no terceiro capítulo descreve-se a aplicação prática, entre o ensino de Língua Portuguesa e o Ensino Religioso, valendo-se de recursos didáticos que priorizem a interdisciplinaridade, no contexto prático da realidade educacional do município Vila Velha (ES), expondo-se os resultados e as análises da pesquisa de campo, bem como as sugestões de melhoria para a minimização – ou mesmo, eliminação – das disfunções identificadas.

⁸ ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas: Papirus, 2006. p. 18.

1 INTERDISCIPLINARIDADE COMO FACILITADORA DA APRENDIZAGEM

Por meio desse primeiro capítulo, desenvolvido com base em pesquisa de caráter bibliográfico, cujo objetivo principal é descrever a interdisciplinaridade enquanto instrumento facilitador da ação pedagógica, aqui se apresentarão os conceitos básicos acerca do tema; tratando ainda da relação entre a interdisciplinaridade aplicada à Língua Portuguesa; aplicada ao Ensino Religioso; e, por último, promovendo a junção entre essas duas disciplinas.

1.1 Conceitos básicos

A necessidade de haver uma abordagem interdisciplinar surge a partir da visão de que todos os problemas atuais são apenas facetas de uma única crise de percepção, posto que, até então, vem-se tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo já quase obsoleta – a visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana – a uma realidade que já não pode ser entendida em funções desses conceitos. Isso porque, de certa forma, toda ciência esteve fundada sobre premissas de caráter físico e lógico. Contudo, de acordo com Wanilde do Socorro Pimentel do Carmo e Josefina Barrera Kalhil, o novo paradigma abandona essa postura para passar a centra-se em valores antes considerados *sem valor*, como aqueles relacionados à psicologia, por exemplo. Isso se deu porque, pelo prisma newtoniano, e pela lógica cartesiana, o que se conseguiu foi construir um mundo cujo progresso, embora reconhecidamente imenso, não tem conduzido o ser humano à felicidade.⁹

De acordo com a visão de Maria José de Pinho e outros, o modelo cartesiano, fundamentado na propositiva linear – redutora e fragmentada –, tornou-se um paradigma superado, que por muito tempo atendeu às necessidades das revoluções necessárias ao momento histórico que se consolidou ao longo do período maior da industrialização, no pensamento científico moderno e na consecução da república como forma de Estado.¹⁰

Quanto a isso, entende-se que as fronteiras disciplinares serviram para garantir o pensamento da nova ordem instituída, bem como para construir divisões institucionais, que se tornaram territórios de poder elitistas e segregadores. Contudo, o axioma disciplinar, cristalizou abordagens, pensamentos e problemas, delimitando os conhecimentos,

⁹ CARMO, Wanilce do Socorro Pimentel do; KALHIL, Josefina Barrera. A Relação Interdisciplinar entre Física e Filosofia no terceiro ano do ensino médio em uma escola pública na cidade de Manaus. *Revista Latina Americana de Ciências da Educação*, v. 4, n. 3, p. 1-7, 2017. p. 3.

¹⁰ PINHO, Maria José de; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; SUANNO, João Henrique; FERRAZ, Elzimar Pereira Nascimento. *Complexidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação superior*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2015. p. 37.

realimentando a relação de poder subjacente que mantém a ideia e a estrutura da ciência e o modo de vida moderna.¹¹ A ideia de interdisciplinaridade veio para contrapor-se ao modelo cartesiano e, de acordo com Juliane Gomes de Sousa e Maria José de Pinho:

A palavra *interdisciplinaridade* é composta pela conjunção do prefixo *inter* – que significa ação recíproca, e *disciplinar* – termo que diz respeito à disciplina, referindo-se, assim, à ação pela qual se efetua o esforço *para correlacionar disciplinas, descobrir uma axiomática comum entre elas*, no intuito de proporcionar aprendizado consubstanciado, concomitantemente, por diferentes saberes.¹²

Diante do exposto, tem-se que a expressão *interdisciplinar* apresenta um problema inicial, na medida em que subentende a existência de fronteiras – mais ou menos nítidas entre as disciplinas –, correndo o risco de ocultar as diferenças e os conflitos internos e de impor uma permanência no tempo dos modelos tradicionais do conhecimento.¹³ Para Campos e outros, a questão é que o conhecimento monodisciplinar reúne objetos semelhantes, enquanto que a interdisciplinaridade reflete os objetos não semelhantes, reunidos em uma mesma questão.

Não obstante, destaca-se que, de acordo com o entendimento de Basarab Nicolescu, a interdisciplinaridade surge da necessidade indispensável de pontes entre as diferentes disciplinas, representando a possibilidade de superar a dissociação das práticas de produção do conhecimento em geral e, ainda mais, no caso específico das práticas escolares. Essa necessidade encontra razão de ser na incapacidade da ciência moderna em responder determinadas demandas estabelecidas pelas sociedades atuais.¹⁴

Por sua vez, Eduardo Tomasevicius Filho e outros entendem que a interdisciplinaridade é a combinação entre duas ou mais disciplinas, visando compreender determinado objeto a partir da confluência de pontos de vistas distintos e, por vezes, até contraditórios. Embora tal expressão se tenha tornado um modismo pela suposta novidade, essa metodologia já era praticada na Antiguidade grega. Os pensadores da época falavam sobre matemática, astronomia, filosofia, história, direito, sem separar as disciplinas. Assim, produziam obras sem pertencer à área específica e entendiam um pouco de cada um dos referidos campos do conhecimento envolvidos.¹⁵ Tem-se, assim, que a similitude não se

¹¹ PINHO; SUANNO, 2015, p. 38.

¹² SOUSA, Juliane Gomes de; PINHO, Maria José de. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como fundamentos da ação pedagógica: aproximações teórico-conceituais. *Revista Signos*, Lajeado, v. 38, n. 2, p. 93-110, 2017. p. 95.

¹³ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda Gomes. A produção do conhecimento: teoria e ciência dos modelos (Histórico e conceituação de interdisciplinaridade). *Revista Tempo & Memória*, São Paulo, v. 2, p. 101-112, 2004. p. 1.

¹⁴ NICOLESCU, Basarab. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000. p. 14.

¹⁵ TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo; CRUZ, Carlos Gabriel Galani; TOMASEVICIUS, Janaína Galani Cruz.

encerra no problema, mas em soluções cuja eficácia depende da confluência entre conceitos derivados de campos científicos distintos.¹⁶ Na mesma linha encontra-se o pensamento de Gabriel Bandeira Coelho, para o qual:

Parece caber à ciência *desamarrar-se* de suas fronteiras disciplinares e, num esforço interdisciplinar, com a criação de ferramentas relevantes e adequadas para o processo de apreensão dos fenômenos de maior complexidade, buscar lidar com a pluralidade, com a (des)ordem, com a incerteza e o caos, que têm feito parte, cada vez mais, das manifestações atuais dos fenômenos sociais.¹⁷

Contudo, ainda conforme o entendimento de Campos e outros, o aspecto unidisciplinar do conhecimento científico coloca o foco na área de interesse do cientista, enquanto a interdisciplinaridade apela às mais variadas áreas que se revelem adequadas à busca de solução dos problemas. Assim, a tendência é contextualizar e integrar conhecimentos. Desse modo, a intensificação do diálogo entre as disciplinas reduz os saberes fechados, o que, por sua vez, propicia a otimização dos saberes plurais e abertos.¹⁸

Conforme Irinéa de Lourdes Batista e Rosana Figueiredo Salvi, o tema da interdisciplinaridade está diretamente vinculado à própria noção de cidadania, o que também permite vincular as principais dimensões da práxis humana: histórica, epistemológica e pedagógica. Assim, pode-se ainda vislumbrar a interdisciplinaridade em um projeto político-pedagógico, nascido de uma prática que demanda diretrizes políticas articuladas e esbarra em grande desafio, uma vez que tradicionalmente a formação profissional é disciplinar. Assim, Batista e Salvi propõem a interdisciplinaridade como modelo específico de ensino-aprendizagem, o que se entende como necessário avanço.¹⁹

No entendimento de Coelho, quando se pensa a respeito da interdisciplinaridade, não se pode deixar de citar suas principais características, tais como: integração, diálogo, intercâmbio de saberes, comunicação entre outras. Assim, a interdisciplinaridade tem por objetivo conjugar os muitos *ramos* do saber, além de dilatá-los, construindo espaços emergentes de investigação. Desse modo, pode-se dizer também que o conhecimento

Por uma visão interdisciplinar das ciências. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 162-172, 2017. p. 164.

¹⁶ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda Gomes; MARTINS, J. M.; OLIVEIRA, Ângela Divina; PARASMO, Maria Cecília e Almeida. A interdisciplinaridade segundo Edgar Morin e Alzira Lobo de Arruda Campos. São Paulo, *Revista Unifal de Pesquisa*, v. 10, n. 2, p. 93-107, 2018. p. 98.

¹⁷ COELHO, Gabriel Bandeira. Ciência, sociedade e complexidade: da disciplinarização do conhecimento à emergência de programas de pós-graduação interdisciplinares no Brasil. *RBPB – Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 14, p. 1-22, 2017. p. 13.

¹⁸ CAMPOS; MARTINS; OLIVEIRA; PARASMO, 2018, p. 101.

¹⁹ BATISTA, Irinéa de Lourdes; SALVI, Rosana Figueiredo. Perspectiva pós-moderna e interdisciplinaridade educativa: pensamento complexo, reconciliação integrativa e aprendizagem significativa. *Revista Aprendizagem Significativa em Revista*, v. 1, n. 3, p. 73-84, 2011. p. 80.

científico – pautado na lógica interdisciplinar, buscando lidar com a crescente complexidade – é um conhecimento que surge como resultado do *rompimento*, ou do *alargamento*, das fronteiras disciplinares.²⁰ Diante disso, torna-se importante mencionar José de Ávila Aguiar Coimbra e outros, quando alegam que:

A interdisciplinaridade, doravante, é uma vocação necessária para a Ciência, como tal; não apenas para os seus cultores e aplicadores. A verdadeira Ciência não para em si; não se contenta com os objetos particulares de um saber, por mais valioso e indispensável que seja ele, porquanto tal objeto não é isolado de um contexto. Mais do que a consecução pura e simples de um determinado conhecimento, é a necessidade intrínseca de prosseguir que impõe à Ciência maior amplitude de horizonte (extensão) e mais profundo entendimento (compreensão). À medida que se ampliam os horizontes, impõe-se, por igual, o imperativo do aprofundamento.²¹

Conforme alegam Augusta Thereza Alvarenga e outros, no Brasil, atualmente, a interdisciplinaridade se encontra presente na organização curricular dos cursos de graduação e de pós-graduação, nos currículos da Educação Básica, na pesquisa e na produção do conhecimento, no contexto midiático, empresarial e tecnológico, sendo de uso comum, muito embora com concepções ou significados diferentes, em função dos níveis e da finalidade com que a mesma é empregada.²² Alvarenga e outros também entendem que:

A interdisciplinaridade se constitui campo de conhecimento em construção, destacando os desafios teóricos, metodológicos e técnicos vinculados à pesquisa, entendendo que não se trata de superação do conhecimento disciplinar, sob o qual se funda tal modelo, mas de reconhecer a pertinência e a relevância de outro modo de fazer ciência, de gerar conhecimento. Assim, o conceito de interdisciplinaridade está vinculado, histórica e epistemologicamente, ao conceito de disciplinaridade mas, sem embargo, no campo da educação, pois trata-se de disciplinaridade escolar cujo significado e cujos elementos constitutivos se diferem da disciplina científica.²³

Para Juliana Gouvêa Mittitier e Bárbara Negrini Lourençon, a interdisciplinaridade – enquanto processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura – é um fator de extrema importância para superar a fragmentação dos conteúdos e dos currículos não só na escola, mas no entendimento do conhecimento como um todo. Sendo assim, pode-se dizer que a interdisciplinaridade requer a responsabilidade como farol diretivo que apresenta o contexto

²⁰ COELHO, 2017, p. 15.

²¹ COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HOGAN, Daniel Joseph. *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000. p. 65.

²² ALVARENGA, Augusta Thereza e outros. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole. 2011. p. 27.

²³ ALVARENGA e outros, 2011, p. 13.

das coisas, tendo como relevância o sentido do pensamento, a ação e transformação.²⁴ Em complemento, Rosane Cristina de Oliveira afirma que:

A interdisciplinaridade não se define simplesmente pelo diálogo entre as disciplinas, mas, vai além. Dialogar, abrir caminhos para o novo, para as novas formulações teóricas e metodológicas, construir análises baseadas na multiplicidade de olhares típicos de um grupo interdisciplinar, compõem algumas das formas de elaboração de estudos interdisciplinares. Assim, a complexidade social só poderia ser analisada a partir de tentativas de compreensão, também, complexas.²⁵

Nesse sentido, Marilza Vanessa Rosa Suanno acredita que a disciplinaridade se constitui a organização do conhecimento existente pela especificidade do objeto de estudo, construída a partir de fragmentos da realidade, caracterizando-se pela intensidade das trocas entre especialistas, bem como pelo nível de interação real das disciplinas.²⁶ No entanto, vale ainda ressaltar a visão de Pinho e outros, para os quais a interdisciplinaridade pode ser entendida, também, como prática humanizadora que não visa inibir ou destruir os avanços científicos alcançados em outro campo qualquer do conhecimento humano; mas pretende manter-se atenta e aberta à complexidade, à integralidade e à unidade inegável do conhecimento.²⁷

No entanto, para Carlos Alberto Severo Garcia Júnior e Marta Inês Machado Verdi, quase como regra, as abordagens interdisciplinares são mais abrangentes em escopo e visão, visto que transpõe barreiras disciplinares e transgride regras de etiqueta disciplinar. As disciplinas tornam-se irrelevantes, subordinadas ou apenas instrumentais em um contexto maior. Como se vê, a interdisciplinaridade busca a articulação entre diversas disciplinas em que o foco e o objeto não encontram resposta somente em uma área.²⁸ Em complemento, tem-se ainda a visão apresentada por Ivani Fazenda, para a qual:

A Interdisciplinaridade pressupõe um comprometimento com a totalidade no que tange as questões de alfabetização e letramento: Interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de uma melhor compreensão da

²⁴ MITTITIER, Juliana Gouvêa; LOURENÇON, Bárbara Negrini. *Interdisciplinaridade na BNCC: quais as perspectivas?* Araraquara: SEMATED, 2017. p. 3.

²⁵ OLIVEIRA, Rosane Cristina. A interdisciplinaridade e a construção do saber científico: olhares, complexidade e diálogo. *Magistro – Revista de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes*, UNIGRANRIO, v. 1, n. 13, p. 1-5, 2016. p. 1.

²⁶ SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Em busca da compreensão do conceito de transdisciplinaridade. In: MORAES, Maria Cândida; SUANNO, João Henrique (Org.). *O pensar complexo na educação: sustentabilidade, transdisciplinaridade e criatividade*. Rio de Janeiro: WAK, 2014. p. 28.

²⁷ PINHO e outros, 2015, p. 35.

²⁸ GARCIA JÚNIOR, Carlos Alberto Severo; VERDI, Marta Inês Machado. Interdisciplinaridade e complexidade: uma construção em ciências humanas. *Revista Interthesis*, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2015. p. 4.

realidade que elas nos fazem conhecer. Impõe-se tanto a formação do homem como as necessidades de ação, principalmente do educador.²⁹

Sousa e Pinho, contudo, acreditam que – para a interdisciplinaridade se efetivar como atitude – faz-se necessário que se rompam as barreiras disciplinares. Ou seja: é preciso transgredir as grades das gaiolas epistemológicas, propiciando a aventura de ir muito além das limitações consensualmente impostas. Seguindo esse raciocínio, torna-se imprescindível uma decisão pessoal mediada por postura de abertura e flexibilidade, que possibilite o diálogo permanente, capaz de gerar envolvimento constante, como premissa constituinte da interconectividade entre os saberes, por meio das trocas disciplinares.³⁰ Dessa forma:

A interdisciplinaridade pode ser entendida como sendo uma abordagem que visa à *religação*, à articulação e à valorização do que é diverso e emerge como valor essencial em um contexto questionador dos axiomas erigidos pelo paradigma firmado na modernidade. Paradigma este que apresenta, na contemporaneidade, um esgotamento quanto ao potencial de explicação do ser humano, do cosmo e do conhecimento.³¹

Entretanto, Lucinéia Maria Bicalho e Marlene Oliveira esclarecem que, de modo geral, existem dois principais prismas acerca do estudo e do uso da interdisciplinaridade: a) busca da unidade do saber. Cujo objetivo é construir uma perspectiva universalizante a partir da reunião de conhecimentos em torno de uma determinada situação, especialmente o saber científico; b) busca de solução de problemas concretos. Prática particular para tratar as mais diversas situações relacionadas à existência cotidiana, especialmente no que tange aos problemas sociais, do que aquelas que são próprias da ciência, com ênfase na questão instrumental. Tais pontos de vista apresentam perspectivas culturais bem diferentes: a primeira, originária da Europa continental, tem tido importância para a reflexão acerca da interdisciplinaridade; a segunda, ligada à tradição anglo-saxônica, tem sido mais expressiva nas ações concretas relacionadas à perspectiva instrumental.³²

Em complemento a essa linha de pensamento, Patrícia Baldow Guimarães afirma a interdisciplinaridade se apresenta como a inserção de métodos de cooperação entre as disciplinas e outras atividades educacionais, visando o combate à fragmentação do conhecimento, bem como a aproximação da universidade com a sociedade em que está inserida, pois tal instituição encontra-se compartimentada e desvirtuada das necessidades

²⁹ FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 55.

³⁰ SOUSA; PINHO, 2017, p. 97.

³¹ SOUSA; PINHO, 2017, p. 107.

³² BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. p. 10.

sociais da atualidade e a fragmentação excessiva da ciência é uma das causas da desagregação da universidade.³³

Para Tomasevicius Filho e outros, a interdisciplinaridade se constitui triplo protesto contra o saber fragmentado, contra o divórcio entre universidade e sociedade e contra o conformismo das ideias recebidas ou impostas, além das preocupações relativas às estruturas e aos mecanismos. Tais preocupações relativas às estruturas referem-se a um processo de interação, de colaboração e de método comum a ser instaurado, pois se faz necessário buscar métodos comuns a alcançar. Então, a interdisciplinaridade não pode ser apreendida, mas sim exercida. O sujeito deve ir atrás do conhecimento, de modo ousado, não se limitando a acreditar nas *verdades prontas*, impostas como dogmas inquestionáveis.³⁴

Conforme explica Tatiana Prause, a partir destes enfoques citados, percebeu-se que os contextos são diversos e que a percepção do saber interdisciplinar ou da troca entre as diversas disciplinas, existe independente da colaboração entre as mesmas; pois elas podem se sobrepor, conservando o saber totalitário de alguma disciplina ou inserindo elementos de algumas disciplinas em outros saberes – o que pode fragmentá-los –, ou trabalhar de forma horizontal, onde o saber se concentra no fim comum; ou seja, na contribuição a que cada disciplina pode propor.³⁵

Em suma, a abordagem interdisciplinar consiste na exposição de um tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si, com o claro intuito de alcançar um conhecimento mais abrangente, que também seja, ao mesmo tempo, diversificado e unificado. Nesses casos, conforme Coimbra, tem-se a busca de um entendimento comum e o envolvimento direto dos interlocutores. A expressão interdisciplinaridade tem sido empregada como sinônimo e metáfora de toda interconexão e *colaboração* entre os mais diversos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que envolvam as diferentes áreas do conhecimento humano, bem como práticas científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos.³⁶

Em relação ao Ensino Religioso, como se discutirá mais adiante, ao longo do presente estudo, esse se faz o primeiro impasse, pois, nos moldes acima mencionados, tal disciplina, ao buscar a interdisciplinaridade com os demais campos do conhecimento humano, acaba

³³ GUIMARÃES, Patricia Baldow. A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento. *Revista Científica Vozes dos Vales*, ano V, v. 9, n. 5, 2016. p. 9.

³⁴ TOMASEVICIUS FILHO; CRUZ; TOMASEVICIU, S2017, p. 166-167.

³⁵ PRAUSE, Taiana. *Desvendando a interdisciplinaridade* – considerações do serviço social sobre a prática interdisciplinar. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 30.

³⁶ COIMBRA, 2000, p. 52.

evitando a doutrinação, posto que se vê obrigada a abandonar dogmas e a aceitar questionamentos – os quais, em se tratando de Ensino Religioso, não são poucos.

Diante do exposto, e tendo aqui sido descrita a interdisciplinaridade enquanto instrumento facilitador da ação pedagógica, bem como apresentados os conceitos básicos acerca do tema, passa-se agora, no próximo tópico, a falar sobre a interdisciplinaridade aplicada à Língua Portuguesa.

1.2 Interdisciplinaridade aplicada ao ensino de Língua Portuguesa

A linguagem é objeto de estudo de muitas disciplinas. Na visão de José Luiz Fiorin, a linguagem é onipresente na vida de todos/as, cercando-os/as desde o despertar da consciência; seguindo-os/a durante toda a vida, em todos os atos e acompanhando-os/as até a morte. Sem a linguagem, não se pode organizar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os seres humanos e a troca de informações e experiências. Sem a linguagem, não se pode conhecer a si mesmo, nem conhecer o mundo ao redor. Sem a linguagem não se exerce a cidadania, porque ela permite influenciar e ser influenciado. Sem ela não se pode aprender; não se podem expressar sentimentos; não se podem imaginar outras realidades, construir utopias e sonhos. Enfim, sem a linguagem não se pode falar do que é nem do que poderia ser.³⁷

De acordo com Ivana Siqueira Teixeira e Jéssica Santos Vasconcelos, a interdisciplinaridade traz à tona uma ideia de interconexão e colaboração entre os mais diversos campos do conhecimento humano. Assim, a interdisciplinaridade tem por finalidade estabelecer uma cooperação entre as disciplinas, visando à superação da limitação destas, partindo do micro para o macro.³⁸

Conforme o entendimento de Tzvetan Todorov, trabalhos interdisciplinares são muito importantes em projetos de formação de leitores, pois a literatura trata de registros de experiência humana, que é variada e se materializa nas mais diversas áreas do saber. Praticar a literatura, então, é tentar compreender o mundo por meio de uma lente diferenciada, a qual se encontra em permanente diálogo com outras referências culturais e também científicas.³⁹

³⁷ FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Revista ALEA – Estudos Neolatinos*, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2008. p. 29.

³⁸ TEIXEIRA, Ivana Siqueira; VASCONCELOS, Jéssica Santos. Gêneros textuais e interdisciplinaridade: uma abordagem pertinente para o ensino de Língua Portuguesa. *Revista Ao Pé da Letra*, v. 17, n. 2, p. 61-73, 2015. p. 61.

³⁹ TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 89.

Para Graça Paulino e Rildo Cosson, o letramento literário é fundamental para a construção de um ser humano crítico, o qual seja capaz de tecer suas próprias escolhas literárias, bem como todas as demais. Com o recurso da interdisciplinaridade, esse tipo de formação tende a ser muito mais eficaz, já que a literatura – além de ajudar a construir um leitor crítico –, possui a capacidade de transpor as barreiras existentes entre as demais disciplinas, sejam elas exatas ou humanas. Contudo, parece que a maior dificuldade em um projeto interdisciplinar não são os/as alunos/as, que, apesar de parecerem, por vezes, desinteressados, seriam os/as maiores recompensados/as por projetos dessa natureza.⁴⁰ Em complemento, Yves Lenoir afirma que:

A interdisciplinaridade curricular requer, de preferência, uma incorporação de conhecimentos dentro de um todo indistinto, a manutenção da diferença disciplinar e a tensão benéfica entre a especialização disciplinar, que permanece indispensável, e o cuidado interdisciplinar, que em tudo preserva as especificidades de cada componente do currículo, visando assegurar sua complementaridade dentro de uma perspectiva de troca e de enriquecimento.⁴¹

Fiorin afirma que há duas formas básicas de se praticar ciência: uma é regida pelo princípio da exclusão; outra, pelo princípio da participação. Contudo, atualmente se está em momento plena mudança na forma de fazer ciência, passando de um fazer científico regido pelo fazer investigativo, governado pela mistura, onde, na medida do possível, tentar unir a especialização (ou disciplinarização, ou especialização) ao conceito de interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade pressupõe convergência, complementaridade, o que significa a transferência de conceitos teóricos e de metodologias, por meio da combinação do conhecimento produzido em áreas distintas do saber humano.⁴²

Segundo explica Elza de Lima Ferrari, as relações interdisciplinares se estabelecem quando possibilitam a compreensão de determinado conteúdo, bem como quando conceitos, teorias ou práticas de algumas áreas distintas do saber humano podem dialogar. Do mesmo modo, a interdisciplinaridade se viabiliza quando os referenciais teóricos suportam uma abordagem aberta que permita abarcar outros entendimentos. Sendo assim, a interdisciplinaridade é questão epistemológica presente na abordagem teórica e conceitual,

⁴⁰ PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ROSING, Tânia M. K.; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009. p. 16.

⁴¹ LENOIR, Yves. *Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontrolável*. Campinas: Papirus, 2008. p. 57.

⁴² FIORIN, 2008, p. 32.

concretizando-se na articulação das disciplinas cujos conceitos, teorias e práticas enriquecem a compreensão das ciências como um todo.⁴³

No Brasil, país cujo idioma oficial é a Língua Portuguesa, não restam dúvidas de que essa é a base interdisciplinar maior de toda a comunicação, bem como de toda a produção científica desenvolvida em território nacional. Então, no Brasil, conforme o entendimento de Marcos Bagno, a Língua Portuguesa é a língua materna e se constitui, por assim dizer, o conhecimento primeiro, necessário à compreensão de todas as demais áreas de conhecimento. É por meio da Língua Portuguesa que se formam as primeiras imagens mentais, relacionadas aos primeiros termos que a criança aprende. Esse é o conjunto de símbolos linguísticos que fornecerá a fundamentação mais ampla, tanto para a comunicação comum do cotidiano, quanto para a comunicação mais sofisticada – própria dos ambientes acadêmicos e de pesquisa. Então, é a Língua Portuguesa que oferece os elos interdisciplinares entre todas as camadas da população, independente do ponto geográfico ou do extrato socioeconômico a que cada pessoa venha a pertencer.⁴⁴

A Língua Portuguesa falada no Brasil possui, ela mesma, função interdisciplinar específica de sua prática, decorrente das misturas das variantes que esse idioma assume, conforme cada Região ou cada Estado em que é falada. Veja-se, apenas a título de exemplo, a palavra *cavalo*, cuja primeira imagem mental remete a um animal quadrúpede, da família dos equídeos (ou equinos), muito usado em todo o país. No entanto, cavalo deixou de ser apenas um animal. Em mecânica, cavalo diz respeito à potência do motor. Nas religiões de matriz africana, cavalo é a pessoa que empresta o próprio corpo para que nele *baixe* o espírito. Na linguagem vulgar, cavalo pode ser sinônimo de tolo, estúpido, grosseiro. Em se tratando de esportes – além das práticas que fazem uso direto desse animal (como o *turfe* ou o hipismo), cavalo é também instrumento para a prática usual da ginástica. No xadrez, refere-se a uma peça específica (que também tem o formato do animal, sendo a única peça que *pula* as demais). Em corte e costura, o cavalo é a parte do tecido que une as pernas da calça. No meio automobilístico, cavalo é a parte que resta do caminhão, quando se exclui a carroceria – fazendo sobrar apenas cabine e motor. Porém, ainda em relação a carros, *cavalo de pau* é uma manobra perigosa feita com o veículo. No entanto, na infância, *cavalo de pau* já é outra

⁴³ FERRARI, Elza de Lima. *Interdisciplinaridade: um estudo de possibilidades e obstáculos emergentes do discurso de educadores do Ciclo II do Ensino Fundamental*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. [online].

⁴⁴ BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 15.

coisa... Porém, por julgar desnecessário, nem se vai entrar no mérito de discutir, aqui, nesse mero exemplo, as palavras compostas (cavalo-de-Tróia, cavalo-marinho etc.).⁴⁵

Cabe destacar, no entanto, que a expressão *cavalo* – mesmo quando se referindo tão somente ao animal – também sofre grandes variações regionais no Brasil. No Sul do país, por exemplo, o termo mais usual é *bagual*. Quando o cavalo não é de raça, usa-se *pangaré* ou *jaguara* (também usado, no Sul, pelas moças, para se referir a homens feios e/ou rudes). Se o cavalo tem manchas, é *alazão*. Tudo isso em relação a apenas uma única expressão. As religiões também reservam especial papel aos cavalos, visto que são montados até mesmo pelas figuras divinas, as quais, em tese, não precisariam de montaria. Então, a figura mítica mais comum da cultura brasileira – São Jorge – usa um cavalo. Na Bíblia, encontram-se os cavaleiros do apocalipse.⁴⁶

Como se vê, no Brasil cabe à Língua Portuguesa o importante papel de promoção da interdisciplinaridade de forma natural, em sua própria efetivação cotidiana, de modo que cada pessoa reconheça o contexto específico de cada palavra, de cada sinônimo, conforme requer cada momento. Daí entender-se que não há como ser diferente quando usada nas escolas, ao longo da prática diária do processo de ensino e aprendizagem. Nota-se, pelo exemplo acima utilizado, que será sempre a Língua Portuguesa o instrumento que primeiro permitirá explicar ao/à estudante, o significado de cada variante da palavra *cavalo*, habilitando o/a aluno/a a compreender tal expressão conforme o campo do saber de cada momento específico do aprendizado diário. Será sempre por meio da Língua Portuguesa que primeiro se poderá entender quando *cavalo* diz respeito a um animal ou quando se refere à potência do motor; quando *cavalo* é uma ofensa ou é um instrumento de esporte olímpico, entre tantas outras possibilidades.⁴⁷

Nesse sentido, Bagno entende que quanto maior é o domínio que se tenha sobre a Língua, maior tende a ser também a complexidade mental no tange à capacidade de compreender processos e buscar soluções, bem como na capacidade de tecer argumentos e raciocínios lógicos. Então, a língua materna se constitui em uma espécie de mola mestra – a mais – do desenvolvimento de cada pessoa. O que não significa dizer, em hipótese alguma, que tal desenvolvimento seja exclusivo de quem tem esse domínio.⁴⁸

Frente a isso, é Valdir Pedro Berti quem também destaca a necessidade e a importância da análise reflexiva das informações oferecidas por cada campo do conhecimento

⁴⁵ BAGNO, 1997, p. 21.

⁴⁶ BAGNO, 1997, p. 22.

⁴⁷ BAGNO, 1997, p. 40.

⁴⁸ BAGNO, 1997, p. 41.

humano, como meio de ampliar a compreensão sobre a interdisciplinaridade e o ensino de Língua Portuguesa e seus desdobramentos nas práticas pedagógicas cotidianas, de modo que tais reflexões permitam ampliar as possibilidades de entendimento sobre como se processam as atividades de caráter interdisciplinar, dentro das mais diversas disciplinas e, por conseguinte, da escola, possibilitando a ampliação das interpretações para outras realidades dos/as alunos/as.⁴⁹

Cabe aqui destacar que, tendo sido apresentada, ainda que brevemente, a interdisciplinaridade aplicada à Língua Portuguesa, passe-se então, no próximo tópico, a debater a interdisciplinaridade aplicada ao Ensino Religioso.

1.3 Interdisciplinaridade aplicada ao Ensino Religioso

Segundo explica Elizete Brandão Ferreira, as novas concepções de educação propõem métodos de ensino que ajudem o/a educando/a a construir o seu conhecimento, rompendo com o ensino tradicional onde o/a professor/a era o/a único/a detentor/a do conhecimento/verdade e o/a aluno/a era quem deveria receber, assimilar e reproduzir esse conhecimento.⁵⁰ Essa linha de pensamento, da qual o Ensino Religioso não pode ficar alheio, ressalta o papel do meio cultural como definidor das possibilidades de aprendizagem. Daí Ferreira também afirma que, nesse contexto inovador:

O educador deve proporcionar aos educandos amplas oportunidades que lhes permitam compreender o mundo, colocando-os no centro do processo de aprendizagem, ensinando-os a interpretar criticamente seu conhecimento, bem como os levando a conhecer e a analisar o conhecimento construído, além de valorizar a autoiniciativa.⁵¹

Para explicar isso, Rômulo Campos Lins e Joaquim Gimenez afirmam que o conhecimento tem sua origem nas interações do sujeito com o objeto, portanto o sujeito precisa tocar, transformar, deslocar, ligar, combinar, dissociar e reunir para conhecer os objetos.⁵² O conhecimento envolve também dois tipos de atividades interdependentes, de um lado havendo a coordenação das próprias ações do sujeito; de outro, a introdução de inter-relações entre o sujeito, o objeto e entre os próprios objetos. Ora, para o Ensino Religioso essa

⁴⁹ BERTI, Valdir Pedro. *Interdisciplinaridade: um conceito polissêmico*. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 18.

⁵⁰ FERREIRA, Elizete Brandão. *Arte: interdisciplinaridade para o desenvolvimento da consciência crítica*. Brasília: UnB, 2013. p. 13.

⁵¹ FERREIRA, 2013, p. 14.

⁵² LINS, Rômulo Campos; GIMENEZ, Joaquim. *Perspectivas em aritmética e álgebra para o século XXI*. Campinas: Papyrus, 2007. p. 60.

definição é positiva, considerando-se que tal disciplina trabalha – essencialmente – com conteúdos acerca da espiritualidade. Mesmo porque, conforme afirma Luiz Antônio Cunha:

O Ensino Religioso encontra-se localizado junto à área de Ciências Humanas, também dito como integrado a ela. A integração resultaria das conexões existentes com as especificidades da História, da Geografia, da Sociologia e da Filosofia, de modo a estabelecer e a ampliar diálogos e abordagens teórico-metodológicas que transcendem as fronteiras disciplinares.⁵³

Para Ferreira, a educação se constitui processo interativo entre a ação das gerações adultas e aquelas que ainda não estão preparadas para a vida social e para a interação entre os pares em desenvolvimento, com o objetivo de tornar seus membros autônomos no agir e pensar. Sendo assim, a educação promove mudança através do pensamento e da instrução.⁵⁴ Então, acredita-se que ensinar é ajudar os/as alunos/as a construir saberes e competências, é expor-se ao educando para auxiliá-lo a encontrar a ciência pelo caminho da consciência, é tentar fazer com o/a aluno/a uma jornada que seja positiva e inesquecível. A maneira como se ensina leva a vários resultados diferentes, não significando, necessariamente, que ocorra a aprendizagem, a qual se configura processo de construção, ampliação de conhecimentos, capacidades e atitudes.

Os primeiros estudos acerca da interdisciplinaridade surgiram ao final do século XIX, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitas disciplinas e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade do saber.⁵⁵ De acordo com Bassarad Nicolescu, desde então, o conceito de interdisciplinaridade vem se desenvolvendo também nas ciências da educação.⁵⁶ Elas aparecem com clareza em 1912 com a fundação do Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, por Edward Claparède. Toda uma discussão foi travada sobre a relação entre as ciências mães e as ciências aplicadas à educação.

Ainda conforme as explicações de Nicolescu, a intradisciplinaridade pode ser entendida – nas ciências da educação –, como a relação interna que se identifica entre a disciplina *mãe* e a disciplina *aplicada*. O termo interdisciplinaridade, na educação, já não oferece problema, pois, ao tratar do mesmo objeto de ciência, uma ciência da educação *complementa* outra. Trata-se, portanto, da natureza do próprio fato/ato educativo, isto é, a sua

⁵³ CUNHA, Luiz Antônio. A entronização do Ensino Religioso na base nacional curricular comum. *Revista Educação Social*. Campinas: v. 37, n. 134, p. 266-284, 2016. p. 267.

⁵⁴ FERREIRA, 2013, p. 15.

⁵⁵ FERREIRA, 2013, p. 16.

⁵⁶ NICOLESCU, Bassarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 2009. p. 22.

complexidade, que exige uma explicação e uma compreensão pluridisciplinar.⁵⁷ A interdisciplinaridade é uma forma de pensar. Por sua vez, Jean Piaget sustentava que a interdisciplinaridade seria uma forma de se chegar à transdisciplinaridade, etapa que não ficaria na interação e reciprocidade entre as ciências, mas alcançaria um estágio onde não haveria mais fronteiras entre as disciplinas.⁵⁸

Para Fazenda, a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente. Seria preciso uma atitude e postura interdisciplinar. Atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento.⁵⁹ Assim, tem-se também que, no entender de Fazenda, a ação pedagógica através da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O seu objetivo tornou-se a experimentação da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do/a aluno/a, do/a professor/a e do povo e que, na teoria positivista era compartimentada e fragmentada. Articular saber, conhecimento, vivência, escola comunidade, meio-ambiente etc., tornou-se, nos últimos anos, o objetivo da interdisciplinaridade que se traduz, na prática, por um trabalho coletivo e solidário na organização da escola.⁶⁰ Dessa forma, entende-se que um projeto interdisciplinar de educação deverá ser marcado por uma visão geral do Ensino Religioso, num sentido progressista e libertador, evitando que os/as alunos/as sejam submetidos a um método que priorize alguma doutrina em específico.

Nicolescu também afirma que a interdisciplinaridade deve ser entendida como conceito correlato ao de autonomia intelectual e moral. Nesse sentido a interdisciplinaridade serve-se mais do construtivismo do que serve a ele. O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que entende o conhecimento como fruto da interação entre o sujeito e o meio.⁶¹ Nessa teoria o papel do sujeito é primordial na construção do conhecimento. Portanto, o construtivismo tem tudo a ver com a interdisciplinaridade, o que fica claro pelas palavras de Laure Erandi Brandenburg:

A prática interdisciplinar passa a ser concebida como uma prática dialogal, essencial em todo o processo de construção do conhecimento em que o eu individual e o eu coletivo se ajudam mutuamente, pois um aprende com o outro, visto que sem o outro a verdade é fragmentada. Assim, a interdisciplinaridade reorientada a importância dos outros, para ampliar, de forma criativa, os horizontes nas perspectivas sócio-

⁵⁷ NICOLESCU, 2009, p. 23.

⁵⁸ PIAGET, Jean. *A formação social do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 39.

⁵⁹ FAZENDA, 2001, p. 55.

⁶⁰ FAZENDA, 2001, p. 56.

⁶¹ NICOLESCU, 2009, p. 23.

históricas e educacionais, ao mesmo tempo em que respeita o conhecimento e a identidade das disciplinas envolvidas no processo.⁶²

Ainda conforme o entendimento de Nicolescu, a relação existente entre a autonomia intelectual e a interdisciplinaridade revela-se de modo imediato. Na teoria do conhecimento o sujeito não é alguém que espera que o conhecimento seja transmitido a ele por um ato de benevolência. É o sujeito que aprende através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo. É ele, enquanto sujeito autônomo, que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo em que organiza seu mundo.⁶³ Ademais, Nicolescu também entende que:

Até então, a prática educacional dominante está apoiada sobre o paradigma científico de separação e fragmentação do conhecimento. Assim, a atitude intercultural, interreligiosa e internacional pode ser aprendida. Precisamos ter claro que o ensino pressupõe muito mais aprender a religar do que aprender a separar. É necessário repensar a educação para estabelecer as ideias de religar e problematizar como processos estruturantes do ato educativo. A educação interdisciplinar como proposta pedagógica atenderia o desafio e conferiria significado ao ato educativo.⁶⁴

Aqui cabe também ressaltar que, no entendimento de Maria Theresa de Souza, compreender a interdisciplinaridade enquanto processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, capaz de romper as estruturas de cada uma delas para alcançar uma visão unitária e comum do saber trabalhando em parceria é, sem dúvida, uma tarefa importante, a qual demanda grande esforço no rompimento de imensa sequência de obstáculos ligados a uma racionalidade extremamente positivista da sociedade industrializada.⁶⁵

Entretanto, nessa virada do segundo para o terceiro milênio, o contexto histórico vivido – caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, fragmentação do conhecimento e pela excessiva predominância das especializações –, demanda a retomada do antigo conceito de interdisciplinaridade que no longo percurso desse século foi sufocado pela racionalidade da revolução industrial.⁶⁶ Daí porque Pierre Weil e outros afirmarem que, a necessidade de romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento é justificada pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as

⁶² BRANDENBURG, Laude Erandi. *O Ensino Religioso e a Educação Infantil*. São Leopoldo: EST, 2007. p. 198.

⁶³ NICOLESCU, 2009, p. 23.

⁶⁴ NICOLESCU, 2009, p. 24.

⁶⁵ SOUZA, Maria Thereza de. Temas transversais em educação: bases para uma educação integral. *Cadernos de Pedagogia*, São Paulo, n. 20. 2008. p. 19.

⁶⁶ FERREIRA, 2013, p. 17.

diferentes áreas do saber.⁶⁷ Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que vem colocando a pesquisa e o ensino como processo reprodutor de um saber parcelado que, por conseguinte, muito tem refletido na profissionalização, nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância reprodutivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

Ainda de acordo com o entendimento de Weil e outros, a interdisciplinaridade – enquanto aspiração emergente de superação da racionalidade científica positivista – aparece como entendimento de uma nova forma de institucionalizar a produção do conhecimento nos espaços da pesquisa, na articulação de novos paradigmas curriculares e na comunicação do processo perceber as várias disciplinas; nas determinações do domínio das investigações, na constituição das linguagens partilhadas, nas pluralidades dos saberes, nas possibilidades de trocas de experiências e nos modos de realização da parceria.⁶⁸

Esta realização integrativa e interativa, segundo Souza, permite visualizar um conjunto de ações interligadas de caráter totalizante e isenta de qualquer visão parcelada, superando-se as atuais fronteiras disciplinares e conceituais. Face essas ideias, torna-se necessário repensar a produção e a sistematização do conhecimento fora das posturas científicas dogmáticas, no sentido de inseri-las num contexto de totalidade.⁶⁹ Dessa forma, a complexidade do mundo em que se vive, passa a ser sentida e vivida de forma globalizada e interdependente, recuperando-se assim, o sentido da unidade a qual tem sido sufocada pelos valores constantes do especialismo. Ademais, conforme lembra Sérgio Rogério Azevedo Junqueira:

Sendo o objetivo do Ensino Religioso – conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais: valorizar o pluralismo e a diversidade cultural Da sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacente, o processo histórico da humanidade. Faz-se necessário auxiliar os professores e alunos na busca pela compreensão sobre o fenômeno religioso na atual sociedade. Porque as questões do fenômeno religioso passam *a priori* – e entre outros temas – pelos caminhos da cultura e da diversidade.⁷⁰

Cabe aqui ressaltar que, no entendimento de Souza, o ensino da diversidade se faz melhor quando se dá por meio da interdisciplinaridade. Nesse sentido, trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos

⁶⁷ WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan e CREMA, Roberto. *Rumo à nova transdisciplinaridade*. São Paulo: Summus, 2013. p. 82.

⁶⁸ WEIL; D'AMBROSIO; CREMA, 2013, p. 82.

⁶⁹ SOUZA, 2008, p. 22.

⁷⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 91.

fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.⁷¹

Nesse sentido, não restam dúvidas de que a interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e, ainda, que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde seja possível estabelecer as conexões possíveis. Por sua vez, conforme afirma Fazenda, a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para colher contribuições das outras matérias.⁷²

Vale ressaltar que, no contexto da interdisciplinaridade, ao estilo do que defende Bassarad Nicolescu, o Ensino Religioso poderia ser aplicado em parceria com as outras disciplinas, por meio de conteúdos combinados entre os professores, de modo a misturarem-se os temas, pois, em regra, o conjunto do conhecimento humano é um só, sendo dividido apenas, em alguns casos, para efeitos de especialização e de facilitação do aprendizado.⁷³

Diante exposto, tendo sido aqui debatida a questão da interdisciplinaridade aplicada ao Ensino Religioso, passa-se agora, no próximo item – ainda com base em pesquisa de cunho bibliográfico –, a discutir a interdisciplinaridade entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso.

1.4 Interdisciplinaridade entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso

No Brasil, a primeira coisa a ser pensada quando se considera a interdisciplinaridade entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso é que, sem dúvida, tal idioma se constitui – a princípio – a única ferramenta disponível para que o/a educador/a possa transmitir aos/às educandos/as a história e os valores inerentes às ideias de cunho religioso e moral. Esse é, por si, o primeiro enlace desses dois campos do conhecimento humano, quais sejam: a linguística e a religião (aqui entendida em seu caráter generalizado).⁷⁴

Não obstante, o estudo da linguística pode se fazer por meio de diversos recursos, dentre os quais o mais comum seja a contação de histórias, mesmo porque esse é o método mais usual contido em quase todos os chamados livros sagrados. A Bíblia, por exemplo, é um

⁷¹ SOUZA, 2008, p. 23.

⁷² FAZENDA, 2001, p. 59.

⁷³ NICOLESCU, 1999, p. 137.

⁷⁴ SILVA, Fabiana Maria Lobo. Liberdade de religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um estado laico: perspectiva jusfundamental. *Revista de Informação Legislativa*, v. 52, n. 206, 2015. p. 34.

livro constituído a partir de livros menores, cada um deles contando pequenas passagens (fictícias ou não – isso pouco importa), as quais oferecem aos/às leitores/as um arcabouço moral que o leva a refletir sobre determinados temas (fé, obediência, honestidade, bondade, amor, esperança, compaixão, solidariedade, perseverança, dignidade, entre tantos outros). Portanto, a leitura e/ou contação de histórias se configura o primeiro viés interdisciplinar entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso.⁷⁵

Do mesmo modo, as igrejas – e isso, no Brasil, se aplica a quase todas elas – também fazem uso da música (os chamados *cânticos*) como outra forma de passar seus ensinamentos e valores às pessoas. No caso brasileiro, obviamente, essas músicas são escritas e cantadas em idioma Português, o que configura um segundo viés interdisciplinar entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso, ao qual, inclusive, pode-se ainda enriquecer a abordagem por meio da adição da dança – dependendo do tema a ser tratado (festas juninas, por exemplo).

Vale dizer ainda que, embora a fé religiosa possa ser praticada de forma individual, o mais comum é que seja praticada em grupo – pois, para isso é que foram criadas as igrejas. Essa prática coletiva da fé religiosa se assenta em rituais, de prática periódica, os quais estão também relacionados a determinadas datas comemorativas. Tomando-se como exemplo o caso brasileiro, tem-se que, além das datas gerais específicas do cristianismo, a cultura popular fez surgirem outras festas e crendices que se incorporaram aos rituais cristãos praticados no país, alguns inclusive decorrentes do sincretismo religioso, como é o caso novamente, por exemplo, das festas juninas e, também, da capoeira – essa última está ligada não apenas à questão da religiosidade, mas ainda aos ideais de liberdade e de inclusão e diversidade religiosas.⁷⁶ Assim, a interdisciplinaridade existente entre a Língua Portuguesa e o Ensino Religioso apresenta um terceiro viés, de caráter histórico, portanto, concreto, que se viabiliza por meio de debates e aulas expositivas, em abordagens que somente podem ser discutidas com os/as estudantes pelo uso da língua materna, havendo, nesse caso, vasto conjunto de termos derivados de outros idiomas e culturas que se incorporaram à prática religiosa brasileira.

Considerando-se que, no caso de Vila Velha (ES), o nível de educação é o Fundamental, é de se supor que esses vieses sejam suficientes para representar o emprego da interdisciplinaridade entre o ensino de Língua Portuguesa e o Ensino Religioso. Não obstante,

⁷⁵ MARTINS, Ives Gandra da Silva. Educação religiosa nas escolas públicas. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, v. 145, n. 20, p. 81-91, 1996. p. 81.

⁷⁶ SILVA, Cássia Paloma Porto; ARAÚJO, Adjinan Mayara da Silva; BATISTA, Lucas Beltrão; MACHADO, Tatiane Trindade. *A religiosidade nas músicas de capoeira*. Vitória da Conquista: UESB, 2017. p. 10.

o melhor emprego desse recurso – a interdisciplinaridade – dependerá apenas do interesse e do domínio que os/as educadores/as tenham sobre o mesmo. E aqui se chega à importante questão da formação de professores, pois quanto mais tal formação for voltada aos ideais de inclusão e diversidade religiosas, mais amplas serão as chances de que os/as educadores/as respeitem e façam uso desses ideais, evitando assim a *armadilha* representada por uma atuação pedagógica que se deixe contaminar pelo proselitismo.⁷⁷

Sendo assim, tendo, nesse primeiro capítulo, descrito a interdisciplinaridade enquanto instrumento facilitador da ação pedagógica; bem como apresentado os conceitos básicos acerca do tema; tratando ainda da relação entre a interdisciplinaridade aplicada à Língua Portuguesa; aplicada ao Ensino Religioso; e, por último, promovendo a junção entre essas duas disciplinas; passa-se agora, no segundo capítulo, a discutir o ensino da Língua Portuguesa e do Ensino Religioso no Brasil, incluindo suas principais dificuldades.



⁷⁷ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, p. 64-79, 2015. p. 66. [online].

2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Nesse segundo capítulo, também desenvolvido com fundamento em pesquisa de cunho bibliográfico, cujo objetivo principal é abordar alguns dos principais conceitos teóricos acerca de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso no Brasil, debatendo ainda as principais dificuldades inerentes à didática dessas duas disciplinas acima mencionadas, com destaque para questão do preconceito linguístico.

2.1 Ensino da Língua Portuguesa no Brasil

No Brasil, em se tratando especificamente de Ensino Fundamental – e tomando como fundamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, a área de linguagens tem por finalidade possibilitar aos/às alunos/as participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, bem como seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.⁷⁸

Nesse sentido, também se faz importante considerar o aprofundamento da reflexão crítica acerca dos conhecimentos dos componentes da área, em função da maior capacidade de abstração dos/as alunos/as. Tal dimensão analítica é proposta não como fim e, também, como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo, constituindo práticas mais sistematizadas de formulação de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões.⁷⁹

Como idioma oficial do Brasil, o ensino de Língua Portuguesa cumpre objetivos definidos, tais como fazer com que os/as alunos/as compreendam as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. Dessa forma, o componente Língua Portuguesa dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes e às transformações das práticas de linguagem. Assume-se assim a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, entendendo-se a linguagem como forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de

⁷⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular – Educação é base*, 2019. p. 63. [online].

⁷⁹ BRASIL, 2019, p. 64.

interlocução que se realiza cotidianamente por meio das práticas sociais existentes em uma sociedade, nos distintos momentos de sua história.⁸⁰

Então, ao ensino de Língua Portuguesa cabe proporcionar experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, possibilitando a participação crítica nas diversas práticas sociais permeadas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. Assim, torna-se relevante aos/às alunos/as conhecer e valorizar a diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico.⁸¹

Considerando o conjunto de princípios e pressupostos, os eixos de integração elencados na BNCC de Língua Portuguesa são os já consagrados nos documentos curriculares da área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (leitura e escrita) e análise linguística/semiótica, envolvendo conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses.⁸²

Dessa forma, o *eixo leitura* compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multisemióticos e de sua interpretação. Por sua vez, o *eixo da produção de textos* compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multisemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos.⁸³

Dessa forma, tendo sido aqui, nesse primeiro tópico do capítulo dois, abordada a questão do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, passa-se agora, no próximo subitem, a discutir as principais dificuldades do ensino dessa referida disciplina, especialmente no que diz respeito ao preconceito linguístico.

2.2 Principais dificuldades do ensino de Língua Portuguesa

As linguagens humanas evoluem ao longo da história, portanto, a língua é uma construção humana e histórica. Como tal, a língua é organizada pelo ser humano, mas ela também organiza a identidade daqueles/as que a utilizam, pois é por meio do idioma que as pessoas adquirem cultura, apreendendo valores, reconhecendo a si mesmas e aos demais. Nesse uso frequente do idioma ocorre que se verificam variações linguísticas, entendidas

⁸⁰ BRASIL, 2019, p. 67.

⁸¹ BRASIL, 2019, p. 69-70.

⁸² BRASIL, 2019, p. 70-71.

⁸³ BRASIL, 2019, p. 76.

como sendo diferenças que um mesmo idioma apresenta quando é usada, de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas.⁸⁴

Desse modo, a língua não é usada de forma homogênea por todos os seus falantes. O uso de uma língua varia de época para época, de região para região e, principalmente, de classe social para classe social. Nem individualmente pode-se afirmar que o uso seja uniforme. Dependendo da situação, uma mesma pessoa pode usar variedades de um mesmo idioma. Por exemplo, é comum a profissionais de nível superior – como, por exemplo, engenheiros civis e engenheiros agrônomos – que trabalham junto a populações de baixa escolaridade, usarem uma linguagem mais coloquial quando estão em meio a essas pessoas – seja para estabelecerem um mínimo vínculo de aceitação social (para não parecerem arrogantes); seja para se fazerem melhor compreendidos. Tem-se então que a possibilidade de variação da língua expressa a variedade cultural existente.⁸⁵

No Brasil, conforme explica João Gabriel de Lima, as elites nunca se esforçaram para democratizar o saber. Ao contrário, preferem comprometer o futuro do país, dificultando o acesso aos níveis secundário e superior de ensino. Com isso, buscam fazer com que a linguagem seja, de pronto, uma representação da classe. Assim, com poucos minutos de uma conversa qualquer, já se torna possível identificar a origem social dos falantes. Essa é, grosso modo, a intenção das elites. Ocorre que, por outro lado, as classes excluídas também se negam a desenvolver esforços inúteis. Para sua comunicação basta a linguagem rude, e então é essa linguagem rude que eles aceitam para si.⁸⁶

Língua falada e língua escrita são duas formas de comunicação que, para alguns autores, merecem conceitos diferentes. Solange Gallo acredita que a maioria das pessoas parece esquecer que se aprende a falar antes de aprender a escrever e inverte-se a relação natural a palavra escrita tende a substituir, em nosso espírito, a palavra falada.⁸⁷ No Brasil, segundo Edith Pimentel Pinto, fala-se uma língua composta de dialeto, língua autônoma e língua emprestada, em decorrência de influências geográficas, históricas e socioeconômicas. Como exemplo, esta autora menciona diversas características gramaticais e ortográficas básicas que diferenciam o Português falado do Português escrito.⁸⁸

⁸⁴ BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 48.

⁸⁵ BAGNO, 2003, p. 49.

⁸⁶ LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever, eis a questão. *Revista Veja*, 7 de novembro de 2001, São Paulo. p. 104.

⁸⁷ GALLO, Solange L. *Oralidade e escrita*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 44.

⁸⁸ PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 2012. p. 19.

A língua é o instrumento da comunicação humana e pode ser usada de forma falada, escrita ou por meio de sinais. Entretanto, ela sofre acréscimos diários constantes, advindos tanto das ciências (termos técnicos. Exemplo: fenomenologia, acupuntura etc.), como do senso comum (influência estrangeira, gírias e regionalismos. Exemplo: futebol, careta, macaxeira etc.) e da atividade comercial (palavras montadas com base em princípios de marketing. Exemplo: Baré, Bombril etc.). Assim, palavras de variadas origens se misturam às palavras *tradicionais*, dando novo impulso à língua.⁸⁹

Não obstante, a dinâmica da língua é tão intensa que as palavras chegam a mudar a classe gramatical. Veja-se, por exemplo, a palavra *droga*. Introduzida na Língua Portuguesa a partir do termo do idioma Inglês *drug*, de início possuía apenas o sentido de substantivo comum, referente aos produtos farmacêuticos. Contudo, a partir dos anos 60, quando as gírias ganharam mais impulso em função do movimento *hippye* (e do movimento *tropicalista* no Brasil), esse mesmo termo passou a significar *coisa ruim*, algo *sem qualidade*, assumindo então a função de adjetivo. Vale observar aqui que nem toda *droga* se constitui uma *coisa ruim*. Aliás, a grande maioria delas é composta de remédios fundamentais ao tratamento ou prevenção de doenças. De modo mais formal, o uso da palavra *droga* como algo negativo está associado aos entorpecentes. Aí tem-se outra curiosidade: a *droga entorpecente* não era vista exatamente como *algo ruim* entre os jovens que, na sua gíria, a usavam com esse sentido. Finalmente, a palavra *droga* ganhou outra conotação: a de *interjeição*, muito usada nos momentos de raiva, de espanto, de descontentamento (Exemplo: – *Droga, o atacante perdeu um gol fácil!*).⁹⁰

Obviamente que essa dinâmica quase nunca é percebida pelos falantes comuns do idioma, tornando-se objeto de estudos de especialistas. Os falantes querem apenas fazer uso do idioma, sem se preocuparem exatamente com as formalidades acadêmicas. Entretanto, parte da sociedade está atenta ao uso informal, como instrumento para diferenciação das pessoas. Ou seja, a observação da língua – especialmente a falada – serve para a prática de preconceito e exclusão.⁹¹

No Brasil, o Ensino Fundamental é ministrado obrigatoriamente na língua nacional. Essa obrigatoriedade é um fator de garantia da sabedoria da língua e de unificação do território nacional. O uso da língua nacional associada à obrigatoriedade de utilização desta em todo o Ensino Fundamental, confere caráter de instrumentalidade em relação ao

⁸⁹ PINTO, 2012, p. 19.

⁹⁰ PINTO, 2012, p. 23.

⁹¹ PINTO, 2012, p. 24.

desenvolvimento de todas as atividades curriculares programadas pela escola. Assim, o domínio da língua é básico para quase toda a aprendizagem escolar. Além disso, tende a ser um fator relevante na avaliação do desempenho geral do aluno. Em muitos casos o/a bom/a aluno/a é, em geral aquele que domina bem a língua falada e escrita.⁹²

Através de uma reflexão detalhada sobre alguns aspectos do uso da língua, Marcos Bagno, em seu livro intitulado *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*, conduz o leitor a questionar e mesmo analisar o preconceito linguístico resultante de um embate histórico entre língua e gramática normativa, fato que preocupa tanto linguistas quanto profissionais que trabalham com o ensino da língua materna.⁹³

Segundo as afirmações tecidas por Marcos Bagno, existe um tipo de preconceito extremamente forte e vigoroso na cultura brasileira: o preconceito linguístico, que se constitui o lado visível e palpável da ideologia elitista, oligárquica e conservadora que impera na nossa sociedade, que está muito longe de ser uma sociedade plenamente democrática, bastando lembrar que o Brasil ainda é um dos líderes mundiais de desigualdade econômica, com uma das piores distribuições de renda do planeta.⁹⁴

Bagno também afirma que existe um Português padrão, também chamado de *Português padrão*, que é a variedade culta, oficial, usada na literatura, nos meios de comunicação, nas leis e decretos do governo, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, definida nos dicionários e um conjunto de Português não-padrão, que apresenta variedades de acordo com as diferentes regiões geográficas, classes sociais, faixas etárias e níveis de escolarização em que se encontram as pessoas que o falam.⁹⁵

A gramática tradicional é um dos tesouros preciosamente guardados pelos defensores dessa ideologia. A língua apresentada ali é a suposta língua de uma elite dominante, que detém o poder político, a riqueza econômica e o prestígio social dentro da sociedade brasileira. Então, não interessa à pequena elite que controla essa economia poderosa o acesso de uma multidão de pobres aos bens econômicos e culturais que ela defende com garras e dentes.⁹⁶

Em função disso, no Brasil, quem não pertence a essa elite, ou seja, quem não domina o código linguístico dela, é imediatamente acusado de falar uma língua *feia, corrompida, pobre, estropiada*. Toda ideologia, para se manter no poder, gera e alimenta uma série de

⁹² PINTO, 2012, p. 37.

⁹³ BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 6.

⁹⁴ BAGNO, 2000, p. 7.

⁹⁵ BAGNO, 1997, p. 12.

⁹⁶ BAGNO, 2000, p. 10.

preconceitos. Todo preconceito se constitui de um conjunto de mitos, de fantasias, de ideias prontas que são absorvidas pelo senso comum da sociedade. Esses mitos se impregnam de tal maneira na cultura de um povo que derrubá-los se torna uma tarefa quase impossível.⁹⁷

Traçando um paralelo para permitir melhor entendimento, veja-se, por exemplo, o caso do futebol no Brasil. Como atletas, as elites não se lançam no futebol como uma forma de conquistar prestígio, dinheiro e poder. Não lhes parece interessante viver em função daquele esporte. Preferem lançar-se às artes, às ciências e à política, posto que tais áreas lhes parecem mais eficazes como fonte de riqueza e de poder. Ao contrário, as massas populares não podem se lançar nas artes, nas ciências e na política com a mesma eficácia dos membros das elites. Então, tentam o futebol.⁹⁸

O mesmo ocorre com a língua. As elites sentem necessidade de mostrar maior domínio da língua, como forma de representar seu domínio científico. Já os excluídos não veem na língua um fator sobre o qual tenham obrigatoriamente que ter domínio. Afinal, pare que serve a um catador de latas o total domínio das formas verbais? E a um mendigo, de que lhe serve a perfeita formação das frases? O máximo que iria acontecer era eles serem confundidos com falsos pobres e, talvez, até presos por abusarem da boa-fé alheia.⁹⁹

Então, as classes empobrecidas aprendem somente aquilo que lhes convém. Não praticam o Português errado, mas falam o que lhes é necessário e na forma que lhes melhor convém. E assim fazem com todo o conjunto do saber escolar. Note-se, por exemplo, que o engraxate não erra o troco. E, além disso, tem boa noção sobre o preço que precisa cobrar pelos seus serviços, para evitar que tenha prejuízos no momento em que for novamente comprar o material necessário (ceras, escovas, panos etc.). Contudo, muitos dirão que o engraxate, geralmente menino de rua, não possui noções de contabilidade. A realidade do cotidiano diz, porém, que ele conhece a contabilidade que precisa conhecer.¹⁰⁰

O mesmo se dá com a linguagem. As elites eternizam a denúncia feita por Maquiavel, na qual tem-se que o que importa são os fins e não os meios. Essa mesma lição também é internalizada pelas classes economicamente desprivilegiadas, as quais esquecem o meio (a língua) para preocupar-se tão-somente com o fim (a comunicação). Note-se que, inclusive, a língua usada pelos excluídos não é morta. Ao contrário, é viva e se molda por meio das gírias, na medida em que sentem a necessidade de assim procederem.¹⁰¹

⁹⁷ BAGNO, 2000, p. 11.

⁹⁸ BAGNO, 2000, p. 69.

⁹⁹ BAGNO, 2000, p. 70.

¹⁰⁰ BAGNO, 2000, p. 71.

¹⁰¹ BAGNO, 2000, p. 72.

Os residentes nos *guetos* das grandes cidades, bem como os presos, por exemplo, desenvolvem uma língua paralela, que enche de *figuras de linguagem* o Português convencional, no intuito de escaparem da observação frequente exercida pelas instituições de controle e repressão sociais. Portanto, se já se tornou reconhecido que, em países de dimensões continentais, a língua sofre variações conforme a região, também deve ficar entendido que a língua também sofre modificações em decorrência das diversas classes sociais que dela fazem uso. As elites, em sua postura conservadora, talvez acrescentem menos à língua, limitando-se a municiá-la esporadicamente em face dos acréscimos que venham a ser feitos no campo das ciências e das artes.¹⁰²

As classes economicamente desfavorecidas, entretanto, acrescentam à língua as variações que o duro cotidiano lhes impõe. E como tais imposições não são poucas, as mudanças na língua se dão em maior número, assim como é também em maior número o uso não formal dessa mesma linguagem. A análise do discurso revela, portanto, que no linguajar diariamente usado pelas classes mais pobres, a primeira coisa a ser lida é uma denúncia. É o grito, camuflado no verbo pronunciado em desacordo com o sujeito, que clama por justiça social, que quer dizer a todos que aquela pessoa que agora fala é uma pessoa desprovida de cidadania, injustiçada, relegada ao segundo plano nos planejamentos educacionais do Estado.¹⁰³

Esse mesmo verbo, também incompatível com o gênero utilizado na frase, é uma denúncia de que quem está falando não possui um trabalho digno, que lhe permita descansar, estudar, ter lazer. Significa que seu parco salário não lhe permite comprar um livro ou consumir outras formas de absorção cultural. Esse mesmo verbo, que chega a *doer* nos ouvidos daqueles que tiveram o privilégio de sentar em bancos de universidades, se mostra coerente, entretanto, com a moradia humilde (quando há moradia), com a roupa gasta, com os dentes estragados, com o corpo portador de inúmeros males, com o sujeito vítima de preconceitos etc. Então, por que aquele sujeito deve fazer uso correto do verbo, se nele tudo o mais é errado? Por que ele teria que buscar a pronúncia própria dos burgueses, se ele não passa de um excluído? Seria, no mínimo, contraditório.¹⁰⁴

Claro que a chamada *língua culta* confere certo grau de poder a quem dela faz uso. Isso se revela não somente por seu maior poder de eloquência, o qual serve para convencer os demais, como também permite a melhor colocação das ideias, gerando menos dúvidas nos que

¹⁰² BAGNO, 2000, p. 75.

¹⁰³ BAGNO, 2000, p. 76.

¹⁰⁴ BAGNO, 2000, p. 77.

ouvem o discurso. Porém, para que serve a *língua culta* se utilizada por pessoas *que não têm voz*? Para que serve a *língua culta* quando utilizada por pessoas cuja ambição maior é ter direito à próxima refeição?¹⁰⁵

Conclui-se, portanto, que a língua que se chama de *errada* nada mais é que a língua dos excluídos. Essa linguagem, contudo, não pode ser rotulada por *certa* ou *errada*. Ela é errada somente quando avaliada do ponto de vista das elites dominantes. Porém, pelo prisma ético, que reconhece a existência de abismos sociais, a falta de justiça e a não democratização das oportunidades, essa linguagem é correta, posto que cumpra a dois importantes objetivos: de um lado, dá a seus usuários o nível de comunicação de que necessitam, permitindo-lhes, inclusive, a formação de códigos vivos, espontâneos e adaptáveis às suas necessidades de sobrevivência; de outro, representa uma nítida denúncia quanto às formas injustas com que se dá a repartição do *bolo* construído por todos os brasileiros.¹⁰⁶

Para Maria Yvonne Atalécio de Araújo, um dos fatores que se pode levantar para a investigação dessas disfunções do ensino seria a própria língua, responsável, em parte, pela dificuldade de aprendizado de alguns alunos, devido à dualidade com que lhes é apresentada em diversos ambientes. Esses problemas surgem, de um lado, porque o ensino escolar, voltado para a norma culta (e isso não pode ser visto como um defeito), contrapõe-se à linguagem coloquial, usada de forma mais frequente ao longo do cotidiano dos estudantes.¹⁰⁷

Então, cabe aqui mencionar, ainda, a visão de Celso Pedro Luft, o qual coloca a linguagem como um elemento necessário à liberdade do homem. Para Luft, o importante é comunicar. Importante é se habilitar a falar claro, escrever claro, de modo eficiente, utilizar com desembaraço e prazer seu bem pessoal mais íntimo: a língua. Isso é o que importa estudar, praticar, desenvolver; não regras de Gramática.¹⁰⁸ Em sua opinião, como as gramáticas-livros e a Gramática-disciplina têm finalidade didática, é compreensível que se restrinjam às regras da língua culta. O fato é que tais compêndios se restringem ainda mais às regras da linguagem escrita formal. E assim, lamentavelmente, não se dá a necessária atenção à plenitude ou totalidade da língua, que inclui variedades de tempo, região, classe social, sexo e estilo. Dessa forma, a Linguística moderna, sobretudo na vertente gerativo-

¹⁰⁵ BAGNO, 2000, p. 80.

¹⁰⁶ BAGNO, 2000, p. 81.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Maria Yvonne Atalécio de. *Importância do vocabulário da linguagem*. Belo Horizonte: Vigília, 2002. p. 14.

¹⁰⁸ LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. São Paulo: Ática, 2008. p. 18.

transformacional, chama a atenção para a diferença entre a gramática dos falantes e a gramática dos estudiosos e teóricos.¹⁰⁹

Como se vê, quase como regra, o menor emprego da língua padrão reflete as diferenças socioeconômicas. Daí vem a concepção de preconceito linguístico. Ao se rir ou criticar alguém que não domina o idioma se está incorrendo no erro de desconsiderar sua condição social. Afinal, uma pessoa que não domina a língua padrão é, quase sempre, alguém que teve menor oportunidade. Então, essa pessoa merece, no mínimo, compaixão. Ademais, seguindo a lógica da oferta e do consumo, se a Educação é um produto como outro qualquer, talvez alguém ter pouco acesso à Educação de qualidade deva-se ao fato de que outros tenham muito acesso a esse mesmo nível elevado de educação.¹¹⁰

E é aqui que se verifica a interseção entre o ensino de Língua Portuguesa e o Ensino Religioso – o preconceito linguístico evidente, frente à compaixão necessária. Ensinar Português também requer criticidade e humanismo, de modo a fazer com que os/as estudantes entendam as perdas de oportunidades e a exclusão a que foi submetida parte considerável da sociedade brasileira.

Sendo assim, após debater, nesse segundo tópico do capítulo dois, as principais dificuldades do ensino dessa referida disciplina, passa-se agora, no próximo subitem, a descrever – de forma breve e considerando apenas o tempo mais recente – como se dá o Ensino Religioso no Brasil.

2.3 Ensino Religioso no Brasil

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta, como alguns dos principais objetivos da disciplina Ensino Religioso, propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos e, também, desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal de 1988.¹¹¹

O mesmo pode ser entendido quando se lê que a disciplina Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. De igual modo, quando a BNCC estabelece as

¹⁰⁹ LUFT, 2008, p. 32-33.

¹¹⁰ BAGNO, 2003, p. 61.

¹¹¹ BRASIL, 2019, p. 436.

competências específicas de Ensino Religioso para o ensino fundamental, afirmando que tal disciplina deve levar o/a aluno/a a compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.¹¹²

Então, ainda conforme a BNCC, a percepção das diferenças (alteridades) possibilita a distinção entre o *eu* e o *outro*, *nós* e *eles*, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos (representações, saberes, crenças, convicções, valores) necessários à construção das identidades. Como se pode constatar, de forma geral, a BNCC apresenta os fundamentos necessários para que a disciplina Ensino Religioso ajude o/a estudante a *reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um*; bem como a *valorizar a diversidade de formas de vida*. Trata-se, pois, de um documento importante, visto que sua orientação se dá no sentido de contribuir para a minimização ou, até mesmo, a eliminação de quaisquer formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Nesse sentido, a BNCC se constitui importante patamar educacional, cujas finalidades vão ao encontro das necessidades sociais e educativas do país, nesse conturbado momento político.¹¹³

Frente ao exposto, Bruno Rafael Machado Nascimento afirma que o Ensino Religioso se insere em um paradigma emergente que se opõe ao paradigma dominante que se utiliza da razão instrumental e da disciplinarização dos saberes.¹¹⁴ Ainda conforme Nascimento, a nova perspectiva epistemológica, além de admitir a pluralidade de saberes, abre-se para a necessidade do estudo do fenômeno religioso e suas manifestações. Enquanto a modernidade havia relegado a religião na esfera privada das escolhas pessoais, a pós-modernidade relança a força das religiões na esfera pública, lá onde as estruturas de poder da sociedade civil são chamadas a renegociar e administrar os princípios e valores da convivência humana.¹¹⁵

Segundo Nascimento, o modelo fundamentado nas Ciências da Religião busca solucionar a questão da autonomia pedagógica e epistemológica do Ensino Religioso escolar, pois trata-se de uma questão de educação para a cidadania plena; sustenta-se sobre pressupostos educacionais e não sobre argumentações religiosas. O Ensino Religioso escolar se justifica como componente curricular, enquanto expressão de abordagem científica. Isso significa que se fundamenta em tradição científica que supere os interesses individuais e de

¹¹² BRASIL, 2019, p. 437.

¹¹³ BRASIL, 2019, p. 438.

¹¹⁴ NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. O Ensino Religioso e seus modelos epistemológicos. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 3, n. 6, p. 1-17, 2016. p. 4.

¹¹⁵ NASCIMENTO, 2016, p. 4.

grupos, dessa forma, as ciências da religião podem oferecer as bases teóricas e metodológicas para a compreensão do fenômeno religioso articulando-o com as finalidades educativas.¹¹⁶

De acordo com Nascimento, a contribuição da Ciência da Religião consiste em possibilitar comparações entre sistemas de referência. Aprende-se que nenhum ser humano que tem sua língua, seus pensamentos e seus valores, pode viver sem um sistema de referência. Aprende-se também que nenhum sistema de referência pode ou deve reclamar para si validade absoluta. Com isso desmascara-se qualquer forma de eurocentrismo como ilusão perigosa.¹¹⁷

Nascimento também afirma que nos moldes atuais pretendidos para a disciplina Ensino Religioso existe a intencionalidade educativa, pois o conhecimento sobre religião é importante para vida social e ética dos educandos. Nesse sentido, a visão é transreligiosa que pode conectar-se com a epistemologia atual, pois busca superar a fragmentação do conhecimento posta pelas diversas ciências com suas especificações e alcançar horizontes de visão amplos sobre o ser humano.¹¹⁸ Em conclusão, Nascimento entende que o Ensino Religioso é interdisciplinar na abordagem ao fenômeno religioso, sintoniza-se com o atual pensamento complexo que defende a interdependência dos fenômenos e a necessidade de reformar o pensamento que compartimenta o saber em disciplinas.¹¹⁹

Conforme Tamiris Alvez Muniz, com a oferta do Ensino Religioso assegurada, sua institucionalização foi tomada como algo dado, e iniciou-se trabalho para consolidar essa disciplina.¹²⁰ Tal processo foi marcado por discussão dos paradigmas de ensino, dos conteúdos, dos programas curriculares, e por luta intensa pela formação profissional, para que a academia reconhecesse a disciplina. Assim, o Ensino Religioso – de matrícula facultativa – constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à liberdade e à diversidade cultural e religiosa do Brasil, conforme Fabiana Maria Lobo da Silva:

A expressão da liberdade religiosa pelo ensino contempla tanto a liberdade do indivíduo e das confissões religiosas de ensinar as suas convicções, como a liberdade de receber Ensino Religioso de acordo com as convicções próprias. Por sua vez, a liberdade de receber Ensino Religioso pode se apresentar como: a) o direito dos pais, ou de quem os represente, de que seus filhos recebam educação religiosa: deriva do direito genérico dos pais de educar seus filhos e de escolher o tipo de educação que melhor atenda às suas convicções, sejam elas religiosas ou

¹¹⁶ NASCIMENTO, 2016, p. 7-8.

¹¹⁷ NASCIMENTO, 2016, p. 8.

¹¹⁸ NASCIMENTO, 2016, p. 9.

¹¹⁹ NASCIMENTO, 2016, p. 9.

¹²⁰ MUNIZ, Tamiris Alves. *A disciplina Ensino Religioso no currículo escolar brasileiro: institucionalização e permanência*. Catalão: UFG, 2014. p. 91.

filosóficas, tal como reconhecido pelo art. 26, § 3.º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); e, b) o direito do indivíduo de receber educação religiosa conforme suas próprias convicções ou, se menor, de acordo com as convicções de seus pais ou responsáveis.¹²¹

Sobre isso, Anísia de Paulo Figueiredo entende que a legislação vigente mantém o Ensino Religioso numa concepção mais eclesial do que como elemento normal do sistema de ensino. Assim, na prática, permanece como apêndice da conjuntura escolar, discriminado, questionado, embaraçado – como empecilho à infraestrutura do sistema.¹²² Vale destacar que o Ensino Religioso, apesar de ter matrícula facultativa, integra os horários normais das escolas públicas, contribuindo para a maior compreensão de alguns dos principais temas que evidenciam os modos de vida, tais como: ética, cidadania, respeito, tolerância e capacidade de aceitar os outros e a si próprio, abrangendo ainda a história das diversas religiões, a fim de obter convivência pacífica. Observa-se, assim, que o debate sobre o Ensino Religioso vem acompanhando toda a história da Educação brasileira. Nos últimos anos vem se acentuando mais fortemente a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas.

Conforme Carlos Alberto Jamil Cury, o Ensino Religioso legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do Ensino Fundamental – na medida em que envolve a questão do Estado laico, a secularização da cultura, a realidade dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo – torna-se questão complexa e polêmica.¹²³ Assim, cabe ressaltar os dispositivos constitucionais que remetem ao problema em discussão, permitindo a amplidão da temática, constantes no art. 19 da Constituição Federal de 1988:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou com seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.¹²⁴

O artigo acima revela que os constituintes tinham o claro objetivo de estabelecer limites bem definidos entre a atuação do Estado (que deve manter-se laico) e as diversas religiões encontradas no tecido social brasileiro. Daí a importância de se tentar evitar que a escola privilegie alguma doutrina religiosa em especial. Ainda de acordo com Cury, a laicidade é clara, o respeito aos cultos é insofismável e quando a lei assim o determinar pode haver campos de mútua cooperação em prol do interesse público, como é o caso de serviços

¹²¹ SILVA, Fabiana Maria Lobo da. Liberdade de religião e o Ensino Religioso nas escolas públicas de um estado laico: perspectiva jusfundamental. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 52, n. 206, 2015. p. 271.

¹²² FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 102.

¹²³ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 20-37, 1993. p. 20.

¹²⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

filantrópicos.¹²⁵ Além disso, o art. 1º, inciso III põe como fundamento da República: *a dignidade da pessoa humana*. Não contente com esses dispositivos, a Constituição Federal de 1988 explicita um conjunto de direitos e deveres individuais e coletivos entre os quais se podem citar os incisos:

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias; VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.¹²⁶

Não obstante, o art. 3º, inciso IV, coloca como objetivo da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Para Cury, se a cidadania é fundamento da República, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios das relações internacionais brasileiras. Portanto, há aqui, à luz da dignidade da pessoa humana, o repúdio a toda forma de discriminação e a assinalação de objetivos maiores como a cidadania em nível nacional e os direitos humanos em nível internacional.¹²⁷

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os parlamentares começaram a preparar a legislação complementar, visando adequar as inovações constitucionais às novas exigências da Educação brasileira. Um exemplo disso é que, assumindo caráter humanista, guiado pelo princípio da dignidade humana, intensificou-se o debate acerca da inclusão de alunos/as portadores/as de necessidades especiais. Do mesmo modo, no que tange ao Ensino Religioso, reacendeu-se a discussão acerca da laicidade do ensino no Brasil.

Vale destacar que, após 1988, foi também aprovada a nova LDB (Lei Federal n. 9.394/96),¹²⁸ estabelecendo, em seu artigo 3º, inciso II, que o ensino seria ministrado com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.¹²⁹ Segundo o entendimento de Junqueira, após oito anos da promulgação da Constituição foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, a LDBEN 9.394/96, denominada *Lei Darcy Ribeiro*,¹³⁰ que orientava os sistemas da Educação nacional para uma nova

¹²⁵ CURY, 1993, p. 21.

¹²⁶ BRASIL, 1988.

¹²⁷ CURY, 1993, p. 22.

¹²⁸ BRASIL. *Lei Federal n. 9.394/96 – Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

¹²⁹ CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. *Tocar em frente as ensinhanças da dúvida: a busca da identidade do Ensino Religioso*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2009. p. 50.

¹³⁰ JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 55.

compreensão favorecendo a diversidade e a pluralidade cultural brasileira, com princípios e fins mais amplos:

Art. 2º – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extra-escolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.¹³¹

Para Luiz Gonzaga Moura Penteado, a LDBEN n. 9.394/96 manteve o Ensino Religioso em caráter facultativo, retirando do texto as modalidades confessionais. Assim, o Ensino Religioso passou a compreender o Ensino Fundamental e, a partir dessa lei, sendo concebido como parte integrante da formação básica.¹³² Tais mudanças, alinhadas com a perspectiva do respeito à diversidade cultural religiosa e o veto ao proselitismo, representaram para o Ensino Religioso importante marco no sentido de buscar sua identidade e pertinência no meio escolar. Quanto a isso, Lilian Blank de Oliveira afirma que:

A reformulação do artigo 33 fixou um caminho importante para orientar o perfil do componente curricular e a habilitação do corpo docente de Ensino Religioso, estabelecendo que essa tarefa é das instituições de ensino superior que, por meio do ensino, pesquisa e extensão, podem formar professores devidamente habilitados, pedagogicamente e didaticamente, para essa área de conhecimento.¹³³

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira e Raul Wagner afirmam que o Ensino Religioso seja um componente curricular do ensino brasileiro responsável por amplas discussões, convergências e divergências de interesses. Tal percurso acidentado é notadamente percebido na construção da legislação sobre o Ensino Religioso, pois cada palavra das leis, sempre esteve envolvida na disputa entre Estado e Igreja, a questão que justificava ou ainda o faz é a homogeneidade da opção religiosa do povo brasileiro, que por interesse sempre fizeram acreditar que esta população pertenceria a uma e única tradição religiosa.¹³⁴

¹³¹ CARON, Lurdes (Org.). *O Ensino Religioso na Nova LDB*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 120-121.

¹³² PENTEADO, Luiz Gonzaga Moura. *Entre dizeres, saberes e fazeres: os espaços vivenciados pelo Ensino Religioso no currículo da escola pública de Recife, no período de 1996 a 2014*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. p. 87.

¹³³ OLIVEIRA, Lilian Blank de. *Ensino religioso no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 56.

¹³⁴ JUNQUEIRA e WAGNER, 2011, p. 55.

Cabe aqui destacar que, ao se afirmar que o Estado se tornou laico, quer-se dizer que o mesmo se tornou equidistante dos cultos religiosos, sem assumir um deles como religião oficial. A laicidade, ao condizer com a liberdade de expressão, de consciência e de culto, não pode conviver com Estado portador de uma confissão. Por outro lado, o Estado laico não adota a religião da irreligião ou da antirreligiosidade. Assim, ao respeitar todos os cultos e não adotar nenhum, o Estado libera as instituições religiosas do controle no que tange à especificidade do religioso e se libera do controle religioso. Isso quer dizer, ao mesmo tempo, o deslocamento do âmbito religioso do estatal para o privado e a assunção da laicidade como conceito referido ao poder de Estado.¹³⁵ Cabe ressaltar que a LDB foi sancionada mediante a Lei Federal n. 9475/97, que ficou com a seguinte redação:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.¹³⁶

Tal redação agradou os defensores do Ensino Religioso e está em vigor. Mas, assim como as leis anteriores, tem sido muito questionada.¹³⁷ Com a vigência dessa lei foi também aprovado o seu substitutivo por meio da edição da já mencionada Lei Federal n. 9.475/97,¹³⁸ elevando o Ensino Religioso ao patamar de disciplina escolar e área do conhecimento integrante na formação básica. O Ensino Religioso – de matrícula facultativa – constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à liberdade e à diversidade cultural e religiosa do Brasil, conforme explica Fabiana Maria Lobo da Silva:

A expressão da liberdade religiosa pelo ensino contempla tanto a liberdade do indivíduo e das confissões religiosas de ensinar as suas convicções, como a liberdade de receber Ensino Religioso de acordo com as convicções próprias. Por sua vez, a liberdade de receber Ensino Religioso pode se apresentar como: a) o direito dos pais, ou de quem os represente, de que seus filhos recebam educação religiosa: deriva do direito genérico dos pais de educar seus filhos e de escolher o tipo de educação que melhor atenda às suas convicções, sejam elas religiosas ou filosóficas, tal como reconhecido pelo art. 26, § 3.º, da Declaração Universal dos

¹³⁵ CURY, 1993, p. 21-22.

¹³⁶ BRASIL. *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso* – parâmetros curriculares nacionais: Ensino Religioso. São Paulo: AM Edições, 1997. p. 66.

¹³⁷ CÂNDIDO, Viviane Cristina. Do Ensino Religioso ao estudo da religião: uma proposta epistemológica. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, v. 4, n. 5, São Paulo, 2009. p. 229.

¹³⁸ BRASIL. Lei Federal n. 9.475/97 – *Dá nova redação ao artigo 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1997.

Direitos Humanos (DUDH); e, b) o direito do indivíduo de receber educação religiosa conforme suas próprias convicções ou, se menor, de acordo com as convicções de seus pais ou responsáveis.¹³⁹

Torna-se imperativo destacar a importância de se defender um Ensino Religioso que priorize a liberdade do indivíduo, não tentando submeter o mesmo a alguma doutrina em específico. De acordo com o Referencial Curricular para o Ensino Religioso na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino, o objetivo do Ensino Religioso para os Anos Iniciais é:

O Ensino Religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita: proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando; subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informado; analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais; facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas; refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.¹⁴⁰

Dessa forma, entende-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) ressaltam que os objetivos do Ensino Religioso valorizam o pluralismo e a diversidade cultural, proporcionando ainda espaços de reflexões que colaboram na formação integral do educando. Segundo Martins, é simplório considerar que a mudança no texto visava amenizar críticas ao posicionamento contraditório à laicidade do Estado.¹⁴¹ Contudo, o que se observa atualmente é que, embora o texto tenha sido modificado, é dada – a cada Estado – autonomia para regulamentar o Ensino Religioso da forma que convier; permitindo-se a do ensino confessional, em favorecimento à religião católica. Vale destacar que o Ensino Religioso, apesar de facultativo, integra os horários normais das escolas públicas.¹⁴²

Uma das principais metas do FONAPER (Fórum Nacional Permanente para o Ensino Religioso) foi alcançada em 1996, com a criação dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Religioso. Esse documento propôs as diretrizes fundamentais para o Ensino Religioso enfatizando que a disciplina deveria evitar qualquer forma de proselitismo. De acordo com esses PCNs, o objetivo dessa disciplina não é o estudo de determinada religião

¹³⁹ SILVA, 2015, p. 271.

¹⁴⁰ FONAPER, 2009, p. 46-47.

¹⁴¹ MARTINS, Ives Gandra da Silva. Educação religiosa nas escolas públicas. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, v. 145, n. 20, p. 81-91, 1996. p. 91.

¹⁴² FIGUEIREDO, 1994, p. 103.

ou da religião, mas o estudo das diversas formas que ele se manifesta na história, em seus aspectos filosóficos, sociológicos, históricos, psicológicos. De acordo com o referido documento, esse novo modelo de Ensino Religioso deve se articular em torno de cinco eixos principais: culturas e religiões, escrituras sagradas, teologias, ritos e *ethos*, além de ter por principal objetivo, refletir sobre a religiosidade e despertar a dimensão religiosa do ser humano.¹⁴³

Para Junqueira e outros, coube ao FONAPER a tarefa de elaborar e divulgar o documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER). Considerado de fundamental importância para a formação básica do cidadão e para o pleno desenvolvimento humano, o Ensino Religioso incorporou novos paradigmas – lembrando que um paradigma significa novo modelo, algo que serve como parâmetro de referência para a ciência, como estrutura considerada ideal e digna de ser seguida.¹⁴⁴

De acordo o FONAPER, esses momentos se interligam por meio de uma dinâmica no movimento constante. Portanto, não são estanques e nem isolados, estando fundamentado em princípios tais como: valores éticos, sociais, políticos e religiosos, visando integrar os/as alunos/as em seu contexto social, o que proporciona a participação efetiva através de temas transversais, abordando assuntos concernentes ao seu cotidiano, levando a questionar, discutir e opinar sobre determinados temas, proporcionando maior discernimento.¹⁴⁵

No Brasil, conforme o entendimento de Cury, a disciplina Ensino Religioso é legalmente aceita como sendo parte dos currículos das instituições de Ensino Fundamental. No entanto, na medida em que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade social dos diversos credos e a face existencial de cada pessoa, ele torna-se questão complexa e polêmica.¹⁴⁶ Por sua vez, Viviane Cristina Candido afirma haver grande ambiguidade na questão da afirmação que somos um Estado laico, uma vez que o próprio Estado acaba cedendo às pressões das diversas instituições religiosas, o que fez com que o Estado novamente fosse influenciado pelas diversas instituições religiosas, principalmente pela CNBB ao promulgar a Constituição Federal de 1988 com a afirmação *sob a proteção de Deus*.¹⁴⁷ Contudo, Muniz lembra que:

¹⁴³ FIGUEIREDO, 2010, p. 19.

¹⁴⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 66.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas dos. LDBEN, Ensino Religioso e temas transversais em escolas públicas de Pernambuco. In: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPLEXIDADE E TRABALHO DOCENTE. *Anais...* Congresso Nacional De Educação, 12, Curitiba, 2015. [online].

¹⁴⁶ CURY, 1993, p. 21-22.

¹⁴⁷ CÂNDIDO, 2009, p. 229-244.

A configuração que a disciplina Ensino Religioso assume a partir dos anos 1980 no Brasil está intimamente ligada à configuração do próprio campo religioso e social no país nesse momento. O campo religioso vem sofrendo mudanças desde o início dos anos 1970 com a diminuição do número de católicos, seguida pelo crescimento do número de evangélicos e sem religiões, que ocorreu, de forma mais acentuada, a partir dos anos 1980, em meio ao processo de redemocratização do país e ao discurso de respeito à pluralidade religiosa referendada pela Constituição Federal de 1988.¹⁴⁸

No entanto, não se trata de embate entre as igrejas cristãs brasileiras. Ao contrário, Muniz também aponta a reestruturação do cenário, conforme abaixo:

Em face da reconfiguração desse campo, o Ensino Religioso, que desde os tempos da Colônia e do Império figurava apenas como saber escolar, constituiu-se em disciplina escolar na década de 1930, com caráter confessional, predominantemente católico, passou, também, por um processo de resignificação. As mudanças de paradigma sofridas pelo Ensino Religioso são próprias do processo de construção de disciplinas escolares, fruto da necessidade de atender e se ajustar às demandas do contexto histórico. Por isso mesmo, essas mudanças se assentam em relações de poder e interesses, e representam, também, uma estratégia da Igreja Católica para conseguir apoio de outras instituições religiosas e, assim, assegurar a permanência do Ensino Religioso no currículo escolar. Considerando a dificuldade de assegurar sua hegemonia, essa igreja se abre ao diálogo com outras igrejas, vale-se de elementos comuns entre elas, de forma a se manter no cenário educacional e legitimar a oferta do Ensino Religioso.¹⁴⁹

Como se pode perceber, em face do estudo histórico, o Ensino Religioso não está imune às interferências dos diversos grupos de interesse que permeiam o tecido social, especialmente quando se considera que as religiões fazem parte desse grupo de interesses. Daí, não é difícil entender os problemas mais frequentes que, a despeito da legislação, o Ensino Religioso tem enfrentado ultimamente, tais como a dificuldade de inclusão de todo o universo cultural religioso, o que resulta na questão da tolerância religiosa, conforme se falará brevemente no próximo tópico.

Assim, após trazer ao debate, aqui nesse terceiro tópico do segundo capítulo, como se desenvolve a disciplina Ensino Religioso no Brasil, passa-se agora a discutir, no próximo subitem, algumas das principais dificuldades que essa mesma disciplina enfrenta nas escolas do país – especialmente nas escolas públicas.

2.4 Principais dificuldades do Ensino Religioso

Segundo Gilbraz Aragão e Mailson Souza, o Ensino Religioso é compreendido como educação sobre a religiosidade humana, devendo tratar pedagogicamente do conhecimento

¹⁴⁸ MUNIZ, 2014, p. 92.

¹⁴⁹ MUNIZ, 2014, p. 93.

espiritual para além das tradições místicas, religiosas e não religiosas, tematizando seus conteúdos simbólicos, bem como os valores que as espiritualidades, na prática, desenvolvem através da história. Trata-se de comparar criticamente e interpretar os fatos religiosos em seus contextos históricos, em busca de significados mais profundos para esse patrimônio cultural da humanidade que são as espiritualidades filosóficas e religiosas.¹⁵⁰

Ainda conforme Aragão e Souza, como área de conhecimento produtora de conteúdos traduzidos e aplicados pelo Ensino Religioso, tal disciplina deve dialogar com a crítica psicossocial e resguardam uma abertura para o significado mais refinado das experiências humanas de transcendência. Para Daniel Abreu Gonçalves e Daniela Medeiros de Azevedo Prates, a trajetória do Ensino Religioso apresenta transformações desde sua introdução no Brasil, marcada pelo projeto de catequização e condução às formas de dominação presentes na articulação entre Estado e Igreja. O que foi questionado pelos movimentos que reivindicavam um Estado laico. Nessa direção, houve alterações nos modos de conceber a disciplina em relação aos seus propósitos de ensino, a forma que era ministrada, algumas vezes confessional, interconfessional e não confessional, bem como sua obrigatoriedade e a quem cabe a responsabilidade pela sua orientação. Diante dos debates que acompanharam a trajetória do Ensino Religioso, faz-se necessário refletir que sua presença e sua regularização nas escolas públicas foram perpassadas pela influência das instituições religiosas, historicamente da Igreja Católica e, mais recentemente, das demais igrejas.¹⁵¹

Para Gonçalves e Prates, o Ensino Religioso deve contribuir para formação de uma perspectiva de ensino que contribua para a formação integral de cidadãos capazes de se reconhecer e coexistir em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa. Portanto, firmando-se em princípios educacionais e civilizatórios voltados ao bem comum, a um modo de vida, para viver e conviver no espaço público, especialmente a partir do contexto de redemocratização. Ainda assim, é possível observar que esta noção da formação para o convívio no espaço público foi colocada em *xequê*, especialmente quando se vê novamente fragilizados os princípios democráticos no contexto atual. Momento em que se vê retomando o caráter confessional atribuído ao Ensino Religioso, especialmente diante da noção de que cabe ao espaço privado, a família, a regulação sobre a esfera religiosa.¹⁵²

¹⁵⁰ ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018. p. 43.

¹⁵¹ GONÇALVES, Daniel Abreu; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. O Ensino Religioso na rede pública de ensino: (re)abrindo o debate. *Revista Thema*, IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, Brasil, v. 15, n. 4, p. 1318-1334, 2018. p. 1319.

¹⁵² GONÇALVES; PRATES, 2018, p. 1319.

No Brasil, nos últimos anos, vem-se se mostrando crescente a intolerância religiosa, o que revela a luta silenciosa que há no espaço educacional, travada por igrejas cristãs, contra qualquer mínimo espaço que possa ser dado a religiões oriundas de outras culturas. Isso porque, obviamente, no que tange exclusivamente ao estudo das religiões, o Ensino Religioso nem sempre trabalha com saberes cuja veracidade pode ser testada, igual ocorre com a Física ou com a Biologia. Mais ao estilo do saber filosófico, o Ensino Religioso cuida da formação ética dos/as estudantes, preparando a consciência dos/as educandos/as, de modo a auxiliá-los/as a ser pessoas melhores, bem como buscando a construção de um mundo melhor e mais justo. Hoje é reconhecido entre quase todos os educadores que o Ensino Religioso, para alcançar suas metas mais nobres, deve priorizar a diversidade e a pluralidade, bem como ajudar a combater todas as formas de preconceito – especialmente o preconceito linguístico, quando devidamente harmonizada com outras disciplinas, como é o caso da Língua Portuguesa.

Diante do exposto, tendo sido aqui, neste segundo capítulo, abordados alguns dos principais conceitos teóricos acerca de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso no Brasil, debatendo ainda as principais dificuldades inerentes à didática dessas duas disciplinas acima mencionadas, com destaque para a questão do preconceito linguístico, passa-se agora a conhecer como se dá a aplicação dessas mesmas disciplinas, valendo-se de recursos didáticos que priorizem a interdisciplinaridade, no contexto prático da realidade educacional do município Vila Velha (ES), o que será desenvolvido no próximo capítulo, de cunho prático, quando serão expostos a metodologia, os resultados e as análises da pesquisa de campo.

3 APLICAÇÃO PRÁTICA DAS TÉCNICAS DE INTERDISCIPLINARIDADE

Após ter sido desenvolvida a exposição teórica, com base em pesquisa de caráter bibliográfico, passa-se agora, neste último capítulo, à apresentação da pesquisa de campo desenvolvida junto à UMEF Professor Elson José de Souza, pertencente à Região I e submetida à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Vila Velha (ES), quando se buscou melhor conhecer as técnicas utilizadas que buscam, com base no ensino interdisciplinaridade, acrescer importante instrumento facilitador da interseção do Ensino Religioso e Língua Portuguesa. Para tanto, foram observados alguns exercícios aplicados a alunos/as matriculados/as no 9º ano do Ensino Fundamental II, no município de Vila Velha (ES), na UMEF acima mencionada.

3.1 Metodologia utilizada na pesquisa de campo

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, o estudo aqui proposto foi realizado por meio da combinação de pesquisa teórico-bibliográfica e pesquisa de campo junto à UMEF Professor Elson José de Souza, em 1 (uma) turma do 9º ano do Ensino Fundamental II de Vila Velha (ES). Para tanto, nesta dissertação fez-se uso, como tipo de pesquisa, das seguintes linhas de estudo: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.¹⁵³ Desse modo, apresenta-se aqui pesquisa de caráter qualitativo. No entanto, cabe aqui observar que, ao longo desse segundo semestre de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, a aplicação de questionários – prevista na introdução desta dissertação – teve que ser substituída por aulas *online*, visto que as aulas presenciais ainda estão suspensas no município de Vila Velha (ES).

Diante desse inesperado fator, optou-se por enviar uma solicitação a 01 (um) par de professores/as de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso (um par de professores/as que lecionam no turno vespertino da UMEF Professor Elson José de Souza), por meio da qual pedia-se que os/as mesmos/as narrassem suas experiências interdisciplinares relativas a essas disciplinas – modelo em anexo. Basicamente, a solicitação a que se fez referência nessa primeira aula *online* interdisciplinar continha apenas uma única questão, qual seja: *Você já desenvolveu trabalho interdisciplinar, envolvendo as matérias Língua Portuguesa e Ensino Religioso? Se sim, por favor descreve com o máximo possível de detalhes e, ao final, faça uma breve avaliação sobre os resultados desta experiência.*

¹⁵³ RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 271.

Cabe destacar que, no município de Vila Velha (ES), os exercícios envolvendo técnicas interdisciplinares têm sido incentivados pela SEMED, posto que a atual gestão acredita que os métodos informais de ensino, quando utilizados na devida medida, podem alcançar resultados satisfatórios, fazendo com que os/as alunos/as se mostrem mais motivados ao aprendizado.

Assim, tendo sido aqui descritos, de forma abreviada, os procedimentos metodológicos básicos da pesquisa de campo, passa-se agora, no próximo subitem, a apresentar e a analisar seus resultados, confrontando-os com a literatura consultada, bem como tomando por base as avaliações desenvolvidas pelos/as professores/as colaboradores/as – os/as quais não serão identificados.

3.2 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo

A partir de agora, como já fora mencionado, passa-se a expor a apresentação e a análise dos resultados da pesquisa de campo, realizada na UMEF Elson José de Souza.

3.2.1 Primeiro exercício

O primeiro exercício a ser aqui apresentado e devidamente analisado foi desenvolvido em turma de 9º ano, da UMEF Professor Elson José de Souza, ainda no mês de julho de 2020, em sistema *online*, após o primeiro par de professores/as de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso combinar que fariam uma aula interdisciplinar. O exercício, com duração aproximada de uma hora e meia, basicamente se resumia a pedir para que os/as alunos/as assistissem o vídeo contido no *link* abaixo, sobre o qual, ao final, deveriam debater e depois, em grupos de 04 (quatro) ou 05 (cinco) estudantes, desenvolver redação – de, no mínimo, 10 (dez) linhas, até, no máximo, 20 (vinte) linhas, acerca do tema abordado. Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FrjQrXc80cY&t=11s>.

O vídeo que serviu de base para esse exercício, intitulado *Tolerantia* (Tolerância), com duração de 6 minutos e 20 segundos, aborda a questão da dificuldade que muitas pessoas têm em aceitar que haja formas diferentes de religiosidade, ou mesmo de aceitar que outros possam até mesmo não ter religião.

Os/as professores/as combinaram que, ao/à de Ensino Religioso caberia coordenar os debates, bem como avaliar as redações desenvolvidas em grupo, somente naquilo que dissesse respeito exclusivamente à disciplina Ensino Religioso, enquanto que ao//à de Língua

Portuguesa caberia corrigir os textos produzidos, avaliando-os especificamente quanto ao bom emprego do idioma pátrio e das técnicas de produção de texto. Ao final, como incentivo, as duas notas seriam somadas e divididas por 2 (dois), formando a nota média de cada grupo; a qual, após ser dividida por 10 (dez), este *décimo* seria também a nota média de cada aluno/a do grupo – passível de arredondamento positivo, caso o/a professor/a julgue necessário –, a ser somada à nota geral do/a aluno/a, tanto em Ensino Religioso, quanto em Língua Portuguesa.

Aos/às alunos/as foi explicado, ainda, que a formação dos grupos deveria ser homogênea, evitando-se que fossem constituídos de estudantes do mesmo gênero (masculino e feminino). Além disso, ressaltando a importância da cooperação e da harmonia, os/as componentes de cada grupo deveriam tentar se ajudarem entre si, já que a nota média do grupo seria a nota de cada componente.

Seguindo estas orientações, após a exibição do mencionado vídeo foram formados 05 (cinco) grupos de alunos/as, os quais apresentaram os textos a seguir relacionados, cabendo ainda destacar que o tamanho das redações pode estar menor ou maior que os originais – escritos em papel A4 –, por terem sido digitados.

Dito isso, passa-se agora à análise da redação desenvolvida pelo Grupo 1:

Grupo 1.

Título: INTOLERÂNCIA.

Desde os tempos mais remotos que os seres humanos brigam por causa de religião. Ainda hoje, apesar de todos os avanços tecnológicos, há ainda quem tente convencer outras pessoas, visando convertê-las ou fazê-las acreditarem sobre a importância de se crê em Deus.

Contudo, parece que quanto mais as pessoas tentam convencer as outras, mais contribuem para que a divisão de ideias aumente, bem como mais o ódio se alastra pela sociedade. Isso acontece porque, quando se trata de religião, cada adulto já possui uma ideia formada sobre o que considera bom pra si mesmo. Então, as tentativas de converter o outro quase nunca dão certo.

A conclusão a que chegamos é de que é preciso respeitar a opinião do outro, aceitando pacificamente suas escolhas, sua liberdade e sua diversidade religiosa.¹⁵⁴

Em relação ao texto do Grupo 1, acima exposto, o/a professor/a de Língua Portuguesa identificou apenas 2 (dois) erros de grafia (destacados acima). Considerou também que a redação está bem estruturada, tendo começo, meio e fim, havendo também tópico frasal no parágrafo inicial e uma conclusão objetiva no último parágrafo. Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota foi 9,0 (nove).

¹⁵⁴ Ver Apêndice B.

Por sua vez, o/a professor/a da disciplina Ensino Religioso considerou como sendo de excelente qualidade a redação acima apresentada, pois traduz o entendimento esperado em relação à questão da diversidade religiosa. Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota foi 10,0 (dez).

Portanto, a média das duas avaliações foi 9,5 (nove e meio) – cada aluno/a do Grupo 1 ganhando 0,95 décimos a serem somados à nota geral, tanto em Ensino Religioso, quanto em Língua Portuguesa.

Aqui cabe analisar o trabalho sob a ética da interdisciplinaridade – enquanto processo metodológico de construção do conhecimento com base na relação do sujeito com o contexto, com a realidade, com sua cultura – constitui fator importante para superar a fragmentação dos conteúdos e dos currículos não só na escola, mas no entendimento do conhecimento como um todo. Sendo assim, pode-se dizer que a interdisciplinaridade requer a responsabilidade como farol diretivo que apresenta o contexto das coisas, tendo como relevância o sentido do pensamento, a ação e transformação.¹⁵⁵

Passa-se agora à análise do texto produzido pelo Grupo 2:

Grupo 2.
Título: RELIGIÃO.

Todo mundo tem o direito de escolher a religião que quiser seguir. Inclusive, as pessoas também tem o direito de trocar de religião ou, ainda, de não seguir religião alguma. Porém, ainda existe pessoas que não aceitam isso.

O problema de não se saber aceitar a opinião do outro é que isso acaba provocando discórdia. Quando o assunto é religião, então é ainda muito pior, pois as pessoas podem se tornar muito agressivas. Já houve tempo em que as pessoas até matavam por causa de religião. Nos dias de hoje é importante que não se permita que isso volte a acontecer, porque há leis que protegem o direito das pessoas de terem ou não terem religião.

No Brasil, a maioria das pessoas são cristãs. Mas, mesmos entre os cristãos há muita divergência, pois o cristianismo brasileiro se divide basicamente entre católicos e evangélicos. Entre os evangélicos também existem muitas divisões. Então, é preciso que seja respeitada a diversidade religiosa.¹⁵⁶

Na visão do/a professor/a de Língua Portuguesa, o Grupo 2 cometeu 3 (três) erros de Português de concordância e de acentuação (destacados acima). Além disso, embora no primeiro parágrafo o tópico frasal tenha ficado claro, no último parágrafo a conclusão parece um pouco confusa. Daí porque, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota atribuída foi 8,0 (oito).

Já para o/a professor/a de Ensino Religioso, embora o Grupo 2 tenha desenvolvido uma redação alinhada com os objetivos da diversidade religiosa, o texto comete o erro de

¹⁵⁵ PINHO e outros, 2015, p. 38.

¹⁵⁶ Ver Apêndice B.

somente considerar o ponto de vista cristão, por entender que essa é a visão da maioria dos brasileiros. No entanto, a diversidade religiosa deve levar em conta, inclusive, as preferências das minorias, pois são justamente essas que precisam ser incluídas e aceitas. Em função disso, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota estipulada foi 8,0 (oito).

Sendo assim, para o Grupo 2 foi atribuída, como média das duas avaliações, a nota 8,0 (oito) – cada aluno/a desse Grupo ganhando 0,8 décimos a serem somados à nota geral nas duas disciplinas.

No entanto, ao se analisar o trabalho com base na interdisciplinaridade tem-se que não se pode deixar de citar suas principais características: integração, diálogo, intercâmbio de saberes, comunicação entre outras; pois a interdisciplinaridade tem por objetivo conjugar os muitos *ramos* do saber, além de dilatá-los, construindo espaços emergentes de investigação. Afinal, o conhecimento científico – baseado na lógica interdisciplinar –, busca lidar com a crescente complexidade, revela-se um conhecimento que surge como resultado do *rompimento*, ou do *alargamento*, das fronteiras disciplinares.¹⁵⁷ E aqui, no exercício apresentado pelo Grupo 2, foi possível identificar, no uso cotidiano da linguagem dos alunos, os *preconceitos* comuns a uma sociedade preconceituosa e que ainda tem grandes dificuldades para aceitar a diversidade religiosa.

A próxima análise refere-se à redação apresentada pelo Grupo 3:

Grupo 3.
Título: INTOLERÂNCIA.

As brigas por causa de religião são inúteis. Cada pessoa tem o direito de escolher sua religião. No Brasil, a constituição federal garante esse direito. Ainda assim, existe muitas brigas por conta de religião. Igual a esse desenho animado que acabamos de assistir, a televisão também mostra que, no Brasil, as religiões maiores atacam as religiões menores com muita frequência. As religiões de matriz africana, por exemplo, sofrem preconceitos e são alvos de frequentes ataques. Mesmo havendo leis que protegem a diversidade religiosa, no Brasil essas leis não são respeitadas. Isso acontece porque cada um acha que sua religião é o caminho certo para levar o homem à Deus. Porém, no mundo existem problemas muito mais sérios que religião. A fome e as guerras são exemplos de problemas graves.¹⁵⁸

No que tange ao trabalho feito pelo Grupo 3, o/a professor/a de Língua Portuguesa identificou como erro ortográficos somente o uso de iniciais minúsculas para documento oficial e o uso de crase antes de pronome masculino, além de um erro de concordância (acima destacados). No entanto, a estrutura do texto é composta de apenas um parágrafo, no qual a

¹⁵⁷ COELHO, 2017, p. 15.

¹⁵⁸ Ver Apêndice B.

fase de conclusão parece levar a uma premissa que, de certa forma, não se alinha ao tópico frasal. Por conta disso, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota conferida foi 7,0 (sete).

No entanto, o/a professor/a de Ensino Religioso considerou muito importante a menção às religiões de matriz africanas, as quais, no Brasil, são as que mais recebem agressões e perseguições. Assim, em face dessa visão mais ampla da questão, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota atribuída foi 10,0 (dez).

Então, no caso do Grupo 3 a nota média alcançada foi 8,5 (oito e meio) – cada aluno/a desse Grupo ganhando 0,85 décimos a serem somados à nota geral, tanto em Ensino Religioso, quanto em Língua Portuguesa.

Nesse sentido, cabe ainda destacar que esse exercício interdisciplinar foi ao encontro do que pensa Coelho, o qual afirmar que cabe à ciência desamarar-se das fronteiras disciplinares, criando ferramentas relevantes e adequadas para o processo de apreensão dos fenômenos de maior complexidade, buscando lidar com a pluralidade, com a (des)ordem, com a incerteza e o caos, que têm feito parte, cada vez mais, das manifestações atuais dos fenômenos sociais.¹⁵⁹

Frente ao exposto, na próxima página passa-se a expor a análise inerente à redação desenvolvida pelo Grupo 4:

Grupo 4.

Título: QUAL É A MELHOR RELIGIÃO?

Ninguém sabe dizer qual é a melhor religião. A minha? A sua? A deles? Não importa! O importante é que se aprenda a conviver pacificamente, aceitando as opiniões diferentes das nossas.

E se ninguém pode garantir qual é a melhor religião, é sinal de que, do mesmo modo, ninguém pode acusar outras religiões de serem erradas, piores ou inferiores. Nem mesmo se pode acusar de estar erradas as pessoas que não têm religião. Certos são aqueles que aprendem a conviver com a diversidade religiosa. Totalmente errados são somente os que rejeitam a diversidade religiosa, ferindo os direitos constitucionais das pessoas.

Por fim, é preciso lembrar que o Brasil é um estado laico: ou seja, aqui as leis garantem, a todos, o direito de ter ou não uma religião. Sendo assim, não se pode tentar impor nossas crenças religiosas a outras pessoas.¹⁶⁰

Segundo o entendimento do/a professor/a de Língua Portuguesa, a redação do Grupo 4 é a mais inovadora – mais ao estilo de uma crônica –, pois ousa ao incluir, no parágrafo introdutório, questionamentos como forma de reforçar o tópico frasal. Quanto aos erros, foi identificado apenas um erro de concordância (destacado acima). Por fim, é preciso destacar

¹⁵⁹ COELHO, 2017, p. 13.

¹⁶⁰ Ver Apêndice B.

que o Grupo 4 revelou bom conhecimento da questão central – a diversidade religiosa. Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota atribuída foi 9,5 (nove e meio).

Em relação ao trabalho do Grupo 4, o/a professor/a de Ensino Religioso concordou com seu/sua colega educador/a, a respeito do amplo entendimento da questão, visto que, indo além das conclusões óbvias induzidas pelo desenho animado, a redação faz referência à questão jurídica, mostrando que os/as alunos/as combinaram os saberes das duas disciplinas envolvidas diretamente nesse exercício, com o saber de outras disciplinas – como o Direito, por exemplo. Assim, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota conferida foi 10,0 (dez).

Com isso, a nota média do Grupo 4 foi 9,75 (nove e setenta e cinco) – cada aluno/a desse Grupo ganhando 0,97 décimos a serem somados à nota geral das duas disciplinas envolvidas.

Aqui torna-se importante destacar a visão de Batista e Salvi, que afirmam que o tema da interdisciplinaridade se vincula à noção de cidadania, o que, por conseguinte, permite vincular a algumas das principais dimensões humanas: histórica, epistemológica e pedagógica. Dessa forma, pode-se vislumbrar a interdisciplinaridade em um projeto político-pedagógico, nascido da prática que demanda diretrizes políticas articuladas, esbarrando em grande desafio, posto que, em geral, a formação profissional é disciplinar. Por isso mesmo, Batista e Salvi propõem a interdisciplinaridade como modelo específico de ensino-aprendizagem, o que se entende como necessário avanço.¹⁶¹

Por último, logo a seguir tem-se a exposição análise concernente à redação desenvolvida pelo Grupo 5:

Grupo 5.
Título: ...

Em um mundo já repleto de motivos para as pessoas brigarem entre si, as religiões se apresentam como um motivo a mais para a violência, contribuindo muito mais para dividir os homens que para promover sua união.

Então, é errado não aceitar a diversidade religiosa, porque isso significa violar o direito que cada pessoa tem de fazer suas próprias escolhas, conforme sua cultura, seus costumes e sua base de conhecimento. Para tanto, deve-se aceitar que toda religião leva a um mesmo lugar ou a um mesmo estado de espírito. Claro que não é difícil perceber que algumas religiões **tem** como principal finalidade tomar o dinheiro dos fiéis. Mas isso não é um problema **exclusivo** de cada pessoa que decide seguir essas religiões. Não a cabe a nenhum de nós **diser** o que o outro pode ou não fazer.

Respeitar a diversidade religiosa de cada pessoa é de grande **importância** para que a sociedade possa viver em paz.¹⁶²

¹⁶¹ BATISTA; SALVI, 2011, p. 80.

¹⁶² Ver Apêndice B.

O/a professor/a de Língua Portuguesa apontou 4 (quatro) erros de ortografia no texto apresentado pelo Grupo 5 (destacados acima), no mais considerando boa a qualidade da redação, cuja estrutura contém organização e linguagem clara. Assim, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota conferida ao Grupo foi 9,0 (nove).

No entanto, o/a professor/a de Ensino Religioso apontou um erro crasso no tópico frasal, o qual afirma que *as religiões se apresentam como um motivo a mais para a violência*. Na visão desse/a professor/a, isso não é verdade, pois, de modo geral, é o desrespeito à diversidade religiosa que causa violência; e não as religiões em si. E isso é afirmado na própria redação, no segundo parágrafo. Diante disso, em face dessa contradição no texto, denotando errôneo entendimento da questão, ainda que parcialmente, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), a nota dada ao Grupo 5 foi 8,0 (oito).

Desse modo, a nota média do Grupo 5 foi 8,5 (oito e meio) – cada aluno/a desse Grupo ganhando 0,85 décimos a serem somados à nota geral, tanto em Língua Portuguesa, quanto em Ensino Religioso.

Mais uma vez, adotando a visão de Mittitier e Lourençon, tem-se a confirmação da interdisciplinaridade, enquanto processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito, com base na sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura, constituindo fator de grande importância, capaz de superar a fragmentação dos conteúdos e currículos não só na escola, mas no entendimento do conhecimento em geral. Com isso, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade requer a responsabilidade como bússola diretiva, a apresentar o contexto das coisas, tendo como relevância o sentido do pensamento, a ação e transformação.¹⁶³

E assim, após a exposição e análise desse primeiro exercício, o qual cumpriu devidamente os objetivos do ensino interdisciplinar envolvendo as duas disciplinas centrais da presente dissertação, passa-se agora, no próximo subitem, a também apresentar e analisar o segundo exercício.

3.2.2 Segundo exercício

O segundo exercício a ser apresentado e analisado também foi desenvolvido na mesma turma de 9º ano da UMEF Professor Elson José de Souza, no mês de agosto de 2020, após o par de professores/as de Língua Portuguesa e de Ensino Religioso estabelecer que faria nova

¹⁶³ MITTITIER; LOURENÇON, 2017, p. 3.

aula de caráter interdisciplinar. O exercício, com duração aproximada de uma hora e meia, resumia-se a pedir para que os/as alunos/as procurassem, nos livros da biblioteca ou, ainda, em textos postados na Internet, poemas (que também poderiam ser letras de músicas populares brasileiras) relacionados à religiosidade humana, podendo abordar qualquer forma de religiosidade ou temas afins, incluindo, até mesmo, formas de negação da religiosidade. Contudo, os grupos, em um máximo de 5 (cinco), deveriam combinar entre si, de forma a evitar que fossem escolhidos poemas abordando o mesmo ponto de vista ou a mesma religião.

Aos/às alunos/as foi dada a liberdade para escolherem o estilo de poema, desde que respeitadas algumas exigências em relação ao texto escolhido: a) que não contivesse termos de baixo calão, nem ofensas a quaisquer religiões; b) que o/a autor/a fosse brasileiro/a; c) que se buscassem, no dicionário, os significados das palavras incomuns; d) que se fizesse breve resenha sobre o estilo do texto; e) que se fizesse um parágrafo, contendo breve interpretação do texto; f) que não se usassem orações ou cânticos de igrejas; g) que fosse copiado, em apenas uma folha de papel A4; h) que fosse declamado ao final do exercício (por um/a ou mais alunos/as do grupo).

Ao/à professor/a da disciplina Ensino Religioso caberia avaliar os parágrafos interpretativos escritos com base nos poemas escolhidos. Por sua vez, ao/à professor/a de Língua Portuguesa caberia avaliar a resenha inerente ao estilo de cada poema. No entanto, essa avaliação seria oral e alheia de estabelecimento de notas, sobre as quais ficou estabelecido que cada aluno/a ganharia 1 ponto, a ser somado às notas gerais daquelas duas disciplinas.

Assim como no primeiro exercício, aos/às alunos/as foi explicado que a formação dos grupos deveria ser homogênea, evitando-se que fossem constituídos de um misto estudantes do mesmo gênero (masculino e feminino). O tempo do exercício também foi explicado: os/as alunos/as teriam 30 minutos para escolher o poema e, ainda, mais 30 minutos para desenvolver a resenha do estilo e o parágrafo de interpretação do poema escolhido. Os 30 minutos finais se destinariam às declamações feitas pelos/as alunos/as e apreciações dos/as professores/as. Diante de tais orientações, foram formados 05 (cinco) grupos de alunos/as, os quais apresentaram os textos a seguir relacionados.

Em seguida, dando início às análises desse segundo exercício, o/a professor/a da disciplina Ensino Religioso considerou muito boa a interpretação que o Grupo 1 deu ao poema intitulado *Soneto*, de Chico Xavier, elogiando também a escolha de um texto de vertente religiosa espírita – que não é tão popular no Estado do Espírito Santo –, o que denotou, no mínimo, haver boa noção de diversidade cultural e religiosa.

Grupo 1.

SONETO
(Francisco Cândido Xavier)

No exílio é que a alma vive da lembrança,
numa doce saudade enternecida,
tendo chorosa a vista que se cansa
de procurar a pátria estremecida;

Com dolorosas lágrimas avança,
do sonho que teceu e amou na vida,
para a morte, onde tem sua esperança,
na celeste ventura prometida.

E Deus, que os orbes cria, generoso,
na vastidão dos céus iluminados,
concede a paz ao triste e ao desditoso

Na clara luz dos mundos elevados,
onde, do amor, reserva o eterno gozo
para as almas dos pobres desterrados.

Interpretação do texto:

O poema aborda a questão da saudade, sentimento comum aos exilados. Porém, apresenta Deus como o ser capaz de devolver conforto à alma de quem chora e sofre por estar longe dos seus. Sabendo-se que o autor foi um famoso médium e maior nome do espiritismo brasileiro, supõe-se que esse exílio, ao qual o poema se refere, tanto pode ser o de quem se encontra longe da pátria, como também pode ser o de quem se encontra longe do mundo terreno.

Sobre o estilo do texto:

Soneto é uma produção poética com forma preestabelecida, sendo composto por dois quartetos e dois tercetos. Ao todo, o soneto permite cinco rimas, sendo duas utilizadas nos dois quartetos e três usadas nos dois tercetos. Seus versos podem ser decassílabos ou dodecassílabos.

Termo incomum:

a) Orbes = substantivo comum – área, astro, campo, domínio, esfera, globo, redondeza.¹⁶⁴

No que diz respeito ao estilo do texto, o/a professor/a de Língua Portuguesa também considerou bom a breve explicação feita pelos/as alunos/as, acrescentando que o conceito básico de soneto, em sua forma mais clássica, tem ainda, em cada verso, haver acentuação tônica obrigatória nas sílabas de número 4, 8 e 12 (nos dodecassílabos) e, nas sílabas de número 4, 6 e 10 (nos decassílabos).

Já no que concerne à questão específica da interdisciplinaridade, cabe aqui, como forma de reforçar a importância dessa técnica de ensino, mencionar as palavras de Lanúzia

¹⁶⁴ Ver Apêndice C.

Almeida Brum Ávila *et al*, quando afirmam que a interdisciplinaridade favorece o entendimento de situações complexas presentes na interface das disciplinas na medida em que possibilita compreender a abrangência de temas e recursos.¹⁶⁵

No poema aqui apresentado, por exemplo, unem-se conhecimentos inerentes às duas disciplinas diretamente envolvidas, além de outros, como a matemática (para a contagem métrica ou para o estabelecimento das rimas tônicas, bem como requer que os/as leitores/as, para *mergulharem* mais profundamente no texto, tenham necessariamente que abrir mão de seus dogmas, buscando ver a mensagem poética muito além das próprias crenças.

Passando-se agora ao poema trazido pelo Grupo 2, vê-se um texto de autoria de Ângela Pontes, intitulado *Inquietação*, conforme exposto a seguir:

Grupo 2.

INQUIETAÇÃO
(Ângela Pontes)

E nas perguntas que fiz a Deus,
Ele silenciou.
Não entendi.
Era minha forma humana...
esperava palavras.
E quando tudo estava apascentado
encontrei-me em suas mãos
e fez próximo à compreensão
que eram Teus desígnios
em mim.

Interpretação do texto:

Nesse poema, onde inexistente relação direta com qualquer religião, primeiro dá-se certa insatisfação diante do silêncio de Deus ante as indagações humanas. Em um segundo momento, porém, o texto revela uma nova forma de compreender a comunicação e a ação divina na vida do ser humano, como se houvesse ocorrido um processo de iluminação ou de elevação espiritual.

Sobre o estilo do texto:

O texto em questão tem estilo livre, com versos que não se prendem a formas preestabelecidas, nem faz uso de rimas, dando a impressão de ser um fragmento do pensamento humano.

Termo incomum:

a) Desígnio = substantivo comum abstrato = ideia de realizar algo; intenção, propósito, vontade.¹⁶⁶

Em sua avaliação, o/a professor/a de Ensino Religioso aprovou a visão dos/as alunos/as do Grupo 2, por terem percebido que o poema aborda a evolução humana em

¹⁶⁵ ÁVILA, Lanúzia Almeida Brum; MATOS, Diego de Vargas; THIELE, Ana Lúcia Purper; RAMOS, Maurivan Güntzel. A interdisciplinaridade na escola: dificuldade e desafios no ensino de ciências e matemática. *Revista Signos*, Lajeado, v. 38, n. 1, p. 9-23, 2017. p. 15.

¹⁶⁶ Ver Apêndice C.

relação à compreensão do plano metafísico, seguindo uma ordem lógica em que, primeiro, revela-se insatisfeito, já que não obtém uma resposta imediata e nos moldes materiais da aceitação humana e, em um segundo momento, eleva-se ao ponto de compreender os desígnios de Deus, os quais não necessariamente precisam ser expressos da forma e no tempo que os seres humanos desejam.

Quanto ao estilo do texto, o/a professor/a de Língua Portuguesa avaliou como corretas as definições apresentadas pelo Grupo 2, acrescentando que a forma livre de escrever poemas é relativamente nova, nascida da vontade humana de se expressar livremente. Sendo assim, o estilo de escrever é também, em si mesmo, um grito por liberdade e, nisso, assemelha-se também aos movimentos sociais modernos, que clamam por uma forma mais livre de se pensar a religiosidade, onde a doutrinação e a imposição não são mais aceitáveis.

Veja-se aqui como a interdisciplinaridade dá-se quase que naturalmente, posto que ao se analisar um poema, tem-se incutidas até mesmo as questões de direito. Então, o verso livre pode, comumente, representar um anseio humano pelo pleno direito à expressão. E isso, não é, de modo algum, uma crítica à produção de textos que se submetem à formas preestabelecidas, pois a questão central é o livre direito à escolha – e isso serve para tudo: inclusive para a linguagem e para a postura religiosa.

Nesse sentido, há que se concordar com o entendimento de Ana Paula Santellano de Oliveira e Roniere dos Santos Fenner, quando afirmam que o desafio de trabalhar em um contexto interdisciplinar encontra-se desde o ambiente escolar até a sala de aula, pois os/as professores/as atuam como mediadores da aprendizagem, construindo conhecimentos com os/as alunos/as de modo proativo. Então, atuar em uma lógica distinta daquela que em geral é adotada no ambiente escolar, fundamentada na fragmentação das disciplinas, e em conteúdos desarticulados, requer mudanças não apenas dos/as profissionais envolvidos/as, mas também do sistema educacional como um todo.¹⁶⁷

Dando sequência ao trabalho, passa-se então ao poema escolhido pelo Grupo 3, em que se tem a letra da música intitulada *Eternas Ondas*, de autoria do conhecido cantor paraibano, Zé Ramalho, apresentado na próxima página.

Sobre o trabalho do Grupo 3, o/a professor/a de Ensino Religioso elogiou a escolha de uma poema-canção, por entender que isso também é uma percepção da amplitude da literatura, a qual se constitui a base de muitas outras artes, tais como a música, o teatro, o

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Ana Paula Santellano; FENNER, Roniere dos Santos. Interdisciplinaridade: o desafio de trabalhar a área das ciências da natureza na escola pública. *Tear – Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2020. p. 3.

cinema, entre outras. Na visão desse/a professor/a, a interpretação do poema também denota coerência com o texto, acrescentando que, conforme o texto, a atuação divina se dá por meio das ações da natureza e isso, de certo modo, vai também ao encontro dos anseios mais modernos, inerentes aos ideais de desenvolvimento sustentável.

Grupo 3.

ETERNAS ONDAS
(Zé Ramalho)

Quanto tempo temos antes de voltarem aquelas ondas
que vieram como gotas de silêncio tão furioso
derrubando homens entre outros animais
devastando a sede desses matagais
derrubando homens entre outros animais
devastando a sede desses matagais.

Devorando árvores, pensamentos...
seguindo a linha
do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar.

Devorando árvores, pensamentos...
seguindo a linha
do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento.

Interpretação do texto:

O poema faz referência a um novo e esperado dilúvio, como forma de punir os seres humanos (novamente), por terem, de alguma forma, contrariado a vontade de Deus. O dilúvio foi, segundo o Antigo Testamento da bíblia sagrada, a forma como Deus puniu os homens. Daí supor-se que este poema siga a vertente cristã, porém sem maiores especificações.

Sobre o estilo do texto:

No que se refere ao formato, o texto acima tem estilo livre. Contudo, por ser a letra de uma canção, vale-se de rimas (com terminações ais e ar). No caso em questão, as rimas são pobres, visto que são formadas por termos que pertencem ao mesmo grupo de palavras (com terminações ais, são substantivos comuns; com terminações ar, são verbos no infinitivo). A repetição de alguns versos talvez tenha a intenção de que a canção lembre o movimento das ondas.

Termos incomuns:

Não tem.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Ver Apêndice C.

Por sua vez, o/a professor/a de Língua Portuguesa aprovou a apreciação do Grupo 3 no tocante ao estilo do texto que, embora seja livre, valeu-se do uso de rimas para conferir maior musicalidade à canção. Como observação, em sentido de crítica positiva, especialmente porque a turma já havia estudado as chamadas *figuras de linguagem*, o/a professor/a observou que esse poema contém algumas figuras bem interessantes, quais sejam: *gotas de silêncio tão furioso* e *do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso*, ambas se referindo a forma não anunciada como o caos vai crescendo na história da humanidade, na medida em que os seres humanos vão se desarmonizando entre si e, também, na proporção em que vão agredindo o meio ambiente.

Sobre a interdisciplinaridade, o poema escolhido pelos/as alunos/as do Grupo 3 chama a atenção por também agregar outra área de conhecimento, além das duas já diretamente envolvidas, qual seja: a ecologia, ou ambientalismo. Isso se harmoniza com o pensamento de Edgar Morin, o qual entende que a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca a relação de inseparabilidade e as relações entre o fenômeno e seu contexto e, ainda, deste com o contexto global. Diz-se isso porque o complexo requer um pensamento que capte relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que seja, ao mesmo tempo, solidárias e conflitivas (como, por exemplo, a *democracia*, que consiste no sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes.¹⁶⁹

E assim, passa-se a seguir à apresentação e à análise do trabalho desenvolvido pelo Grupo 4, cujos/as estudantes/as escolheram um poema de autoria de André Luís Soares, escritor brasileiro, residente no Espírito Santo, intitulado *Soneto da Culpa em Pedro*, exposto na página seguinte.

Sobre o trabalho apresentado pelos/as alunos/as do Grupo 4, o/a professor/a de Ensino Religioso elogiou a escolha de um autor que vive em terras capixabas, lembrando que é muito importante conhecer um pouco da arte local. Quanto à interpretação do texto, destacou o modo profundo com que os/as estudantes analisaram o poema, visto que perceberam outros enfoques, além do contexto puramente religioso. Muito sabiamente, a análise do Grupo 4 é centrada no sofrimento e na conseqüente confusão mental de quem se viu, por questões de sobrevivência, obrigado a negar um amigo.

¹⁶⁹ MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23.

Quanto ao/à professor/a de Língua Portuguesa teceu elogios ao Grupo 4, em face da descrição mais detalhada do conceito de soneto, o qual, embora ainda esteja incompleto, expôs breve alusão à historicidade dessa modalidade de escrita poética, além das observações referentes à composição das rimas.

Grupo 4.

SONETO DA CULPA EM PEDRO
(André Luís Soares)

Tentei dizer... mostrar o quanto é bom
seguir Teus passos no sagrado chão,
gozar a vida sem sentir-me vão...
pois vi no amor o mais divino dom.

Movi meus lábios, surpreendi-me com...
ao pensar “– Sim”, da língua tive o “– Não!”
Neguei três vezes, tal previsto e então...
aconteceu de o galo dar o tom.

Naquele instante, em que falhara a fé,
quando fingi desconhecer quem És
e repeti que nem fora um dos Teus...

vencera o medo, ao induzir minha voz
a rir de Ti, por vir morrer por nós...
e feito assim, tornei-me algoz de Deus!

Interpretação do texto:

O poema escolhido apresenta nítido viés cristão, sem identificação específica e sem tecer crítica ao pensamento religioso, bem como não emprestando ao mesmo quaisquer formas de reforço dogmático. Trata-se de abordagem acerca do sentimento de culpa, por meio de uma referência a um momento de possível remorso, vivenciado pelo apóstolo Pedro, logo após ter mentido, ao negar, por três vezes, conhecer Cristo – conforme o texto bíblico. Porém, é preciso considerar que, do ponto de vista biológico, a negação de Pedro, longe de ser mera falha do caráter, pode ter sido tão-somente o instinto de sobrevivência falando mais alto em sua cabeça, ao perceber o perigo de morte que seria admitir que conhecia e que andava com Cristo.

Sobre o estilo do texto:

Surgido na Itália, por volta do século XIII, o soneto é um poema com formato fixo, contendo dois quartetos e dois tercetos, totalizando 14 versos, os quais podem ser decassílabos (heroico) ou dodecassílabos (alexandrino). O poema em questão constitui soneto bem estruturado, com refinada composição da sonoridade, visto que o autor faz amplo emprego das chamadas rimas ricas, que são aquelas cujas palavras pertencem a classes gramaticais diferentes.

Termo incomum:

a) Algoz = substantivo masculino comum – carrasco, executor da pena de morte ou de outras penas corporais (como tormentos, açoites etc.); indivíduo cruel, de maus instintos; atormentador, assassino.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Ver Apêndice C.

Novamente sente-se aqui a necessidade de reforçar o valor do ensino interdisciplinar, pois o trabalho apresentado pelo Grupo 4 remete a algo bem mais complexo do que somente Ensino Religioso e Língua Portuguesa. De modo geral, os/as alunos/as perceberam que a discussão em torno desse poema evoca outros campos do conhecimento, tais como a Biologia, a Psicologia, visto que a *culpa em Pedro*, suscitada pelo poeta, não pode ser resumida a questões de caráter religioso, por haver ali até mesmo reações involuntárias – já que é parte da essência humana tentar, a todo custo, preservar a própria vida.

E é justamente essa amplitude de abordagens o que há de mais importante nas técnicas interdisciplinares de educação, levando os/as alunos/as a compreenderem melhor a complexidade da vida – que não pode ser explicada apenas em função das frases dos livros sagrados, por mais que esses tenham também seu valor. A interdisciplinaridade, conforme o entendimento de Marcos Vinícius Guimarães de Paula *et al*, constitui nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. A interdisciplinaridade está fundamentada em uma ação em movimento. Assim, percebe-se esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose e a incerteza.¹⁷¹

Daí porque poder-se afirmar que um ensino fundamentado em atividades de caráter interdisciplinar possibilita a formação de alunos/as com uma visão geral de mundo, preparados/as para articular, religar e contextualizar, situando-se em um âmbito e, quando possível, globalizando, reunindo os conhecimentos adquiridos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade pode ser entendida como conceito alicerçado na complexidade, na abordagem de temas que se colocam muito acima das barreiras comuns ao saber fragmentado.¹⁷²

Adentra-se agora na análise do último trabalho, qual seja o texto apresentado pelo Grupo 5, que é o poema de Vinícius de Moraes, intitulado *Caminho Para a Distância*, exposto na próxima página.

Analisando o trabalho do Grupo 5, o/a professor/a de Ensino Religioso achou muito positivo que, ao interpretar o poema, os/as alunos/as fizessem breve relação entre o texto estudado e alguns mínimos elementos da vida do autor. Sobre isso, ressaltou que, em arte, nem tudo o que é escrito tem relação direta com a vida do autor; contudo, do mesmo modo, quase nunca o autor consegue ser totalmente imparcial e distanciado. O/a professor/a também

¹⁷¹ PAULA, Marcos Vinícius Guimarães de; KOCHHANN, Andréa; SILVA, Lucimara Cristina Borges da. Interdisciplinarizar a prática pedagógica: interligando os saberes matemáticos com as vivências corporais na Educação Física. *Revista Anápolis Digital*, v. 11, n. 2, p. 90-106, 2020. p. 92. [online].

¹⁷² OLIVEIRA; FENNER, 2020. p. 3.

elogiou a escolha do poema de Vinícius de Moraes, afirmando ainda que, em certo sentido, este texto se assemelha minimamente tanto com o *Inquietação*, de Ângela Pontes (Grupo 2), quanto com o *Eternas Ondas*, de Zé Ramalho (Grupo 3), posto que, nesses três poemas há momentos de descontentamento do ser humano, ora para com o divino, ora para consigo mesmo.

Grupo 5.

CAMINHO PARA A DISTÂNCIA
(Vinícius de Moraes)

Para que cantarei nas montanhas sem eco
as minhas louvações?
A tristeza de não poder atingir o infinito
embargará de lágrimas a minha voz.
Para que entoarei o salmo harmonioso
se tenho na alma um de-profundis?
Minha voz jamais será clara como a voz das crianças.
Minha voz tem as inflexões dos brados de martírio.
Minha voz enrouqueceu no desespero...
Para que cantarei
se em vez de belos cânticos serenos
a solidão escutará gemidos?
Antes ir. Ir pelas montanhas sem eco,
pelas montanhas sem caminho,
onde a voz fraca não irá.
Antes ir – e abafar as louvações no peito.
Ir vazio de cantos pela vida.
Ir pelas montanhas sem eco e sem caminho, pelo silêncio,
como o silêncio que caminha...
("Senhor, eu não sou digno").

Interpretação do texto:

Criado em tradicional escola católica, o autor deixa transparecer, neste poema, uma pequena amostra de seu profundo conhecimento da doutrina cristã. Contudo, há um certo descontentamento – não para com Deus –, mas para consigo mesmo, o que parece claro no último verso, entre aspas e parênteses, quando menciona uma parte da missa católica: – *Senhor, eu não sou digno que entreis em minha morada, mas dissei uma palavra e serei salvo*.

Sobre o estilo do texto:

O texto acima tem estilo livre, não adotando rimas ou formalidade na disposição dos versos.

Termos incomuns:

- a) *Brado* = voz forte e enérgica de forma a ser ouvida longe ou com temor; grito; reclamação veemente ou súplica em alta voz.
- b) *De-profundis* = termo do Latim – substantivo comum – profundezas. A é citada no início do Salmo 129, significando também o salmo como um todo. Fala em particular na liturgia dos mortos. Como expressão, é usada para entender: mais em termos literários, uma lamentação, não necessariamente desolada, agora aberta ao transcendente, a partir de uma condição de grande prova; uso comum, como *última saudação*, *abandono* ou *abandono definitivo*.

c) *Martírio* = substantivo masculino – tormento e/ou morte infligidos a alguém em consequência de sua adesão a uma causa, a uma fé religiosa, especialmente à fé cristã; grande sofrimento, grande aflição.¹⁷³

O/a professor/a também destacou que, nesse poema de Vinícius, os dois versos iniciais – *Para que cantarei nas montanhas sem eco / as minhas louvações* – denotam sentimento próximo aos dos dois primeiros versos do texto de Ângela Pontes – *E nas perguntas que fiz a Deus, / Ele silenciou*. Nesses textos, os/as poetas iniciam reclamando de um suposto silêncio de Deus. Por seu turno, Zé Ramalho, em *Eternas Ondas*, parece ouvir respostas, *que vieram como gotas de silêncio tão furioso*.

De igual modo, em suas observações o/a professor/a de Língua Portuguesa elogiou a escolha do poema, especialmente pela notoriedade do poeta. Porém, lamentou a fato de os/as alunos/as terem explorado pouco a apreciação do estilo do texto, o qual, a seu ver, expõe o mesmo incômodo mental contido nos demais textos, na mesma linha do que se viu no *Soneto da Culpa em Pedro*, de André Luís Soares, ou no *Inquietação*, de Ângela Pontes.

Não obstante, o/a professor/a de Língua Portuguesa destacou as boas definições encontradas para os termos incomuns. E, por fim, lamentou não ter solicitado, nesse exercício, que os/as alunos/as também escrevessem um breve parágrafo acerca de cada autor.

Diante disso, resta então apreciar o trabalho desse último Grupo sob a égide do ensino interdisciplinar, visto estar claro que não somente se torna nítido, nesse método, que há uma interseção entre os mais diversos campos do conhecimento, como há também uma interseção entre os anseios humanos, formando conexão mental que une os sujeitos em torno das mesmas inquietudes. Por isso mesmo, ao se reunir textos de um homem que viveu para a religião (Chico Xavier), dois outros que viveram para as artes (Vinícius de Moraes e Zé Ramalho) e, ainda, mais dois poetas de menor expressão (Ângela Pontes e André Luís Soares), é possível identificar consideráveis semelhanças em suas obras, as quais, sem exceção, abarcam temas inerentes ao Ensino Religioso, ao estudo da Língua Portuguesa, bem como a diversas outras áreas. E isso somente poderia ser percebido por meio do ensino interdisciplinar.

Nesse sentido, faz-se imperativo destacar as palavras de Jayme Paviani, o qual afirma que a importância da interdisciplinaridade não reside apenas nas transformações dos modos de produzir a ciência, de perceber a realidade ou de se desenvolverem os aspectos político-administrativos do ensino. Mas, sim, entre as suas principais qualidades está a capacidade de

¹⁷³ Ver Apêndice C.

combater a rigidez, a artificialidade e a falsa autonomia das disciplinas, as quais não permitem acompanhar as mudanças no processo de produção de conhecimento novos.¹⁷⁴

Essa é a linha de raciocínio de Ferreira, segundo a qual as novas concepções de educação suscitam a utilização de métodos de ensino que permitam que os/as alunos/as construam seu conhecimento, rompendo com a educação tradicional, em que os/as professores/as se apresentam como únicos/as detentores/as da verdade e os/as estudantes não passam de meros/as reprodutores/as desse conhecimento.¹⁷⁵ E é justamente essa linha de pensamento, da qual a disciplina Ensino Religioso não pode estar alheio, devendo ressaltar o papel do meio cultural como definidor das possibilidades de aprendizagem.

Frente ao exposto, passa-se agora a expor e a analisar o terceiro exercício, baseado em técnicas interdisciplinares, envolvendo as disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa.

3.2.3 Terceiro exercício

O terceiro e último exercício foi realizado no mês de setembro de 2020, também na mesma turma de 9º ano da UMEF Professor Elson José de Souza, ao longo de mais uma aula interdisciplinar, reunindo novamente os/as professores/as da disciplina Ensino Religioso e da disciplina Língua Portuguesa. Para essa aula final os/as professores envolvidos propuseram que os/as alunos/as desenvolvessem mapas mentais. Embora a aula também tivesse duração de 1 (uma) hora e 30 (minutos), os/as estudantes teriam somente 20 (vinte) minutos para a elaboração do mapa mental, visto que a ideia é justamente colocar no papel as primeiras ideias que lhes surgem à mente, relacionadas aos dois primeiros exercícios.

De acordo com Aldani Braz Carvalho *et al*, o mapa mental pode ser feito elaborando-se uma lista ou um diagrama, o qual permita que o/a estudante organize as ideias de forma simples e lógica, representando-as visualmente, facilitando a memorização. Um mapa mental começa com o tema central, que evolui, relacionando os subtópicos do tema. Trata-se de método de memorização que ajuda a aumentar o aprendizado. Foi criado com base no funcionamento do cérebro, que tem mais facilidade de organizar ideias sistematizadas.¹⁷⁶

Nessa mesma linha de raciocínio dá-se o entendimento de Peter da Silva Rosa e Angélica Carvalho Di Maio, para os quais a confecção de mapas mentais permite que se

¹⁷⁴ PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2008. p. 14.

¹⁷⁵ FERREIRA, 2013. p. 13.

¹⁷⁶ CARVALHO, Aldani Braz; SANTOS, Bianca Cristina Ferreira; HERRERA, José Antônio. Mapas mentais e percepção da paisagem por estudantes do ensino médio da escola Dairce Pedrosa Torres, em Altamira (PA). *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 49-75, 2020. p. 51.

desvende uma realidade sob a perspectiva dos sujeitos que vivenciam o seu espaço. Sendo assim, a sua utilização é recomendada para se tentar compreender a percepção do ambiente dos/as alunos/as, como forma de construção de uma educação mais contextualizada e mais compromissada com a sociedade na qual se encontra inserida.¹⁷⁷

Após o/a professor/a de Ensino Religioso explicar aos/as alunos/as esses breves conceitos, foi dito também que o mapa mental poderia ser feito apenas com base em listas, visto que a sala de informática da escola não estava disponível. Contudo, seria preciso também destacar a palavra central, contendo 20 (vinte) palavras – verbos ou substantivos –, da qual derivariam as demais expressões escolhidas pelos/as alunos/as, expostas em ordem alfabética e separadas por *ponto-e-vírgula*, lembrando ainda que os termos associados deveriam possuir alguma mínima relação com as duas disciplinas que regiam aquela aula, bem como com os dois primeiros exercícios.

Sendo assim, passa-se agora a expor os mapas mentais desenvolvidos pelos/as estudantes.

Grupo 1 – Palavra-chave: RELIGIOSIDADE.

Bondade; comunicação; conhecimento; costumes; cultura; Deus; diversidade; ensinamentos; estudos; família; fé; inclusão; igreja; leitura; liberdade; linguagem; literatura; religar; religião; transcendência.

Grupo 2 – Palavra-chave: RELIGIÃO.

Comunicação; conhecimento; cultura; Deus; diversidade; escola; família; fé; humanismo; igreja; inclusão; irmandade; leitura; linguagem; literatura; paz; poesia; religar; religião; saber.

Grupo 3 – Palavra-chave: METAFÍSICA.

Caráter; conhecimento; cultura; dogmas; divindade; divino; ensinamentos; espiritualidade; evolução; família; fé; humanidade; igreja; inclusão; leitura; literatura; livros; mensagem; Português; religiosidade.

Grupo 4 – Palavra-chave: DIVERSIDADE.

Conhecimento; cultura; Deus; diversidade; elevação; espírito; família; fé; humanidade; igreja; inclusão; irmandade; leitura; linguagem; palavras; pensamento; pluralismo; religião; tradição; tranquilidade.

Grupo 5 – Palavra-chave: DIVERSIDADE.

Amor; aceitação; compreensão; conhecimento; palavra; cultura; Deus; diversidade; emoção; escola; família; fé; felicidade; igreja; inclusão; leitura; linguagem; literatura; paz; pureza.¹⁷⁸

Feito isso, os/as professores/as solicitaram aos alunos que, juntos, eles organizassem um novo mapa mental, eliminando-se as expressões repetidas contidas nos mapas mentais já

¹⁷⁷ ROSA, Peter da Silva; DI MAIO, Angélica Carvalho. Mapas mentais e educação ambiental: experiências com alunos do Ensino Médio. *REVB EA – Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 160-181, 2020. p. 164.

¹⁷⁸ Ver Apêndice D.

produzidos, valendo lembrar que se a diferença fosse somente o *s* do plural, a palavra seria considerada a mesma. Para essa nova fase do terceiro exercícios os/as alunos/as teriam mais 20 (vinte) minutos. O resultado foi o mapa mental que se apresenta a seguir, contendo 47 expressões:

MAPA GERAL – Ensino Religioso e Língua Portuguesa – Versão parcial.

Amor; bondade; caráter; compreensão; comunicação; conhecimento; costumes; cultura; Deus; diversidade; divino; dogmas; elevação; emoção; ensinamentos; escola; espírito; espiritualidade; estudos; evolução; família; fé; felicidade; humanidade; humanismo; igreja; inclusão; irmandade; leitura; liberdade; linguagem; literatura; livros; mensagem; palavras; paz; pensamento; pluralismo; poesia; Português; pureza; religar; religião; religiosidade; saber; tradição; transcendência.¹⁷⁹

Para encerrar o terceiro exercício, foi pedido que os/as alunos/as reduzissem o mapa mental, em sua versão parcial, para um mapa mental definitivo, contendo apenas 20 (vinte) expressões. Para tanto, os/as estudantes teriam mais 10 (dez) minutos. O resultado foi o mapa mental mostrado a seguir:

MAPA MENTAL – Ensino Religioso e Língua Portuguesa – Versão final.

*Compreensão; comunicação; conhecimento; cultura; Deus; diversidade; elevação; espiritualidade; fé; felicidade; humanismo; inclusão; liberdade; linguagem; literatura; pensamento; pluralismo; religiosidade; saber; transcendência.*¹⁸⁰

Findo o terceiro exercício, os/as professores/as parabenizaram os/as alunos/as pelo excelente trabalho em grupo, ressaltando que o mapa mental por eles/as elaborados resumiu, de modo muito acertado, os principais temas abordados em uma aula que combina os saberes próprios das disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa. Foi elogiado também a forma como se comportaram ao longo do exercício, debatendo e escolhendo os termos sem que de modo harmônico, em um processo interativo respeitoso, como deve ser também a convivência com os demais, nos momentos em que as opiniões podem se mostrar contraditórias.

Frente a todo o exposto, faz-se então necessário analisar o terceiro exercício sob a perspectiva do ensino interdisciplinar. O emprego de mapas mentais na escola se caracteriza como atividade motivadora do processo de ensino-aprendizagem, visto que possibilita ao/a professor/a identificar as diferentes ideias dos/as alunos/as, ajudando-os/as na construção de conceitos. Trata-se de recurso que permite aos/às alunos/as trabalharem de forma livre, tendo a oportunidade de apresentar suas próprias interpretações do cotidiano.¹⁸¹

¹⁷⁹ Ver Apêndice D.

¹⁸⁰ Ver Apêndice D.

¹⁸¹ CARVALHO; SANTOS, 2020, p. 50-51.

Esse tipo de ferramenta supre satisfatoriamente os objetivos pretendidos pelo ensino interdisciplinar, posto que a interdisciplinaridade se constitui método articulador dos processos de ensino e aprendizagem, na medida em que se produz como uma atitude, como forma de pensar e, também, como pressuposto na organização curricular. A principal característica do ensino interdisciplinar é a ousadia da busca, da pesquisa, ou seja, é a transformação da insegurança em um exercício do pensar, num construir, reconhecendo que a solidão de uma insegurança inicial e individual, pode transformar-se na troca, por meio do diálogo, bem como na aceitação o pensamento do/a outro/a – o que, por certo, contribui também para a maior compreensão dos ideais de diversidade cultura e religiosa.¹⁸²

E assim, após ter sido aqui apresentados e analisados os três exercícios de ensino interdisciplinar, unindo saberes das disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa, passe agora, no próximo tópico, a apresentar as recomendações, visando aperfeiçoar o emprego das técnicas interdisciplinares, no contexto do Ensino Fundamental de Vila Velha (ES).

3.3 Sugestões e recomendações

Embora os três exercícios – apresentados no capítulo prática da presente dissertação – tenham sido considerados de excelente qualidade, alcançando os resultados esperados sob a ótica das técnicas interdisciplinares de ensino, optou-se por expor algumas breves sugestões e recomendações de melhoria, por acreditar que tais medidas possam tornar ainda mais eficazes essas mesmas técnicas.

Considerando que a idade dos/as alunos/as envolvidos está entre 14 e 15 anos, como *primeira sugestão* supõe-se que, em uma próxima oportunidade, o filme exibido no primeiro exercício deva ser um longa-metragem de produção brasileira, de modo a permitir análises mais profundas por parte dos/as estudantes. O filme seria assistido em casa, pelos/as alunos/as, sem quaisquer custos, pois sua exibição é gratuita no *YouTube*, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vUyDvdB-0u8&list=RDQMrppbX8bmDJw&start_radio=1.

Assim, o exercício ocuparia o espaço de duas aulas interdisciplinares – 1 (uma) hora e meia –, aulas essas que seriam utilizadas tão-somente para a exibição do filme, ficando a segunda aula para a execução das tarefas. A escolha do longa-metragem ficaria a cargo dos/as professores/as envolvidos. Porém, o ideal é que fosse um filme que a maioria dos/as alunos/as

¹⁸² OLIVEIRA; FENNER, 2020, p. 4-5.

ainda não tivesse assistido, de modo a possibilitar visão inédita sobre o mesmo. Essa informação seria obtida por meio de uma pequena enquete que os/as professores/as fariam junto aos/às alunos/as do 9º ano.

Ainda assim, como filme a ser utilizado, acredita-se que *O Pagador de Promessa*. Produzido ainda em *preto-e-branco*, no ano 1962, trata-se de um drama, com roteiro e direção de Anselmo Duarte, baseado em peça teatral homônima, de autoria de Dias Gomes. Vencedor da *Palma de Ouro*, em Cannes (França), o filme também foi indicado ao *Oscar* de melhor filme estrangeiro em 1963. A história tem como centro a ingenuidade de um homem simples do sertão nordestino que, ao tentar pagar uma promessa, enfrenta a rejeição da Igreja Católica em Salvador (BA). O foco, porém, não é a crítica direta à igreja de Roma, mas sim o *duelo* entre a credence popular e o dogmatismo. Esse trabalho também pode ser feito em grupos de 4 ou 5 alunos, o que propiciará maior oportunidade de troca de ideias.

Quanto à *segunda sugestão*, embora tenha sido muito acertado o exercício que propôs aos/às alunos/as que escolhessem poemas relacionados à religiosidade ou a temas afins do Ensino Religioso, acredita-se que proposta mais ousada seria solicitar que os/as estudantes agora desenvolvam, individualmente, os próprios poemas. Isso se constituiria excelente oportunidade para testar também, de modo mais aprofundado, os conhecimentos adquiridos nas aulas de Língua Portuguesa ao longo do Ensino Fundamental, no qual a abordagem acerca de poemas se faz presente no currículo. Contudo, considerando que não se deve forçar o momento criativo, para quem não desejar compor as próprias poesias haveria, ainda, a possibilidade de apresentarem textos de outros autores, desde que estes fossem capixabas. Isso os impeliria a conhecer um pouco mais sobre a produção literária do Espírito Santo. Contudo, caso os/as professores/as optassem por conferir pontos a essa atividade, sugere-se ainda que seja cortada pela metade a pontuação dada aos que se negarem a produzir os próprios textos, visto que a criatividade deve ser mais valorizada que somente a reprodução.

Por último, como *terceira sugestão*, propõe-se que o exercício relativo à produção do mapa mental seja necessariamente desenvolvido em data cuja utilização da sala de Informática esteja liberada para os/as alunos/as, para que os/as mesmos/as possam agregar mais uma disciplina a essa já enriquecida ação interdisciplinar, convidando-se o/a professor/a de Informática para auxiliar na tarefa, oferecendo ajuda aos/as estudantes, quando solicitado/a. Porém, após a elaboração do mapa mental, sugere-se ainda que seja pedido aos/às alunos/as que, em grupos de 4 ou 5 estudantes, desenvolvam um parágrafo no qual sejam utilizadas todas as expressões do mapa mental em sua versão final.

Diante de tudo que foi aqui debatido, e tendo já sido analisados os três exercícios de caráter interdisciplinar, unindo conhecimentos específicos das disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa, passa-se agora a apresentar a conclusão da presente dissertação de mestrado, parte em que, além de expor breve resenha das principais ideias desse estudo, será também respondida a questão-problema – levantada ainda na introdução.



CONCLUSÃO

Conforme se constatou por meio do presente trabalho, no Brasil, a junção entre o Ensino Religioso e a Língua Portuguesa se dá de modo *natural*, visto que o Português é o idioma pátria, falado prioritariamente pela maioria dos brasileiros em praticamente todos os contextos do cotidiano. No entanto, apesar dessa suposta *naturalidade*, no âmbito escolar essas duas disciplinas são comumente ensinadas como se fossem totalmente distintas – uma nada tendo a ver com a outra. Por isso mesmo, o objetivo principal desta dissertação foi investigar, com base nas teorias dos métodos mais atuais de ensino, como pode viabilizar uma abordagem interdisciplinar que contemple o estudo da Língua Portuguesa com o Ensino Religioso.

Hoje se sabe que, em uma educação ativa, uma das principais funções do/a professor/a consiste em desenvolver situações que propiciem a compreensão das unidades temáticas e sua formalização por meio de situações. Em se tratando especificamente da disciplina Ensino Religioso, a dificuldade tem sido encontrar métodos adequados para o seu melhor aprendizado, de modo a possibilitar que sejam superadas as estruturas naturais não reflexivas, para a reflexão sobre tais estruturas. Dessa forma, entende-se que a disciplina Ensino Religioso deve fazer com que os/as alunos/as construam seu conhecimento, visto que a abstração ocorre por etapas, em processo contínuo, o que requer que o/a professor/a utilize métodos informais.

Nesse sentido, uma das técnicas mais modernas diz respeito à utilização do ensino interdisciplinar, o qual visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as tradicionais fronteiras entre as áreas diversas de conhecimento – as quais deixam de ser entendidas como saber isolado dos demais saberes. Ainda em relação a isso, faz-se necessário que os/as professores firmem compromisso com a atitude e a postura interdisciplinar, envolvendo-se na busca do conhecimento por meio de ações que priorizem a visão e a construção conjunta do saber.

Em termos gerais, o presente trabalho demonstrou que tal interdisciplinaridade é possível entre as disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa, não somente em face do uso natural do idioma pátrio, mas porque a Língua Portuguesa se constitui, também, a base de todas as artes desenvolvidas no país, oferecendo assim amplo arcabouço de possibilidades apaixonantes – literatura, música, poesia, teatro, cinema, entre outros –, as quais podem servir para tornar o processo de ensino e aprendizagem muito mais atraente aos olhos dos/as alunos/as.

Então, se uma das principais ferramentas interdisciplinares tem sido a utilização de jogos e brincadeiras, por meio dos quais os recursos lúdicos são utilizados para atrair a atenção dos/as estudantes, na junção interdisciplinar entre Ensino Religioso e Língua Portuguesa as artes cumprem essa mesma função, inclusive porque há, em geral, nas instituições religiosas, diversas atividades relacionadas às artes. Ademais, há também na sociedade, mesmo em âmbitos não diretamente relacionados às práticas religiosas, inúmeras expressões artísticas que abordam temas com fortes vínculos aos assuntos que são tratados no currículo de Ensino Religioso. Daí porque acredita-se que a Ensino Fundamental não pode abrir mão dessa ferramenta – a interdisciplinaridade.

Dito isso, nesse momento torna-se imperioso aqui responder à questão-problema anunciada ainda na introdução da presente dissertação de mestrado, a qual apresentava a seguinte indagação: *a abordagem interdisciplinar poderá contribuir positivamente, tanto para o maior aprendizado de Língua Portuguesa, quanto para a maior compreensão de Ensino Religioso?* Sobre isso não restam dúvidas de que tal abordagem é de grande importância para o ensino dessas duas disciplinas, permitindo que seu conteúdo seja repassado aos/às alunos/as de forma prazerosa, aproveitando parte considerável do conhecimento que esses/as já trazem consigo, bem como aproveitando os recursos modernos de mídia – tão mais atraentes para os/as estudantes.

Cabe aqui também afirmar que, para aqueles/as que, iguais a esta pesquisadora, lecionam ou já lecionam Língua Portuguesa, o presente estudo representa franca ampliação dos horizontes pedagógicos, visto que revela o quanto esta disciplina pode se associar às demais áreas do conhecimento humano, pois é, no caso brasileiro, a base principal da comunicação e da veiculação do saber. Entretanto, no caso específico da junção interdisciplinar com o Ensino Religioso, esta dissertação de Mestrado revelou também o quão enriquecedor pode ser o trabalho conjunto, não somente facilitando a atuação dos/as professores/as envolvidos, mas, principalmente, porque se torna bem mais amplo e atraente o conteúdo que se passa a oferecer aos alunos/as.

Pode-se assim afirmar que a junção interdisciplinar entre as disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa, objeto central deste estudo, acaba se convertendo em um trabalho de arte, que em muito supera aquilo que cada uma dessas disciplinas poderia fazer pela educação, quando aplicadas de modo isolado. Assim, compreende-se que as atividades interdisciplinares potencializam o trabalho dos/as professores/as e das disciplinas diretamente envolvidas, as quais passa a ter uma gama quase infinita de possibilidades de incrementar o

processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais eficiente, mais dinâmico e, também, mais atraente aos olhos dos/as estudantes.

No Brasil, em se tratando dos anos finais do Ensino Fundamental, a Língua Portuguesa, por ser o idioma pátrio, confere grande vantagem em quaisquer abordagens interdisciplinares, visto que os/as alunos/as não estão fazendo uso de uma ferramenta inédita, da qual tenham que aprender tudo do zero. Os/as alunos/as já chegam a esse nível de ensino com grande carga de saberes inerentes à Língua Portuguesa – já conhecem o que é literatura e poesia; já possuem boa base de conhecimento gramatical; bem como já sabem se expressar de modo oral e escrito. Então, estão prontos para aproveitar a interseção que da Língua Portuguesa com outras disciplinas. No caso específico do Ensino Religioso ainda mais, pois a religiosidade brasileira é nutrida fortemente pelos mesmos elementos: literatura, música, poesia, na forma oral e escrita.

Frente a todo o exposto, torna-se necessário esclarecer que, tendo alcançado todos os objetivos inicialmente propostos, encerra-se a presente dissertação de mestrado, deixando-se o tema em aberto para que o mesmo possa ser retomado em novas oportunidades quando, inclusive, sejam adicionadas novas variáveis a essa importante questão inerente à contribuição positiva que as técnicas interdisciplinares possam oferecer, ao reunir os saberes comuns às disciplinas Ensino Religioso e Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Augusta Thereza e outros. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas: Papyrus, 2006.
- ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018.
- ARAÚJO, Maria Yvonne Atalécio de. *Importância do vocabulário da linguagem*. Belo Horizonte: Vigília, 2002.
- ÁVILA, Lanúzia Almeida Brum; MATOS, Diego de Vargas; THIELE, Ana Lúcia Purper; RAMOS, Maurivan Güntzel. A interdisciplinaridade na escola: dificuldade e desafios no ensino de ciências e matemática. *Revista Signos*, Lajeado, v. 38, n. 1, p. 9-23, 2017.
- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BATISTA, Irinéa de Lourdes; SALVI, Rosana Figueiredo. Perspectiva pós-moderna e interdisciplinaridade educativa: pensamento complexo, reconciliação integrativa e aprendizagem significativa. *Revista Aprendizagem Significativa em Revista*, v. 1, n. 3, p. 73-84, 2011.
- BERTI, Valdir Pedro. *Interdisciplinaridade: um conceito polissêmico*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.
- BRANDENBURG, Laude Erandi. *O Ensino Religioso e a Educação Infantil*. São Leopoldo: EST, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – parâmetros curriculares nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo: AM Edições, 1997.
- BRASIL. *Lei Federal n. 9.394/96 – Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei Federal n. 9.475/97 – *Dá nova redação ao artigo 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular – Educação é base*, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2010.

BYINGTON, Carlos Amadeu B. Amadeus. a psicologia da inveja e sua função no processo criativo: um estudo da psicologia simbólica. *Revista Junguiana*, v. 37, n. 1, p. 73-114, 2019.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda Gomes. A produção do conhecimento: teoria e ciência dos modelos (Histórico e conceituação de interdisciplinaridade). *Revista Tempo & Memória*, São Paulo, v. 2, p. 101-112, 2004.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda Gomes; MARTINS, J. M.; OLIVEIRA, Ângela Divina; PARASMO, Maria Cecília e Almeida. A interdisciplinaridade segundo Edgar Morin e Alzira Lobo de Arruda Campos. São Paulo, *Revista Unifal de Pesquisa*, v. 10, n. 2, p. 93-107, 2018.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. Do Ensino Religioso ao estudo da religião: uma proposta epistemológica. *Revista Interações – Cultura e Comunidade*, São Paulo, v. 4, n. 5, 2009.

CARMO, Wanilce do Socorro Pimentel do; KALHIL, Josefina Barrera. A Relação Interdisciplinar entre Física e Filosofia no terceiro ano do ensino médio em uma escola pública na cidade de Manaus. *Revista Latina Americana de Ciências da Educação*, v. 4, n. 3, p. 1-7, 2017.

CARON, Lurdes (Org.). *O Ensino Religioso na Nova LDB*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Aldani Braz; SANTOS, Bianca Cristina Ferreira; HERRERA, José Antônio. Mapas mentais e percepção da paisagem por estudantes do ensino médio da escola Dairce Pedrosa Torres, em Altamira (PA). *Revista Percorso – NEMO*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 49-75, 2020.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. *Tocar em frente as ensinhanças da dúvida: a busca da identidade do Ensino Religioso*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2009.

COELHO, Gabriel Bandeira. Ciência, sociedade e complexidade: da disciplinarização do conhecimento à emergência de programas de pós-graduação interdisciplinares no Brasil. *RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 14, p. 1-22, 2017.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli; HOGAN, Daniel Joseph. *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. A entronização do Ensino Religioso na base nacional curricular comum. *Revista Educação Social*. Campinas: v. 37, n. 134, p. 266-284, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 20-37, 1993.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, p. 64-79, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DAVIBIDA, Josiane. *A utilização dos desafios para estimular o raciocínio lógico dos alunos nas aulas de Matemática*. Guarapuava: UNICENTRO, 2016.

FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, Elza de Lima. *Interdisciplinaridade: um estudo de possibilidades e obstáculos emergentes do discurso de educadores do Ciclo II do Ensino Fundamental*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Elizete Brandão. *Arte: interdisciplinaridade para o desenvolvimento da consciência crítica*. Brasília: UnB, 2013.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2010.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Revista ALEA – Estudos Neolatinos*, v. 10, n. 1, p. 29-53, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GALLO, Solange L. *Oralidade e escrita*. Campinas: UNICAMP, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Carlos Alberto Severo; VERDI, Marta Inês Machado. Interdisciplinaridade e complexidade: uma construção em ciências humanas. *Revista Interthesis*, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2015.

GONÇALVES, Daniel Abreu; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. O Ensino Religioso na rede pública de ensino: (re)abrindo o debate. *Revista Thema*, IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Charqueadas, Brasil, v. 15, n. 4, p. 1318-1334, 2018.

GUIMARÃES, Patricia Baldow. A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento. *Revista Científica Vozes dos Vales*, Brasil, ano V, v. 9, n. 5, 2016.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *Ensino religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2001.

LENOIR, Yves. *Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontrolável*. Campinas: Papirus, 2008.

LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever, eis a questão. *Revista Veja*, 7 de novembro de 2001, São Paulo.

LINS, Rômulo Campos; GIMENEZ, Joaquim. *Perspectivas em aritmética e álgebra para o século XXI*. Campinas: Papirus, 2007.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. São Paulo: Ática, 2008.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Educação religiosa nas escolas públicas. *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados*, v. 145, n. 20, p. 81-91, 1996.

MITTITIER, Juliana Gouvêa; LOURENÇON, Bárbara Negrini. *Interdisciplinaridade na BNCC: quais as perspectivas?* Araraquara: SEMATED, 2017.

MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005.

MUNIZ, Tamiris Alves. *A disciplina Ensino Religioso no currículo escolar brasileiro: institucionalização e permanência*. Catalão: UFG, 2014.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. O Ensino Religioso e seus modelos epistemológicos. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 3, n. 6, p. 1-17, 2016.

NICOLESCU, Basarab. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, Bassarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 2009.

OCTAVIAN, Rosiu Ovidiu Petra; PAULESCU, Doina; MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira. *Monografia – cursos de administração, ciências contábeis, ciências econômicas e turismo*. Brasília: UniCEUB, 2003.

OLIVEIRA, Ana Paula Santellano; FENNER, Roniere dos Santos. Interdisciplinaridade: o desafio de trabalhar a área das ciências da natureza na escola pública. *Tear – Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2020.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas dos. LDBEN, Ensino Religioso e temas transversais em escolas públicas de Pernambuco. In: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPLEXIDADE E TRABALHO DOCENTE**. *Anais...* Congresso Nacional De Educação, 12, Curitiba, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17952_9262.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

OLIVEIRA, Lilian Blank de. *Ensino religioso no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Rosane Cristina. A interdisciplinaridade e a construção do saber científico: olhares, complexidade e diálogo. *Magistro – Revista de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes*, v. 1, n. 13, p. 1-5, 2016.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. *Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses e dissertações*. São Paulo: Futura, 2000.

PAULA, Marcos Vinícius Guimarães de; KOCHHANN, Andréa; SILVA, Lucimara Cristina Borges da. Interdisciplinarizar a prática pedagógica: interligando os saberes matemáticos com as vivências corporais na Educação Física. *Revista Anápolis Digital*, v. 11, n. 2, p. 90-106, 2020. p. 92. Disponível em: <<http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/vol11/6.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2020.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ROSING, Tânia M. K.; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

PENTEADO, Luiz Gonzaga Moura. *Entre dizeres, saberes e fazeres: os espaços vivenciados pelo Ensino Religioso no currículo da escola pública de Recife, no período de 1996 a 2014*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PIAGET, Jean. *A formação social do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PINHO, Maria José de; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; SUANNO, João Henrique; FERAZ, Elzimar Pereira Nascimento. *Complexidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação superior*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2015.

PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 2012.

PRAUSE, Taiana. *Desvendando a interdisciplinaridade – considerações do serviço social sobre a prática interdisciplinar*. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa social – métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Peter da Silva; DI MAIO, Angélica Carvalho. Mapas mentais e educação ambiental: experiências com alunos do Ensino Médio. *REVBEA – Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 160-181, 2020.

SILVA, Cássia Paloma Porto; ARAÚJO, Adjinan Mayara da Silva; BATISTA, Lucas Beltrão; MACHADO, Tatiane Trindade. *A religiosidade nas músicas de capoeira*. Vitória da Conquista: UESB, 2017.

SILVA, Fabiana Maria Lobo. Liberdade de religião e o ensino religioso nas escolas públicas de um estado laico: perspectiva jusfundamental. *Revista de Informação Legislativa*, v. 52, n. 206, 2015.

SOUSA, Juliane Gomes de; PINHO, Maria José de. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como fundamentos da ação pedagógica: aproximações teórico-conceituais. *Revista Signos*, Lajeado, v. 38, n. 2, p. 93-110, 2017.

SOUZA, Maria Thereza de. Temas transversais em educação: bases para uma educação integral. *Cadernos de Pedagogia*, São Paulo, v. 1, n. 20, 2008.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Em busca da compreensão do conceito de transdisciplinaridade. In: MORAES, Maria Cândida; SUANNO, João Henrique (Org.). *O pensar complexo na educação: sustentabilidade, transdisciplinaridade e criatividade*. Rio de Janeiro: WAK, 2014.

TEIXEIRA, Ivana Siqueira; VASCONCELOS, Jéssica Santos. Gêneros textuais e interdisciplinaridade: uma abordagem pertinente para o ensino de Língua Portuguesa. *Revista Ao Pé da Letra*, v. 17, n. 2, p. 61-73, 2015.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo; CRUZ, Carlos Gabriel Galani; TOMASEVICIUS, Janaína Galani Cruz. Por uma visão interdisciplinar das ciências. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 162-172, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

WEIL, Pierre; D'AMBROSIO, Ubiratan e CREMA, Roberto. *Rumo à nova transdisciplinaridade*. São Paulo: Summus, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE E TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

INFORMAÇÕES AOS PAIS E OU RESPONSÁVEIS E AOS/AS ESTUDANTES

1. Convite

Estamos convidando o/a estudante, menor de idade, sob sua responsabilidade para participar da pesquisa da mestrandia **DAISY PATRÍCIA PEREIRA JUBRAEL**, intitulada: **A INTERDISCIPLINARIDADE DO ENSINO RELIGIOSO COM O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**. Antes de decidir se autorizará a participação do/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade, é importante que o/a senhor/a entenda as propostas da pesquisa para verificar se concorda com elas. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se autorizará ou não que o/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade participe da pesquisa de campo que dará subsídios para a pesquisa ora descrita.

2. Qual é o objetivo da pesquisa?

O objetivo desta pesquisa é **investigar, com fundamento nas teorias dos métodos mais atuais de ensino, como pode viabilizar uma abordagem interdisciplinar que contemple o estudo da Língua Portuguesa com o Ensino Religioso.**

3. Por que o/a estudante menor de idade foi convidada/o?

Porque a pesquisa será realizada com estudantes de 1 turma do 9º ano, da **UMEF PROFESSOR ELSON JOSÉ DE SOUZA**, localizada na Região I de Vila Velha (ES).

4. O/a estudante menor de idade tem que participar?

O/a senhor/a é quem decide a participação ou não do/a estudante menor de idade nesta pesquisa. Se o/a senhor/a decidir pela participação do/a estudante, o/a senhor/a deverá assinar um Termo de Consentimento. Além disto, o/a estudante também assinará um termo de assentimento.

5. Qual será a forma de participação?

Consiste em responder um questionário ou entrevista com questões estruturadas ou semiestruturadas.

6. A participação do/a estudante será mantida em sigilo?

O nome do/a estudante não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante o anonimato e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

7. Haverá gastos/custos/riscos para o/a estudante?

Não haverá gastos/custos/riscos decorrentes da participação do/a estudante nesta pesquisa.

8. O que acontece quando o estudo termina?

A pesquisadora irá propor uma devolutiva sobre as questões elencadas e o resultado. Os resultados vão compor o acervo de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (ES), ficando disponíveis para consulta.

9. Contato para informações adicionais

Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa:

Pesquisadora: DAISY PATRÍCIA PEREIRA JUBRAEL.

Professora de: Pedagoga.

E-mail: daisyjubrael02@gmail.com

Telefone: (27) 99922-6870.

Orientador: VALDIR STEPHANINI.

E-mail: valdir@fuv.edu.br

Telefone da Faculdade Unida: (27) 3325-2071.

Obrigado por ler estas informações! Para autorizar a participação do/a estudante nesta pesquisa, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e solicite que o/a estudante menor de idade sob sua responsabilidade assine o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Devolva os termos assinados para a pesquisadora. O/a senhor/a deve guardar uma cópia destas informações e dos termos para seu próprio registro.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Eu, _____ (nome do responsável ou representante legal), RG: _____, CPF: _____, confirmo que DAISY PATRÍCIA PEREIRA JUBRAEL explicou-me os objetivos de sua pesquisa acadêmica, bem como, a forma de participação do/a estudante menor de idade sob minha responsabilidade. As alternativas para participação do/a estudante menor de idade sob minha responsabilidade _____ (nome do participante da pesquisa menor de idade) também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, e concordo em dar meu consentimento para que o/a estudante menor sob minha responsabilidade participe como voluntário desta pesquisa.

(Assinatura do responsável ou representante legal)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO/A MENOR DE IDADE

Eu, _____ (nome por extenso do/a menor de idade participante da pesquisa), tendo sido totalmente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

(Assinatura do/a menor de idade participante)

(Identificação e assinatura do pesquisador responsável)

Vila Velha (ES), ____ de _____ de 2020.

APÊNDICE B – REDAÇÕES APRESENTADAS PELOS/AS ALUNOS/AS DO 9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Grupo 1.

Título: “INTOLERÂNCIA”.

Desde os tempos mais remotos que os seres humanos brigam por causa de religião. Ainda hoje, apesar de todos os avanços tecnológicos, há ainda quem tente convencer outras pessoas, **vizando** convertê-las ou fazê-las acreditarem sobre a importância de **acreditá** em Deus.

Contudo, parece que quanto mais as pessoas tentam convencer as outras, mais contribuem para que a divisão de ideias aumente, bem como mais o ódio se alastra pela sociedade. Isso acontece porque, quando se trata de religião, cada adulto já possui uma ideia formada sobre o que considera bom pra si mesmo. Então, as tentativas de converter o outro quase nunca dão certo.

A conclusão a que chegamos é de que é preciso respeitar a opinião do outro, aceitando pacificamente suas escolhas, sua liberdade e sua diversidade religiosa.

Grupo 2.

Título: “RELIGIÃO”.

Todo mundo tem o direito de escolher a religião que quiser seguir. Inclusive, as pessoas também **tem** o direito de trocar de religião ou, ainda, de não seguir religião alguma. Porém, ainda **existe** pessoas que não aceitam isso.

O problema de não se saber aceitar a opinião do outro é que isso acaba provocando discórdia. Quando o assunto é religião, então é ainda muito pior, pois as pessoas podem se tornar muito agressivas. Já houve tempo em que as pessoas até matavam por causa de religião. Nos dias de hoje é importante que não se permita que isso volte a acontecer, porque há leis que protegem o direito das pessoas de terem ou não terem religião.

No Brasil, **a maioria das pessoas são cristãs**. Mas, mesmos entre os cristãos há muita divergência, pois o cristianismo brasileiro se divide basicamente entre católicos e evangélicos. Entre os evangélicos também existem muitas divisões. Então, é preciso que seja respeitada a diversidade religiosa.

Grupo 3.

Título: “INTOLERÂNCIA”.

As brigas por causa de religião são inúteis. Cada pessoa tem o direito de escolher sua religião. No Brasil, a **constituição federal** garante esse direito. Ainda assim, **existe** muitas brigas por conta de religião. Igual a esse desenho animado que acabamos de assistir, a televisão também mostra que, no Brasil, as religiões maiores atacam as religiões menores com muita frequência. As religiões de matriz africana, por exemplo, sofrem preconceitos e são alvos de frequentes ataques. Mesmo havendo leis que protegem a diversidade religiosa, no Brasil essas leis não são respeitadas. Isso acontece porque cada um acha que sua religião é o caminho certo para levar o homem **à** Deus. Porém, no mundo existem problemas muito mais sérios que religião. A fome e as guerras são exemplos de problemas graves.

Grupo 4.

Título: “QUAL É A MELHOR RELIGIÃO?”.

Ninguém sabe dizer qual é a melhor religião. A minha? A sua? A deles? Não importa! O importante é que se aprenda a conviver pacificamente, aceitando as opiniões diferentes das nossas.

E se ninguém pode garantir qual é a melhor religião, é sinal de que, do mesmo modo, ninguém pode acusar outras religiões de serem erradas, piores ou inferiores. Nem mesmo se pode acusar de estar erradas as pessoas que não têm religião. Certos são aqueles que aprendem a conviver com a diversidade religiosa. Totalmente errados são somente os que rejeitam a diversidade religiosa, ferindo os direitos constitucionais das pessoas.

Por fim, é preciso lembrar que o Brasil é um estado laico: ou seja, aqui as leis garantem, a todos, o direito de ter ou não uma religião. Sendo assim, não se pode tentar impor nossas crenças religiosas a outras pessoas.

Grupo 5.

Título: “...”.

Em um mundo já repleto de motivos para as pessoas brigarem entre si, as religiões se apresentam como um motivo a mais para a violência, contribuindo muito mais para dividir os homens que para promover sua união.

Então, é errado não aceitar a diversidade religiosa, porque isso significa violar o direito que cada pessoa tem de fazer suas próprias escolhas, conforme sua cultura, seus costumes e sua base de conhecimento. Para tanto, deve-se aceitar que toda religião leva a um mesmo lugar ou a um mesmo estado de espírito. Claro que não é difícil perceber que algumas religiões tem como principal finalidade tomar o dinheiro dos fiéis. Mas isso não é um problema exclusivo de cada pessoa que decide seguir essas religiões. Não cabe a nenhum de nós diser o que o outro pode ou não fazer.

Respeitar a diversidade religiosa de cada pessoa é de grande importância para que a sociedade possa viver em paz.

APÊNDICE C – ANÁLISES DE POEMAS APRESENTADAS PELOS/AS ALUNOS/AS DO 9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Grupo 1.

SONETO

(Francisco Cândido Xavier)

No exílio é que a alma vive da lembrança,
numa doce saudade enternecida,
tendo chorosa a vista que se cansa
de procurar a pátria estremecida;

Com dolorosas lágrimas avança,
do sonho que teceu e amou na vida,
para a morte, onde tem sua esperança,
na celeste ventura prometida.

E Deus, que os orbes cria, generoso,
na vastidão dos céus iluminados,
concede a paz ao triste e ao desditoso

Na clara luz dos mundos elevados,
onde, do amor, reserva o eterno gozo
para as almas dos pobres desterrados.

Interpretação do texto:

O poema aborda a questão da saudade, sentimento comum aos exilados. Porém, apresenta Deus como o ser capaz de devolver conforto à alma de quem chora e sofre por estar longe dos seus. Sabendo-se que o autor foi um famoso médium e maior nome do espiritismo brasileiro, supõe-se que esse exílio, ao qual o poema se refere, tanto pode ser o de quem se encontra longe da pátria, como também pode ser o de quem se encontra longe do mundo terreno.

Sobre o estilo do texto:

Soneto é uma produção poética com forma preestabelecida, sendo composto por dois quartetos e dois tercetos. Ao todo, o soneto permite cinco rimas, sendo duas utilizadas nos dois quartetos e três usadas nos dois tercetos. Seus versos podem ser decassílabos ou dodecassílabos.

Termo incomum:

a) “Orbes” = substantivo comum – área, astro, campo, domínio, esfera, globo, redondeza.

Grupo 2.

INQUIETAÇÃO
(Ângela Pontes)

E nas perguntas que fiz a Deus,
Ele silenciou.
Não entendi.
Era minha forma humana...
esperava palavras.
E quando tudo estava apascentado
encontrei-me em suas mãos
e fez próximo à compreensão
que eram Teus desígnios
em mim.

Interpretação do texto:

Nesse poema, onde inexistente relação direta com qualquer religião, primeiro dá-se certa insatisfação diante do silêncio de Deus ante as indagações humanas. Em um segundo momento, porém, o texto revela uma nova forma de compreender a comunicação e a ação divina na vida do ser humano, como se houvesse ocorrido um processo de iluminação ou de elevação espiritual.

Sobre o estilo do texto:

O texto em questão tem estilo livre, com versos que não se prendem a formas preestabelecidas, nem faz uso de rimas, dando a impressão de ser um fragmento do pensamento humano.

Termo incomum:

a) “Desígnio” = substantivo comum abstrato = ideia de realizar algo; intenção, propósito, vontade.

Grupo 3.

ETERNAS ONDAS

(Zé Ramalho)

Quanto tempo temos antes de voltarem aquelas ondas
que vieram como gotas de silêncio tão furioso
derrubando homens entre outros animais
devastando a sede desses matagais
derrubando homens entre outros animais
devastando a sede desses matagais.

Devorando árvores, pensamentos...
seguindo a linha
do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar.

Devorando árvores, pensamentos...
seguindo a linha
do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento não te procurar
é porque multidões ele foi arrastar
e se teu amigo vento.

Interpretação do texto:

O poema faz referência a um novo e esperado dilúvio, como forma de punir os seres humanos (novamente), por ter, de alguma forma, contrariado a vontade de Deus. O dilúvio foi, segundo o Antigo Testamento da bíblia sagrada, a forma como Deus puniu os homens. Daí supor-se que este poema siga a vertente cristã, porém sem maiores especificações.

Sobre o estilo do texto:

No que se refere ao formato, o texto acima tem estilo livre. Contudo, por ser a letra de uma canção, vale-se de rimas (com terminações “ais” e “ar”). No caso em questão, as rimas são “pobres”, visto que são formadas por termos que pertencem ao mesmo grupo de palavras (com terminações “ais”, são substantivos comuns; com terminações “ar”, são verbos no infinitivo). A repetição de alguns versos talvez tenha a intenção de que a canção lembre o movimento das ondas.

Termos incomuns:

Não tem.

Grupo 4.

SONETO DA CULPA EM PEDRO
(André Luís Soares)

Tentei dizer... mostrar o quanto é bom
seguir Teus passos no sagrado chão,
gozar a vida sem sentir-me vão...
pois vi no amor o mais divino dom.

Movi meus lábios, surpreendi-me com...
ao pensar “– *Sim*”, da língua tive o “– *Não!*”
Neguei três vezes, tal previsto e então...
aconteceu de o galo dar o tom.

Naquele instante, em que falhara a fé,
quando fingi desconhecer quem És
e repeti que nem fora um dos Teus...

vencera o medo, ao induzir minha voz
a rir de Ti, por vir morrer por nós...
e feito assim, tornei-me algoz de Deus!

Interpretação do texto:

O poema escolhido apresenta nítido viés cristão, sem identificação específica e sem tecer crítica ao pensamento religioso, bem como não emprestando ao mesmo quaisquer formas de reforço dogmático. Trata-se de abordagem acerca do sentimento de culpa, por meio de uma referência a um momento de possível remorso, vivenciado pelo apóstolo Pedro, logo após ter mentido, ao negar conhecer Cristo três vezes – conforme o texto bíblico. Porém, é preciso considerar que, do ponto de vista biológico, a negação de Pedro, longe de ser mera falha do caráter, pode ter sido tão-somente o instinto de sobrevivência falando mais alto em sua cabeça, ao perceber o perigo de morte que seria admitir que conhecia e que andava com Cristo.

Sobre o estilo do texto:

Surgido na Itália, por volta do século XIII, o “soneto” é um poema com formato fixo, contendo dois quartetos e dois tercetos, totalizando 14 versos, os quais podem ser decassílabos (“heroicos”) ou dodecassílabos (“alexandrino”). O poema em questão constitui soneto bem estruturado, com refinada composição da sonoridade, visto que o autor faz amplo emprego das chamadas rimas ricas, que são aquelas cujas palavras pertencem a classes gramaticais diferentes.

Termo incomum:

a) “Algoz” = substantivo masculino comum – carrasco, executor da pena de morte ou de outras penas corporais (como tormentos, açoites etc.); indivíduo cruel, de maus instintos; atormentador, assassino.

Grupo 5.

CAMINHO PARA A DISTÂNCIA

(Vinícius de Moraes)

Para que cantarei nas montanhas sem eco
 as minhas louvações?
 A tristeza de não poder atingir o infinito
 embargará de lágrimas a minha voz.
 Para que entoarei o salmo harmonioso
 se tenho na alma um *de-profundis*?
 Minha voz jamais será clara como a voz das crianças.
 Minha voz tem as inflexões dos brados de martírio.
 Minha voz enrouqueceu no desespero...
 Para que cantarei
 se em vez de belos cânticos serenos
 a solidão escutará gemidos?
 Antes ir. Ir pelas montanhas sem eco,
 pelas montanhas sem caminho,
 onde a voz fraca não irá.
 Antes ir – e abafar as louvações no peito.
 Ir vazio de cantos pela vida.
 Ir pelas montanhas sem eco e sem caminho, pelo silêncio,
 como o silêncio que caminha...
 (“Senhor, eu não sou digno”).

Interpretação do texto:

Criado em tradicional escola católica, o autor deixa transparecer, neste poema, uma pequena amostra de seu profundo conhecimento da doutrina cristã. Contudo, há um certo descontentamento – não para com Deus –, mas para consigo mesmo, o que parece claro no último verso, entre aspas e parênteses, quando menciona uma parte da missa católica: “– Senhor, eu não sou digno que entreis em minha morada, mas disse uma palavra e serei salvo”.

Sobre o estilo do texto:

O texto acima tem estilo livre, não adotando rimas ou formalidade na disposição dos versos.

Termos incomuns:

- a) “Brado” = voz forte e enérgica de forma a ser ouvida longe ou com temor; grito; reclamação veemente ou súplica em alta voz.
- b) “De-profundis” = termo do Latim – substantivo comum – profundezas. A é citada no início do Salmo 129, significando também o salmo como um todo. Fala em particular na liturgia dos mortos. Como expressão, é usada para entender: mais em termos literários, uma lamentação, não necessariamente desolada, agora aberta ao transcendente, a partir de uma condição de grande prova; uso comum, como última saudação, abandono ou abandono definitivo.
- c) “Martírio” = substantivo masculino – tormento e/ou morte infligidos a alguém em consequência de sua adesão a uma causa, a uma fé religiosa, especialmente à fé cristã; grande sofrimento, grande aflição.

APÊNDICE D – MAPAS MENTAIS APRESENTADOS PELOS/AS ALUNOS/AS DO 9.º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Grupo 1 – Palavra-chave: RELIGIOSIDADE.

Bondade; comunicação; conhecimento; costumes; cultura; Deus; diversidade; ensinamentos; estudos; família; fé; inclusão; igreja; leitura; liberdade; linguagem; literatura; religar; religião; transcendência.

Grupo 2 – Palavra-chave: RELIGIÃO.

Comunicação; conhecimento; cultura; Deus; diversidade; escola; família; fé; humanismo; igreja; inclusão; irmandade; leitura; liberdade; linguagem; literatura; paz; religar; religião; saber.

Grupo 3 – Palavra-chave: METAFÍSICA.

Caráter; conhecimento; cultura; diversidade; divindade; divino; ensinamentos; espiritualidade; evolução; família; fé; humanidade; igreja; inclusão; leitura; literatura; livros; mensagem; Português; religiosidade.

Grupo 4 – Palavra-chave: DIVERSIDADE.

Conhecimento; cultura; Deus; dogmas; elevação; espírito; estudos; família; fé; humanidade; igreja; inclusão; irmandade; leitura; linguagem; palavras; pensamento; pluralismo; religião; tradição.

Grupo 5 – Palavra-chave: DIVERSIDADE.

Amor; compreensão; comunicação; conhecimento; palavra; cultura; Deus; diversidade; emoção; escola; família; fé; felicidade; igreja; inclusão; leitura; linguagem; literatura; paz; pureza.

MAPA MENTAL – PARCIAL

Amor; bondade; caráter; compreensão; comunicação; conhecimento; costumes; cultura; Deus; diversidade; divino; dogmas; elevação; emoção; ensinamentos; escola; espírito; espiritualidade; estudos; evolução; família; fé; felicidade; humanidade; humanismo; igreja; inclusão; irmandade; leitura; liberdade; linguagem; literatura; livros; mensagem; palavras; paz; pensamento; pluralismo; poesia; Português; pureza; religar; religião; religiosidade; saber; tradição; transcendência.

MAPA MENTAL – FINAL

Compreensão; comunicação; conhecimento; cultura; Deus; diversidade; elevação; espiritualidade; fé; felicidade; humanismo; inclusão; liberdade; linguagem; literatura; pensamento; pluralismo; religiosidade; saber; transcendência.

ANEXO

ANEXO– AUTORIZAÇÃO DA SEMED/ESCOLA, PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
UMEF "PROF. ELSON JOSÉ DE SOUZA"
DECRETO Nº 016/2011 – APROVADO: 21/01/2011

Vila Velha, 09 de Junho de 2020.

Eu, **Daisy Patricia Pereira Jubrael**, mestranda da **Faculdade Unida de Vitória**, solicito autorização desta secretaria para desenvolver minha pesquisa "A Interdisciplinaridade do Ensino Religioso com Ensino de Língua Portuguesa", com alunos do 9ºano, da UmeF" Professor Elson José de Souza".

Atenciosamente,

**ROBERTO
ANTONIO BELING
NETO:19808011004**

Secretário Municipal de Educação

Autorização: Daisy Patricia Pereira Jubrael.
(Assinatura Digital: Decreto nº111/2020, Art.2º. III e V).

Assinado digitalmente por ROBERTO ANTONIO
BELING NETO:19808011004

Localidade: Secretaria Municipal de Educação
Data: 2020.11.11 17:12:56 -0300

Rua: Coronel Joaquim de Freitas, s/nº - Jaburuna – Vila Velha/ES Cep.: 29.100-580
Telefone: 3289-1757 Email:umefprofessorelsonjosedesouza@gmail.com